



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ARGUS TENÓRIO PINTO DE OLIVEIRA (ARGUS SETEMBRINO)

**Subjetivação, Técnica e Política:** para uma esquizoanálise das coisas

GOIÂNIA  
2021



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação       Tese

#### **2. Nome completo do autor**

Argus Tenório Pinto de Oliveira

#### **3. Título do trabalho**

Subjetivação, Técnica e Política: para uma esquizoanálise das coisas

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **ARGUS TENÓRIO PINTO DE OLIVEIRA, Discente**, em 01/11/2021, às 06:50, conforme horário oficial de



Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domenico Uhng Hur, Professor do Magistério Superior**, em 04/11/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2448519** e o código CRC **7CBA4503**.

**Referência:** Processo nº 23070.047005/2021-19

SEI nº 2448519

ARGUS TENÓRIO PINTO DE OLIVEIRA (ARGUS SETEMBRINO)

**Subjetivação, Técnica e Política:**  
para uma esquizoanálise das coisas

Dissertação de mestrado apresentada em rito público à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGP/FE/UFG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha: Processos Psicossociais e Educacionais

Orientador: Professor Doutor Domenico Uhng Hur

GOIÂNIA  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Argus Tenório Pinto de  
Subjetivação, Técnica e Política [manuscrito] : para uma  
esquizoanálise das coisas / Argus Tenório Pinto de Oliveira. - 2021.  
XCVIII, 98 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Domenico Uhng Hur.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Esquizoanálise. 2. Metodologia de revisão conceitual. 3.  
Filosofia da Técnica. 4. Construtivismo. I. Hur, Domenico Uhng,  
orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 18 da sessão de Defesa de Dissertação de **Argus Tenório Pinto de Oliveira**, que confere o título de Mestre em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos dois dias do mês de setembro (02/09/2021), a partir das **09:00h**, através de plataforma virtual segundo a Instrução Normativa PRPG/UFG 001, de 27 de março de 2020, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Subjetivação, Técnica e Política: para uma esquizoanálise das coisas**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Domenico Uhng Hur**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Ondina Pena Pereira (PPGP/UCB)**, membro titular externo, Professor Doutor **Tiago Cassoli (PPGP/UFG)**, membro titular interno, Professora Doutora **Dolores Cristina Gomes Galindo (ECCO/UFMT)**, membro titular externa e Professora Doutora **Francini Lube Guizardi (LEMTES EFG)**. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor **Domenico Uhng Hur**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dois dias de setembro de 2021.

**Presidente** - Prof. Dr. **Domenico Uhng Hur** / PPGP-UFG

1º Membro: **Tiago Cassoli** (PPGP/FE/UFG)

2º Membro: **Ondina Pena Pereira** (PPGP/UCB)

3º Membro: **Dolores Cristina Gomes Galindo** (ECCO/UFMT)

4º Membro: **Francini Lube Guizardi**/LEMTES/EFG/Fiocruz Brasília

Profa. Dr.ª. Priscilla Mello Ribeiro de Lima/ Coordenadora do PPGP

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 04/09/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domenico Uhng Hur, Professor do Magistério Superior**, em 08/09/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cassoli, Professor do**



**Magistério Superior**, em 29/09/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2321256** e o código CRC **378E0C8C**.

---

Referência: Processo nº 23070.047005/2021-19

SEI nº 2321256

Ao Gr<sup>ate</sup>me.

## Agradecimentos

Agradeço a Milton Santos, pela sua vida e obra que me inspiram desde que tive notícias da sua existência. Máximo respeito. Aproveito para agradecer a boa parte das autorias das referências, que me tiram da solidão.

Agradeço à Tinha e ao Aroldo, em tudo que contribuíram e ainda contribuem para este e outros caminhos, sabendo ou não sabendo.

Agradeço ao Brendo, *monamur*, para quem os agradecimentos poderiam preencher toda a página... seu apoio foi fundamental desde a decisão de iniciar o mestrado.

Agradeço à Ondina Pena, eterna mestra, que conhece a alteridade em ato e cujo desejo (ação) passa por que seus educandos pensem e criem por si. Se os caminhos me levarem à docência, é seu modelo que vou copiar.

Agradeço à Francini Guizardi, diva e mestra, pelas composições passadas e futuras. Muito do que está aqui começou a tomar forma com ela, e não seria sem essa história.

Agradeço ao Hur, figura singular, pela *religiosidade* com que lança novas sementes naquilo que se constitui um campo *esquizo* pelo seu próprio ato de lançar. É um tipo especial de *generosidade*. Algumas destas sementes encontram terreno aqui, *religando e generando*.

Agradeço ao Gríme, pela utopia imanente coletiva, de que este trabalho talvez resulte uma parte. Nomeadamente e em ordem alfabética: Brendo Farias, Bruno Honorato, Filipe Azevedo, Homero Junior, Lucio Gimenes, Luis Ferreira, Valéria Ferraz e outrem que virão. Por tudo que *um gríme fazer*. Estendo à Flora Matos esses agradecimentos.

Também à turma da “Escola Domenicana de Goiás”, pelo apoio oportuno no final, sem o qual não seria terminado. Em especial às calouras, cuja simples presença suavizou o processo.

Especial gratidão ao Lucio Gimenes, em muitos sentidos, por muitos motivos, alguns indizíveis. Meu intercessor, meu amigo, meu mestre. Espero fazer jus para ele à altura do que é para mim.

À Marina Fuser e Marcos Aurélio, pelos grupos de estudo, tão influentes aqui.

A Ricardo Aleixo, pela força que permitiu insistir na criação. Sua força está aqui, em efeitos. Mas também peço desculpas, a ele e a quem lê, por não ter conseguido sua contribuição em banca, o que qualificaria enormemente o trabalho, talvez até mudando de natureza.

Agradeço à Priscylla Oliveira, minha atual chefe, pela oportunidade, apoio, carinho, parceria e ensinamentos. E também à Beatriz e Dona Luci, sem cuja solidariedade também seria difícil terminar.

Agradeço também a meus pacientes/clientes/analisandes, pela relação com cada qual que certamente tem sua marca aqui. E também a todo mundo com que pude trocar na caminhada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço fortemente a quem quer que tome para si o destino do mundo. Gente utópica, rebelde, solidária... com quem quero aqui uma aliança, mesmo imperceptível.

*Eu vivia com o meu bom corpo. Alguém há de achar algum regime melhor? – Riobaldo*

## Sumário

|  |      |
|--|------|
| Lista de Tabelas   | XI   |
| Lista de Figuras   | XII  |
| Resumo   | XIII |
| Resumen  | XIII |
| Abstract   | XIII |
| Apresentação   | 14   |
| Apresentação do problema   | 17   |
| Questão de pesquisa  | 17   |
| Problema de método   | 19   |
| I – Construtivismo Esquizoanalítico como método de revisão-produção conceitual                               | 25   |
| Introdução: possibilidade de um método esquizoanalítico  | 25   |
| Acerca da criação: problema e Gosto  | 28   |
| Criação conceitual por meios filosóficos: personagem conceitual e plano de imanência                         | 37   |
| II – O conceito de conceito como metamodelizador da revisão-produção conceitual com as abordagens das coisas | 53   |
| Consistência   | 54   |
| Intensão   | 55   |
| Criação  | 60   |
| Velocidade   | 62   |
| Conhecimento e Acontecimento   | 66   |
| Conclusão: perguntas metodológicas e movimento entre domínios  | 74   |
| III – Programas para uma esquizoanálise das coisas   | 84   |
| <i>Backlog</i> : Localização por Quase-textos  | 86   |
| <i>Backlog</i> 2: Grupo de Força   | 86   |
| <i>Backlog</i> 3: Abordagens das coisas  | 87   |
| Referências  | 89   |
| Apêndice I – Lista de textos correlatos à dissertação  | 93   |

## **Lista de Tabelas**

Quadro 1 – Modulações da Natureza do conceito para a pesquisa

Quadro 2 – A trindade filosófica

Quadro 3 – Esboço de síntese ordenada do Construtivismo Esquizoanalítico

Quadro 4 – Conceitos do Grupo de Força

Quadro 5 – Lista de autorias e temas das abordagens das coisas

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Esquema/Figura da Criação Conceitual no Construtivismo Esquizoanalítico

Figura 2 – Personagem Conceitual na criação por meios filosóficos

Figura 3 – Atual e Virtual do ponto de vista do ordenamento e da velocidade intensivas

Figura 4 – Esquema/Figura da Natureza do Conceito no Construtivismo Esquizoanalítico

## Resumo

Apresentamos o Construtivismo Esquizoanalítico como método, a partir do objetivo de operacionalizar um esquema conceitual a ser traçado em torno dos conceitos de *força* e *potencial de agência* das coisas em seus efeitos de subjetivação. Principalmente da obra *O que é a filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, extraímos modulações para a revisão-produção conceitual com o conjunto aberto que denominamos “abordagens das coisas”. Trata-se, portanto, de uma resposta a um problema de método, pelo qual a criação do esquema conceitual é relativa à natureza do conceito e outros elementos do construtivismo.

Palavras-chave: Esquizoanálise; Metodologia de revisão conceitual; Filosofia da técnica; Construtivismo

## Resumen

Presentamos el Constructivismo Esquizoanalítico como un método, basado en el objetivo de operacionalizar un esquema conceptual a trazar en torno a los conceptos de fuerza y potencial de agencia de las cosas en sus efectos de subjetivación. Principalmente de la obra *¿Qué es la filosofía?*, de Gilles Deleuze y Félix Guattari, extraemos modulaciones para una revisión-producción conceptual con el conjunto abierto que llamamos “aproximaciones a las cosas”. Es, por tanto, una respuesta a un problema de método, según el cual la creación del esquema conceptual es relativa a la naturaleza del concepto y otros elementos del constructivismo.

Palabras llave: Esquizoanálisis; Metodología de revisión conceptual; Filosofía de la técnica; constructivismo

## Abstract

We present Schizoanalytic Constructivism as a method, based on the objective of operationalizing a conceptual scheme to be traced around the concepts of strength and agency potential of things in their subjectivation effects. Mainly from the work *What is philosophy?*, by Gilles Deleuze and Félix Guattari, we extract modulations for the conceptual revision-production with the open set that we call “approaches to things”. It is, therefore, an answer to a problem of method, whereby the creation of the conceptual scheme is relative to the nature of the concept and other elements of constructivism.

Keywords: Schizoanalysis; Conceptual review methodology; Philosophy of technique; Constructivism

## Apresentação

O projeto inicial desta dissertação consistia em uma *tradução* de técnicas psicoterápicas de abordagens (psico)terapêuticas para o entendimento “da” esquizoanálise, a fim de construir um arsenal de técnicas para trabalhar e “militar”. Como que um livro de técnicas de subjetivação ou feitiços de dobras: um *grimório políptico*.

Depois, propus “o diagrama de Foucault como ferramenta interventiva”. Agora não mais traduzir dispositivos, mas criar um: como desenhar o diagrama de alguém? Tal empreendimento envolveria compreender completamente a imagem do pensamento do Foucault de Deleuze e operacionalizá-la. De alguma maneira esses projetos persistem, esses personagens insistem, mas não aqui...

Em seguida, propus a elaboração de um método de revisão conceitual para estudar as filosofias da técnica, mas antes precisava construir um problema proposicional, isto é, discursivo. Essa peleja perdurou por todo o primeiro ano do mestrado. Numa versão anterior deste texto, logo no primeiro capítulo, havia essa tentativa de conjugar as inúmeras “forças” ou perspectivas ou considerações que importam, para terminar com o produto desta agonística em um objetivo escrito.

Neste primeiro capítulo – que não permanece – tentáramos guardar certo isomorfismo em relação à maneira como o problema foi sendo constituído. Sendo ulterior às implicações, o problema era apresentado de maneira igualmente ulterior; sendo produto de um “tateamento”, o texto não só expunha a constituição do problema, mas era ele próprio essa constituição, em que tentamos resguardar tal tateamento. O isomorfismo pretendido foi entre forma (texto) e conteúdo, isto é, aquilo que queremos exprimir e o modo como o fazemos.

Deste objetivo de pesquisa fizemos decorrer um problema de método ou, em ordem inversa, buscamos explicitar as origens do problema de método. Assim, a primeira versão desta dissertação apresentava, *literalmente*, o processo de constituição do problema. E o fazia a partir de uma análise de implicações, numa tentativa de converter os limites externos e impeditivos em limites internos, até chegar no problema propriamente dito.

Esse modo de apresentação buscava, no mesmo espírito da análise de implicações, explicitar o processo e caminhos percorridos (“tateados”) até chegar ao problema. Mas essa forma de apresentação resultou em mais mal-entendidos do que em entendimento. Os múltiplos caminhos ou implicações por que passamos acabaram por atrair muito mais atenção e mesmo suplantar a elaboração de um método *para uma esquizoanálise das coisas*, que o próprio título do trabalho consigna como mais importante.

Esta ocorrência nos levou a refletir se a discussão de método seria irrelevante e se essa questão já se encontra hegemonizada no chamado campo esquizoanalítico... Em todo caso, talvez não tenhamos outra opção a não ser perseverar. Nesta nova versão, suprimi toda a longa introdução que foi a constituição do problema, a fim de colocar em evidência somente o que mais importa. Deste modo, iniciamos com a apresentação do problema proposicional de pesquisa, e não mais com sua constituição.

Essa nova tentativa, ora apresentada, dar-se-á de maneira mais “autoral”, no sentido de responder menos a preocupações ou exigências secundárias em relação à colocação do problema e sua resposta. Na intersecção entre Subjetivação, Técnica e Política, o texto se volta *para* uma esquizoanálise das coisas. “O mais que faço não vale nada”.

Das análises de implicação anteriores, permanecem os valores com que o problema foi constituído. Esta dissertação tem uma política de escrita baseada em uma certa literalidade como princípio primeiro, o que faz com que, por exemplo, as metáforas utilizadas sejam muito discriminadas no texto. Também acarreta uma relação territorial, quase bestial com as letras: na escolha precisa de palavras; em dizer “x” quando se quer dizer “x”; na ausência de palavras gratuitas.

Mais ainda, desta literalidade decorre o resultado final do texto, isto é, o que mantivemos e o que deixamos de fora. Por exemplo, se dizemos que o problema de método decorre da questão de pesquisa, e se dizemos isso literalmente, “denotativamente”, então nada mais coerente que a própria questão de pesquisa seja mantida no texto, ainda que não respondida. Em outras políticas de escrita, poderíamos simplesmente adaptar o problema aos resultados, *como se* tivéssemos respondido à questão de pesquisa que nos propusemos desde o início.

A política de escrita empregada neste texto, pelo princípio da literalidade, é avessa ao “como se fosse” e afeita ao que “é”, ao que “ainda não é”, ao que “pode ser” e ao “sendo”, como talvez se evidencie ao longo da leitura. Talvez ao princípio da literalidade possamos juntar um princípio de historicidade, mesmo e sobretudo quando falamos em devir, pois não há devir sem história... e todo texto tem uma história; algo que foi e não “como se tivesse sido”.

Este texto marca a entrega de um projeto de pesquisa de mestrado que durou mais do que o tempo de matrícula, e certamente será levado adiante. Mas aqui, no primeiro capítulo, à guisa de uma introdução, está a apresentação do problema bifurcado em questão de pesquisa e o problema de método decorrente. Nos dois capítulos subsequentes, buscamos responder a esse problema de método com o que denominamos Construtivismo Esquizoanalítico. O último e

breve capítulo traz os programas decorrentes para operacionalização do método na resposta à questão de pesquisa. Nos apêndices, trazemos uma lista de textos correlatos à dissertação.

A dissertação é resultado de uma “pesquisa de base”, que busca primeiramente um desenvolvimento “teórico”. A comunicação como preocupação primeira é reservada aos artigos, ensaios, resumos, que constam nos apêndices (e por isso mesmo constam). Para os elementos textuais consideramos que é preciso primeiro ter o que comunicar, enquanto os textos correlatos (no apêndice) buscam satisfazer a necessidade de interlocução, comunicação, “divulgação científica”, literalmente assim entendidos.

Esta cisão entre pesquisa e divulgação pode parecer *démodé* se comparado ao que é majoritariamente feito nos programas de pós-graduação, por não obedecer ao imperativo da forma de uma “coleção de artigos”. Mas só parecerá “de antigamente” para aqueles que tiverem como referência qualquer coisa que não o próprio corpo, já que enquanto é lido, não há nenhum texto mais atual do que este; para quem está lendo, esta é, *literalmente*, a dissertação mais atual.

No que concerne às exigências de uma dissertação, creio apresentar um problema e uma resposta a este problema, apesar do problema respondido não ser o de pesquisa e sim o de método. Trata-se, sim, de uma totalidade menor dentro de um programa de pesquisa, mas ainda assim uma totalidade, que – espero – satisfaça às exigências de um mestrado. Mas evitemos que esta apresentação se torne prolegômenos: termino dizendo simplesmente que o melhor discurso sobre uma coisa é ela mesma. Ou seja, a melhor apresentação que os olhos poderão ter desta dissertação é lendo-a. *Enjoy*.

## Apresentação do problema

Ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me ultrapassam ou não me atingem, de modo que me escapam as possibilidades hoje tão numerosas e concretas de uso ou de ação. **O que parece estar ao alcance de minhas mãos é concreto, mas não para mim.** O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? – Milton Santos

### Questão de pesquisa

O problema inicial desta pesquisa é o de **operacionalizar um esquema conceitual a ser traçado em torno dos conceitos de força e potencial de agência das coisas em seus efeitos de subjetivação**, isto é, em dispositivo. Assim colocado, o problema traz algumas consequências.

Em primeiro lugar, consideramos que esta abordagem psicológica ou psicopolítica<sup>1</sup> desde onde o problema é colocado figura como uma das abordagens dos fenômenos que envolvem *subjetivação, técnica e política*. Ela permite a colocação do problema no interior do campo da Psicologia ao avançar onde outras abordagens do mesmo campo consideram as técnicas como neutras - ou, quando muito, subordináveis, derivadas ou ligadas a uma ética, uma teoria, um método.

Caso este problema fosse colocado desde o senso comum, por exemplo, sua tradução seria algo como “aprontar” em vez de “operacionalizar”; “teoria” em vez de “esquema conceitual”... resultando em algo como “aprontar uma teoria de como os objetos se encaixam para ver como influenciam na gente”. Desde a geografia de Milton Santos<sup>2</sup>, seria algo como “produzir teorias menores para investigar os efeitos da tecnosfera na psicofera”. Desde o marxismo de Álvaro Vieira Pinto<sup>3</sup>, por sua vez, falaríamos em algo como o problema da técnica como ideologia, talvez, e não *produção de subjetividade* ou *psicofera*, que são concepções derivadas de ideologia...

Cada uma das “filosofias da técnica” permitiria uma forma de colocação do problema que não seria a mesma, ou não seria em todos os sentidos equivalente. Colocar essa questão

---

<sup>1</sup> Refiro-me à primeira edição do texto *Psicologia, Política e Esquizoanálise*, onde constam conceptualizações de dispositivo e potencial de agência utilizadas na proposição (Hur, 2018).

<sup>2</sup> Refiro-me sobretudo ao texto d’*A natureza do Espaço* (Santos, 2009).

<sup>3</sup> Há dois volumes sobre *O conceito de tecnologia* (Pinto, 2005a; 2005b).

desde uma abordagem psicológica traz também consequências, já que as palavras tentam comunicar com alguma precisão e não são gratuitas e nem neutras.

Uma das consequências previstas e esperadas de colocarmos o problema por esta psicologia “esquizo” e não por qualquer outra “filosofia da técnica” é a de que a resposta seja, justamente, funcional a um nível local, no lidar com um dispositivo grupal ou um paciente, por exemplo. Coisa que de uma perspectiva exclusivamente socio-antropológica talvez não fosse possível: pensar os artefatos de uma cultura, por exemplo, não nos instrumentalizaria para relacionarmos-nos com os sujeitos e subjetividades, como é próprio de um fazer que lide eminentemente com modos de ser e suas condicionantes. Ao menos não diretamente, não sem uma série de mediações conceituais e instrumentais

Várias são as “filosofias da técnica” que poderiam facilitar a colocação do problema. Há inúmeros ensaios, pesquisas, disciplinas, teorizações, meditações, discursos, autorias que poderiam nos servir. Muitas delas não são “filosofias” em todos os sentidos do termo, motivo pelo qual preferimos designá-las como “abordagens das coisas”.

Esta expressão nos aparece mais adequada porque cada uma das abordagens – entre elas, filosóficas – nomeará diferentemente aquilo que aborda: objeto técnico, ciborg, artefato, aparato, ferramenta, aparelho, máquina, utensílio, instrumento, objeto, extensão... a lista é sem fim. Uma vez que cada abordagem elege seu termo de preferência, “coisas” se refere ao mesmo que todos esses desígnios, mas num sentido pré-teórico: as coisas em nosso entorno. Não há, ainda, nenhuma predileção por autoria quando falamos em “abordagens das coisas”, tal expressão apenas intitula um conjunto artificial.

Isto posto requer que apresentemos cada elemento do problema - uma vez dispensáveis suas implicações e percursos<sup>4</sup>. *Operacionalizar* tem o significado mesmo dado pelo Aurélio: “deixar pronto para ser usado; fazer ficar operacional, pronto para operar”. *Operacionalizar um esquema conceitual*, portanto, não se refere a uma coleção de conceitos, um quadro explicativo. Nem mesmo a uma teoria, já que “se as sínteses remetem à reprodução das figuras instituídas, os esquemas referem-se ao tracejar e articular de fluxos que não são contemplados pelas imagens ou conceitos [categorias]” (Hur, 2018, p. 65)<sup>5</sup>. Os esquemas são o que mais se aproximam do movimento do pensamento.

---

<sup>4</sup> Como colocado na apresentação, na versão anterior ao exame de qualificação, este texto apresentava uma análise de implicação em seus prolegômenos; análise obscena por conter a escrita mesma em que o problema foi se constituindo e de que resulta a proposição ora apresentada.

<sup>5</sup> Esta consideração sobre os esquemas deve ser levada em conta para os esquemas presentes nesta dissertação, já que os esquemas ultrapassam, neste sentido, as palavras concatenadas em texto, no que concerne à correspondência ao pensamento.

Operacionalizar um esquema conceitual *a ser traçado*, pois ele não preexiste. O que preexistem são conceitos ainda não operacionais, isto é, ainda não prontos para uso, originados de diferentes localidades, autorias, escolas, genealogias... Traçado *em torno dos conceitos de força e potencial de agência*, já que estes conceitos são o que permitem, inicialmente, colocar a questão por esta via. Os complementos que eles exigem para se operacionalizar são diferentes dos complementos que a noção de psicofera ou artefato ou qualquer categoria abrangente de grandes processos societários exigiria. Força remete à *dobra*, que é bem a subjetivação, ao passo que a política é entendida inicialmente como “ação das relações de força”. Portanto, o conceito de força já “pede” uma consideração política no estudo dos processos de subjetivação. Substantivamente política, por assim dizer. A *dobra* é já um destes conceitos a serem operacionalizados, como também o par dispositivo-diagrama e, no interior dos dispositivos, o potencial de agência das coisas e corpos de se combinarem.

Destarte, “operacionalizar um esquema conceitual a ser traçado em torno dos conceitos de força e potencial de agência das coisas”, mas não para todos os efeitos, considerando que desde esta perspectiva, todo efeito é efeito de dispositivo. Interessarão somente os efeitos de produção de subjetividade, ou seja, força e potencial de agência das coisas *em seus efeitos de subjetivação*.

“Operacionalizar” e “traçar” são dois verbos diferentes, mas um só objetivo. O objetivo poderia ser enunciado como “**traçar um esquema conceitual operacional...**”: mudar-se-iam as classes de palavras (para que a proposição tenha apenas um verbo) mas o movimento ou processo de pesquisa seria o mesmo; ou partes de uma mesma continuidade. As abordagens das coisas, - entre as quais, esta de que nos valem para a colocação do problema - já fornecem seus “traçados” em forma de teorização, filosofia, pesquisa. Contudo, operacionalizá-las, colocá-las “ao alcance da mão” é que se torna nosso problema primeiro de pesquisa.

Essa operacionalização não pode se dar nos próprios termos de cada uma das abordagens das coisas, pois cada autoria responde a problemas e preocupações distintos dos nossos. Também daí a necessidade de um método para revisar estas abordagens.

### **Problema de método**

A primeira questão que se segue de nosso objetivo é uma questão de método. Em suma, como operacionalizar um esquema conceitual em torno do conceito de força? *Avaliamos* de saída que as metodologias disponíveis de revisão de literatura e revisão conceitual possuem, cada qual, condições de aplicação e uma variedade finita e determinável de resultados possíveis;

condições e modulações dadas inclusive pela filosofia da ciência a que estão assim subordinadas.

A título de exemplo, citamos aqui um modelo tradicional de revisão conceitual, denominado de “Modelo Evolucionário” (Rodgers, 2000). É bastante utilizado em áreas como a Saúde Pública e a Enfermagem e o utilizaremos de exemplo desta discussão. Segundo algumas de suas aplicações, ele se justifica pela a necessidade do desenvolvimento conceitual para pesquisas de base significativas e pela necessidade de um método científico válido para análise conceitual. Ao mesmo tempo, advoga-se que seus pontos fortes estão em se basear em etapas claras do processo de análise, bem como pode contribuir para clarificação, descrição e explicação de conceitos centrais de um campo, escolhidos e analisados indutivamente, a partir da maneira como são usados na disciplina em que se situa (Tofthagen & Fagerstrøm, 2010; Holanda, Pinheiro, & Pagliuca, 2013; Ho, 2019). Este modelo envolve as seguintes etapas:

identificar o conceito de interesse e expressões associadas; identificar e selecionar campo apropriado para coleta de dados; realizar a coleta de dados; analisar os dados distinguindo as características do conceito, seus antecedentes, consequentes e termos substitutos; identificar caso modelo do conceito; identificar hipóteses e implicações para outros estudos (Holanda, Pinheiro, & Pagliuca, 2013, p. 407)

Embora as etapas pudessem ser aplicadas para uma análise conceitual das abordagens das coisas - já que parte de uma cientificidade que não é exclusiva do campo em que é empregada -, há algumas de razões pelas quais este tipo de modelo não nos seria adequado. Entre elas, cumpre que tratemos de ao menos duas: indução e replicabilidade.

Em primeiro lugar, o “Modelo Evolucionário” carrega – como qualquer outro - um conjunto de valorações na sua constituição e muitos destes não nos são adequados. Sua validade, por exemplo, está associada à possibilidade do “mesmo” procedimento poder ser feito por outros pesquisadores (replicabilidade) e disso decorre o modo de enunciar os procedimentos, “clareza” e “sistematicidade” - qualidades também apresentadas como seus pontos fortes, já que são condições para esta mesma replicabilidade.

A partir de tais valorações, metodologia é prescrita de modo que se tenha várias pesquisas com o “mesmo” procedimento, modulando os resultados de modo que produzam, assim, efeito de campo. A própria “clareza” é uma clareza para replicabilidade. Nossa preocupação, contudo, é primeiramente produzir um entendimento acerca dos dispositivos que compõe nosso entorno. O que nos leva um outro aspecto da inadequação: a indução.

Neste modelo, a indução se dá pela revisão de ocorrências de um determinado conceito com suas características, de conceitos de antecedentes e consequentes (antes e depois) e de conceitos substitutos; das ocorrências individuais dos conceitos na literatura de determinado campo é induzida a “clarificação” do conceito, uma definição geral a partir das ocorrências particulares. Com isso, esta metodologia tende a resultar numa definição das características “essenciais” de um conceito, operando uma certa unificação que sirva para um acordo e dedução no uso dos conceitos em posteriores “pesquisas de base” ou na prática profissional em determinado campo.

Ainda que pudéssemos, para seguir este modelo, tratar as diferentes áreas deste conjunto das abordagens das coisas como uma só, nosso objetivo não passa por unificar um entendimento do que seja técnica, objeto, instrumento, tecnologia, algoritmo, digital, ciborgue, máquina, artefato, aparelho, aparato, dispositivo, programa, cibernética... Necessitamos de um método que considere, de algum modo, senão o próprio conceito de implicação, ao menos as próprias implicações da constituição do problema. Um método cuja própria definição (de método) leve em conta a Implicação e as implicações.

É certo que cada manual de metodologia científica ou mesmo metodologias “avulso” têm produções filosóficas antecedentes. Eles se justificam e se referenciam em epistemologias, gnosologias, filosofias da ciência e da linguagem. As próprias definições de método, metodologia e cognatos terão origens e referências filosóficas mais ou menos rastreáveis - além, obviamente, de aspectos históricos, sociais, antropológicos, geográficos, religiosos, políticos...

Uma vez que não dispomos de metodologias adequadas ao problema colocado, nosso problema de método passa por um caminho inverso. Em lugar de selecionar uma prescrição metodológica avaliando a pertinência da filosofia que a baseia, **buscar um método da filosofia que já sabemos afeita ao problema**, qual seja, a esquizoanálise em que se referencia a Psicologia Política que nos viabiliza a colocação do problema.

Mais precisamente, na obra *O que é a filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) encontramos o que se pode qualificar como uma filosofia política afeita a nossas implicações sociopolíticas; uma filosofia da ciência que pode referenciar um método; um conceito de conceito, a partir do qual o “esquema conceitual” pode ser traçado e operacionalizado.

A própria criação de conceitos, como postulam, se dá a partir das relações concretas - de “devir” - e do que os autores chamam de Gosto. Gosto e Devir “equivaler”, em alguma

“medida”, ao que consideramos como Implicação, naquilo em que esta se remete a *condições*, como o Gosto e a *relações*, como o Devir.

Assim, vislumbramos a possibilidade de um método que permita uma revisão conceitual das abordagens das coisas de maneira a responder ao problema proposicional de pesquisa. Portanto, a preocupação primeira continua sendo responder ao problema que colocamos desde a “ultrapassagem da técnica”, e menos guardar coerência com as escolas e conformações institucionais. Não se trata de criticar o uso de estatísticas baseadas no princípio de identidade por quem alega o materialismo histórico-dialético como método. A preocupação não é com a coerência ou com eventuais apontamentos de *contradictos*, mas com a problemática mesma.

Por um lado, encontramos na Esquizoanálise uma filosofia da ciência, algo assimilável a uma filosofia da ciência à maneira de um Kuhn, um Popper, um Feyerabend, um Boaventura. Por outro lado - e mais substantivamente do que adjetivamente - encontramos uma filosofia não assimilável a estas. Quando dizem, por exemplo, que “se o pensamento procura, é menos à maneira de um homem que disporia de um método, que à maneira de um cão que pula desordenadamente...” (p. 68)<sup>6</sup>.

Contudo, uma questão especialmente sensível em trabalhos esquizoanalíticos escritos é justamente a questão de método, a que ela é avessa por natureza. É o caso dos trabalhos que nos fala em “proposições descartáveis” para o Esquizodrama, que também se quer um método. “Descartáveis conceituais”, “notas descartáveis sobre conceitos”; há também o “método esquizoanalítico de intervenção”, entre aspas, e “pistas do método da cartografia”.

Estes são exemplos de uma tentativa de preservação de uma abertura, por assim dizer, que é o próprio da esquizoanálise. Um método ou escola são matérias em que se corre o risco de qualquer cristalização do “perpétuo deslocamento da Diferença”. Portanto, **na busca de um método por esta filosofia, devemos considerar o que seria um método segundo esta própria filosofia** ou ao menos a possibilidade de um método.

Em relação ao texto *O que é a filosofia?*, temos notícia de trabalhos anteriores a este cujo método ou percurso metodológico se valeu desta obra. A tese de doutorado de Francini Guizardi (2008) que parte do conceito de conceito apresentado para pensar a participação social no Sistema Único de Saúde. E a dissertação de mestrado de André Rossi (Coutinho, 2007) que já supõe a clínica como um plano algo independente dos conceitos.

---

<sup>6</sup> Considerando que *O que é a filosofia* (Deleuze & Guattari, 1992) é o texto-base deste para o método e haverá um grande número de citações, referir-nos-emos a ele apenas pelo número de página ao invés de autor, ano e página. Assim, quando houver referência apenas ao número da página, entenda-se que se trata deste livro.

Mas independentemente dos usos anteriores da obra de Deleuze e Guattari; independentemente das etiquetas “esquizo” e eventuais hegemonias no que para alguns se configura um campo, consideramos que já que colocamos o problema de modo proposicional, que o problema permita respostas a ele mesmo, e não a condições de pesquisa.

Disto decorre que se falamos em método, queremos falar em método, num uso bastante territorializado – quase bestial – das palavras. Consideramos o valor do método e das perguntas são relativos um ao outro; e se o método não tem valor ou seu valor é como “boi de piranha”, o mesmo ocorre com os problemas que coloquemos.

Assim sendo, nosso problema (de método) poderia ser anunciado como “**extrair um método de revisão conceitual da esquizoanálise**” para “operacionalizar um esquema conceitual...”. Mas desde uma perspectiva esquizoanalítica, estaria mais próximo de algo como “**elaborar um método de produção conceitual**” em vez de revisão.

O mesmo movimento de “tradução”, podemos fazer em relação àquilo que comumente ou hegemonicamente se entende por metodologia. Na esquizoanálise se chama de programa, como recuperado pela bela dissertação de Rafael Adaime (2007): dirá o que fazer, mas de uma maneira nada menos que contingencial, circunstancial, *ad hoc*, “provisória e descartável” e singular - não-replicável, por conseguinte. Aquilo que nas ciências humanas, sociais e da saúde se chama de método, para a esquizoanálise é um programa.

Já para o método por ser traçado, poderíamos partir de Spinoza para quem “método” designa não um caminho que nos leva até a verdade, mas sim um modo de vida e um modo de pensamento que nos previne de nos afastarmos da verdade: “O método, segundo Espinosa, é proceder segundo a norma de uma qualquer ideia verdadeira dada [...] não é a norma de um dever ser abstrato, é a norma do ser”<sup>7</sup>. O método depende do modo de vida (*ratio et modus vivendi*).

Partindo de Spinoza e chegando na Esquizoanálise, é também de modo de vida que se trata. “Pois, antes do ser, há a política”. Assim como a ultrapassagem da técnica e a questão de pesquisa dela decorrente, o problema de método é ulterior ao problema de modo de vida e a ele retorna. A resposta ao problema de método é inseparável, portanto, da experimentação, ou de uma filosofia imediatamente prática. “Norma do ser”, entendemos como as normas *daqui*, onde se pesquisa [imanência]. O que justifica falarmos em um método da esquizoanálise, **o que torna possível um método esquizoanalítico é uma preparação, modulação e prudência, além de dar lugar à transcendência que sempre se impõe** – temas breves para o próximo capítulo.

---

<sup>7</sup> Formulação de Christiano Resende (2019)

Dando consequência à proposição/problema formulado, o método precisa envolver a subjetividade<sup>8</sup> ou as implicações de quem pesquisa, ao mesmo tempo em que permite uma produção/criação conceitual a partir de uma revisão daquilo que *conjuntizamos* como abordagens das coisas, e também vincular-se ao modo de vida. Ele comporta os programas de pesquisa, mas não é o próprio programa.

A resposta a este problema de método envolve um estudo do texto *O que é a filosofia?* que se fez por fichamento, mas também os estudos anteriores e paralelos de obras dos mesmos autores, seguidores e autorias (tornadas) afins. O que denominamos Construtivismo Esquizoanalítico é uma sistematização resultante *também* deste estudo.

---

<sup>8</sup> Subjetividade aqui considerada, com Guattari (2012), não como um jeito de ser ou objeto da psicologia, mas como condições de emergência de um modo de ser que não é individual, mas territorial.

## I – Construtivismo Esquizoanalítico como método de revisão-produção conceitual

### Introdução: possibilidade de um método esquizoanalítico

O que possibilita e, de certo modo, justifica este método esquizoanalista são considerações em seus próprios termos, isto é, uma esquizoanálise anterior à assimilação às ciências, à institucionalização como método de Pesquisa, à captura em etiquetas do “campo”. Positivamente, o que possibilita e torna necessário este método é (a) uma preparação para o percurso de pesquisa; uma sempre recomendada (b) prudência, por referenciar o percurso; dar lugar à (c) transcendência, que sempre se impõe; considerar a política, anterior ao ser cujo (d) modo de vida tem relações complexas com o método e; uma (e) modulação ou *metamodelização* em oposição ou à diferença da axiomática do capital, isto é, que impeça ou limite a ação desta axiomática na pesquisa. Discutimos adiante cada uma dessas justificativas ou motivações.

Considerando que o que devém o faz a partir de um ser, estado de coisas e/ou estado de corpo, o método exerce essa função de organização a partir da qual devir. Vários pares nas conceituações esquizoanalíticas - podemos dizer - “transmitem essa ideia”: *território* a partir do qual há *desterritorialização*; *repetição* que gera *diferença*; passagem do molecular ao molar; macropolítico-micropolítico; *ser e devir*; *árvore e rizoma*...

Em *O que é a Filosofia?*, aparecem sobremaneira ser e devir, (re/des)territorialização e atual-virtual, mas em todo caso, a ideia que nos serve principalmente é a de que não há devir sem ser, sem história, sem estado de coisas. Método, aqui, tem esta designação. Um método não deixa de se configurar como um estado de coisas ou punhado de terra em uma apreensão universalizante, mas sustentamos que é diferente partir deste estado ou de qualquer outro.

Como dito anteriormente, haverá neste método, de antemão, a disposição de considerar as implicações, a produção conceitual a partir da revisão do conjunto de abordagens das coisas e uma vinculação ao modo de vida. Estas são as primeiras distinções que podemos destacar se partimos de um método gerado desta filosofia.

Aquilo que se produz, cria ou agencia - no caso, os conceitos - é *entre* produções anteriores. Preparar [a], aqui, é uma certa escolha dessas anterioridades, que supomos dispor de virtualidades mais próximas de se atualizar... talvez *como se* a “realidade” respondesse na língua (método) em que é perguntada. Preparar, aqui, é reunir algumas condições de efetuação, entre as quais o próprio método e os programas de ação nele envolvidos.

Já a prudência [b] é uma recomendação feita a todo instante na esquizoanálise, a exemplo da conclusão de *Mil Platôs*: “todos os empreendimentos de desestratificação [...]

devem primeiro observar regras concretas de uma **prudência extrema**: qualquer desestratificação demasiado brutal corre o risco de ser suicida, ou cancerosa” (Deleuze & Guattari, 1997b, pp. 192, grifos nossos). Em termos operacionais, pode ser definida como uma qualidade da experimentação, necessária para que a experimentação não seja mais potente de que possamos suportar, isto é, a prudência é necessária para que a experimentação não nos destrua.

Ao operar como uma referência, o método traz essa qualidade de prudência para a experimentação que resulte em esquema conceitual. A referência se torna tão necessária quanto for a intensidade ou violência do lidar com *virtualidades caóticas*. A destruição, condição de existência de qualquer programa esquizoanalítico/cartográfico, abre espaço para virtualidades caóticas se efetuarem; é condição para qualquer *desterritorialização relativa* que só é relativa (e não absoluta) por força da manutenção de algumas referências.

No caso das abordagens das coisas, não basta uma atitude crítica (Foucault, 2000) em relação às opiniões, significações e metáforas que mediam nossa relação com os objetos (nosso problema de pesquisa), mas sim uma verdadeira *raspagem* (Baremlitt, Amorim, & Hur, 2020) e destruição de esquemas em favor de outros. O que sustentamos é que o método é possível também nesta função de referência, conquanto a *desterritorialização* almejada é relativa - e elas são quase sempre relativas, não-absolutas. Havendo quase sempre referências não destruídas, restos de um território anterior, o método entra numa escolha preliminar destas referências e sobras, que expressem essa qualidade de prudência.

O “mesmo” raciocínio ou movimento do pensamento vale para a transcendência [c]. Por um lado, a transcendência é bem a inimiga da “filosofia da imanência”: platônica, eclesiástica, moralista, do capital, dos poderes constituídos, das instituições majoritárias, reativa, daquilo que busca nos enfraquecer... por outro lado, a transcendência sempre impõe, de um modo ou de outro<sup>9</sup>.

Ao se tratar de método esquizoanalista – já o vimos -, fala-se sempre em princípios “provisórios e descartáveis”; “método esquizoanalítico de intervenção”, entre aspas; “pistas”. Essas maneiras de colocar a questão de método guardam coerência com um combate a uma transcendência, além de evitar cristalizações, institucionalizações ou qualquer coisa que impeça o movimento. Contudo, o efeito pode ser justamente o contrário se, por exemplo, tomarmos

---

<sup>9</sup> No dizer de Deleuze e Guattari, os planos “têm em comum restaurar a transcendência e a ilusão (não podem evitá-lo), mas também combatê-la com vigor, e cada um também tem sua maneira particular de fazer uma e outra coisa” (p. 72-73)

“não há método” como palavra de ordem, “imperativo categórico”, regra geral apriorística. Ou, como muito se vê acontecer, reduzir a dimensão ética a uma etiqueta militante, incluindo o método ou a transcendência numa lista de coisas a não dizer, maldizer e não deixar dizer. Uma etiqueta ou código de conduta que proíbe a transcendência não é garantia de que ela não se instaure. Pelo contrário, é a garantia de que ela se instaure precisamente aí, desapercibida, por onde é supostamente negada.

Esta negação discursiva de um método é apenas um exemplo de transcendência, isto é, de “religião”, pois “há religião cada vez que há transcendência” (p. 54). Outros podem ser mostrados: quando interpretamos, ou quando dizemos que algo é imanente *a* alguma coisa. De outra forma, um método pode, evidentemente, funcionar como uma transcendência, mas é precisamente aí que apostamos: se a transcendência sempre se impõe, cumpre dar-lhe um lugar - e talvez o tenhamos feito o tempo todo até aqui. Em outras palavras, se a transcendência sempre se impõe, que o método sirva para dispô-la, determinar o seu lugar, mesmo que este lugar seja o próprio método.

Um método que abranja o modo de vida [d], figura imanente *a* um modo de vida: os *tipos psicossociais* que coincidem com o nome da autoria – no caso, argus tenório – indicam sempre a formação de um território. Psicólogo, marido, branco, homem, brasileiro... psicólogo remeteria a um conselho? uma graduação, relações de docência? um ministério da educação e suas diretrizes curriculares? uma expectativa, uma imagem de quem procura por um? uma ciência, um saber, um exercício? uma relação de consumo, uma caridade, uma guarda da ordem?

É deste modo que, de saída, consideramos social~ aquilo que pode ser, sob outra perspectiva, de uma individualidade. Os estratos *a* que pertencemos remetem todos ao campo social, ainda que falássemos em termos “intimistas”. Estas abstrações ou estratificações de si compõem um modo de vida que *deve* informar o método. Sobretudo se estas estratificações são *menores*: indiretamente, trata-se, portanto, de *inscrever* na transcendência já povoada pelo colonizador este modo de vida com tudo quanto possível que nele há. Com sorte, *restarão alegrias* não inscritas; mas uma dissertação supõe comunicação, que com a religião forma um bom par – um inseparável.

Por fim, o que possibilita e justifica este método é uma *metamodelização* [e] de um percurso de pesquisa. Digamos simplesmente: enquanto uma modelização é uma teoria aberta sobre qualquer coisa, que serve de referência – no caso, uma teoria metodológica -, uma

metamodelização é uma organização do uso das diversas teorias. Um modelo dá forma, mas uma modulação rearranja as formas<sup>10</sup>.

Ainda que uma revisão conceitual utilize as mesmas etapas ou programas, ela terá resultados diferentes por força da natureza do conceito que preexiste a estes passos. Se uma revisão conceitual leva em conta que um conceito é uma definição que se encontra em dicionário, terá resultados diferentes de outra que considere que um conceito é uma ideia ou imagem; e de outra que considere que um conceito é um significante com um significado; ou de uma revisão que considere o conceito segundo diferentes escolas, autorias.

Pelo conceito de conceito extraído d’*O que é a filosofia?* é que buscaremos organizar a revisão (por isso mesmo “conceitual”) das *abordagens das coisas*. É dizer que “conceito” é um/o “termo organizador” que metamodeliza o percurso da pesquisa. Trata-se, portanto e mais precisamente, de um “meta-método” que está mais para uma disposição metodológica do que uma prescrição metodológica. O efeito do método no processo de pesquisa não é pela descrição anterior aos passos ou etapas – isto cabe ao programa. A exemplo da própria revisão conceitual, a metamodelização se dá pela própria natureza do conceito.

Portanto, uma das entradas na análise d’*O que é a filosofia?* para nossa operacionalização de um esquema conceitual é pela natureza dos conceitos segundo esta filosofia (Setembrino & Gimenes, 2020). Mas nessas condições, a revisão precisa resultar em criação conceitual, motivo pelo qual a criação será o tema do próximo subtítulo que, por sua vez, será seguido da natureza do conceito no método (Capítulo II) e suas consequências para os programas de estudo (Capítulo III). Trata-se, de saída, de uma produção *a partir* do texto-base...

### **Acerca da criação: problema e Gosto**

Em *O que é o ato de criação?*, Deleuze (1987) faz uma distinção da criação entre “disciplinas” (Artes, Filosofia, Ciência), explicando que cada uma cria com seus próprios meios. Mas que há algo em comum na criação nas Artes, Filosofia e Ciência que é a criação de espaço-tempo (“mundo”) e a *absoluta necessidade* que tal criação requer.

Estes temas serão retomados e desenvolvidos n’*O que é a filosofia?*, nosso texto-base do método. Nele, há um desdobramento do que seja filosofia – título do livro –, mas também uma diferenciação destes domínios. Buscarão desenvolver a filosofia em suas três atividades

---

<sup>10</sup> Assim, se somos bem-sucedidos nesta metamodelização, o método contra-efetua as modulações do dinheiro, de Deus e da burocracia... como talvez tangenciemos adiante: do dinheiro pela aniquilação das trocas, de Deus pela imanência e da burocracia pelo “limitar o limite”.

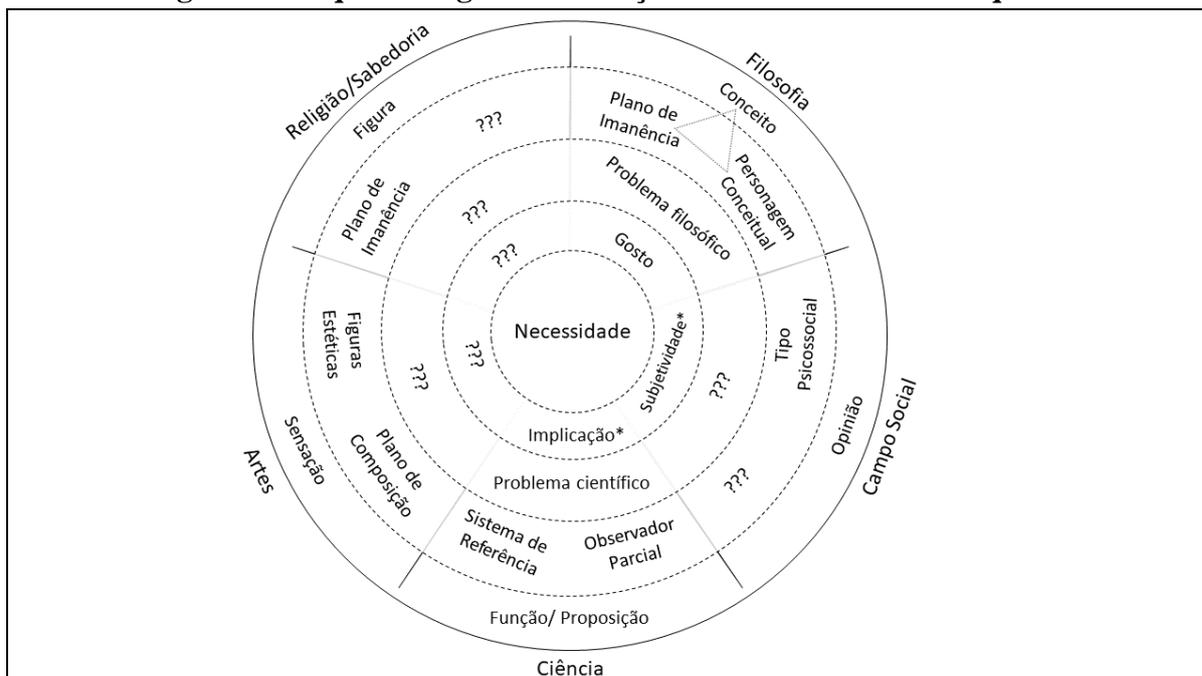
concomitantes e progressivamente diferenciar o conceito propriamente filosófico de outros conceitos: a função/proposição científica, a opinião no senso comum/campo social, a figura na sabedoria/religião e a sensação nas artes.

O construtivismo a que se referem é o filosófico – a filosofia é que é um construtivismo; há uma ênfase na filosofia, embora tratem da ciência lógica e das artes. Sob o risco de representar, diríamos que os outros domínios são *como que* “medidos pela régua” da filosofia – motivo pelo qual o título da obra não poderia ser mais exato. Se a política/campo social, a ciência lógica e as artes são evocadas, com seus respectivos “conceitos”, são para distingui-las da filosofia.

O que aqui designamos como Construtivismo Esquizoanalítico parte desta primazia da filosofia – porque dos conceitos. Mas leva adiante uma espécie de tradutibilidade entre os domínios, uma certa transmutabilidade do conceito entre os domínios, de modo que um conceito do *socius* (opinião) possa se tornar um conceito científico (proposição); um conceito “religioso” possa se tornar filosófico, por exemplo, como desenvolveremos um pouco mais na conclusão.

Optáramos pela entrada pela filosofia, em cujos meios para a criação essa necessidade se desdobra em *problema filosófico* e *Gosto*. Mas o Construtivismo Esquizoanalítico envolve “igualmente” os demais domínios – precisa envolver, já que nossa questão, tal como formulada, requer *operacionalização*. Na figura abaixo, pretendemos esquematizar o que seja esta construção conceitual centrada na absoluta necessidade – e toda esta seção é dedicada a explicá-la.

**Figura 1 - Esquema/Figura da Criação no Construtivismo Esquizoanalítico**



Fonte: elaboração própria, a partir d'O que é a filosofia?

\*Original

No esquema acima, tudo se inicia com a necessidade, desdobrando-se naquilo que está disposto nas camadas subsequentes dos círculos concêntricos. O esquema será uma figura naquilo que fizer corresponder os domínios: Gosto está para filosofia assim como Subjetividade está para o campo social, assim como Implicação está para as ciências. Assim lida, trata-se de uma figura estrutural ou analógica<sup>11</sup>. Mas outra leitura – mais próxima do que queremos apresentar – é a de que todas as criações se originam da necessidade até chegar ao conceito, seja o conceito *stricto sensu* (filosófico) ou *lato sensu* (opinião, figura, sensação, função ou proposição), mas cada qual chegando a seu “conceito” por meios próprios. A divisão entre os domínios é em razão dos meios empregados para a criação.

Em filosofia, o conceito é criado ao mesmo tempo em que o plano de imanência é traçado e o personagem conceitual é inventado. Em síntese: de traços intensivos, criar grupos de conceitos consistentes por saraivadas (Entendimento); de traços personalísticos, inventar

<sup>11</sup> A respeito da analogia de proporcionalidade, confrontar o texto “lembranças de um naturalista”, no volume 4 de Mil Platôs (Deleuze & Guattari, 1997a, pp. 13-17). Uma das possibilidades de apreensão de nosso esquema é *como se* os domínios fossem proporcionais; possibilidade que a própria disposição geométrica enseja.

tipos de personagens conceituais insistentes por solavancos (Imaginação); de traços diagramáticos, traçar famílias de planos de imanência por abalos (Razão)<sup>12</sup>.

São três operações (criar, inventar e traçar) ou faculdades (Entendimento, Imaginação, Razão) distintas, porém interdependentes que carecem do que os autores chamam de Gosto: “como nenhum dos elementos se deduz dos outros, é necessária uma co-adaptação dos três. Chama-se *gosto* esta faculdade filosófica de co-adaptação, e que regra a criação de conceitos” (p. 93, grifo dos autores). Por não se deduzir um elemento do outro, não se pode dizer que o plano gera os conceitos ou vice-versa, nem que está tudo “na cabeça” dos personagens conceituais; uma operação também não se reduz à outra.

Como colocam os autores, o Gosto não é uma faculdade de medida e nem modera, ao modo de “gosto disto e não gosto daquilo”, a criação de conceitos.

Se se chama Razão ao traçado do plano, Imaginação à invenção de personagens, Entendimento à criação de conceitos, o gosto aparece como a tripla faculdade do conceito ainda indeterminado, do personagem ainda nos limbos, do plano ainda transparente. É por isso que é necessário criar, inventar, traçar, mas o gosto é como que a regra de correspondência das três instâncias que diferem em natureza. (p. 93-94)

Comentariamos que a própria obra é uma filosofia *ao Gosto* de Deleuze e Guattari, mas o que mais importa é que, em sua intensão (ou “intensidade”<sup>13</sup>), o conceito de Gosto nos é próximo precisamente do conceito de Implicação e Subjetividade, pois remetem os três à condições; são “sinônimos” ou têm a mesma intensão enquanto “os novos conceitos devem estar em relação com **problemas que são os nossos**, com nossa história e sobretudo com nossos devires” (p. 36, grifos nossos).

Explicitar as implicações dá a perceber as relações concretas que são também históricas, pessoais e diferenciais (de devir). Implicação como um sem-número de relações, algumas das quais são cognoscíveis e enunciáveis, algumas das quais são relações de devir. Mas não só as implicações dadas, atualizadas em estado de coisas, ser e história, mas talvez também aquelas implicações desejadas e almejadas. Mas Implicação, Gosto e Subjetividade são “sinônimos”

---

<sup>12</sup> “A filosofia apresenta três elementos, cada um dos quais responde aos dois outros, mas deve ser considerada em si mesma: o plano pré-filosófico que ela deve traçar (imanência), o ou os personagens pró-filosóficos que ela deve inventar e fazer viver (insistência), os conceitos filosóficos que ela deve criar (consistência). Traçar, inventar, criar, esta é a trindade filosófica. Traços diagramáticos, personalísticos e intensivos. Há grupos de conceitos, caso eles ressoem ou lancem pontes móveis, cobrindo um mesmo plano de imanência que os une uns aos outros. Há famílias de planos, caso os movimentos infinitos se dobrem uns nos outros e componham variações de curvatura ou, ao contrário, selecionem variedades não componíveis. Há tipos de personagens segundo suas possibilidades de encontro, mesmo hostil, sobre um mesmo plano e num grupo.” (p. 93)

<sup>13</sup> Compreendemos que sufixo “dade” é evitado pelos autores pela sua conotação transcendental ou platônica. Assim como falam em “sensibilia” em lugar de “sensibilidade”, e “benfeito” em lugar de “bem feito”, que a nosso ver inscreve uma repulsa pelo Bem transcendental.

(mesma intensão) sobretudo quando as três funcionam como *modulação*: da pesquisa-intervenção, no caso da Implicação, da vida cotidiana, no caso da Subjetividade, e do pensamento (criador), no caso do Gosto.

As nossas implicações geográficas<sup>14</sup>, por exemplo, já compõem nosso Gosto. Quando ser atrasado deixa de funcionar como uma desvantagem no plano de imanência (“mundo”); se a vulnerabilidade deixa de ser uma ampliação do risco estatístico para se tornar condição de encontro e potência de aliança; quando atraso e vulnerabilidade passam a um devir-atrasado e devir-vulnerável que modulam nossa criação de alguma coisa ou conceito.

Outras “comparações” são possíveis nesta tentativa de explicar o que seria um Gosto, como por exemplo pela proximidade com o *habitus* de um Bordieu ou com uma noção grega de *pathos* como “disposição afetiva fundamental” (Martins, 2005). Mas não se trata em nenhum (Implicação, Habitus ou Pathos) de analogia entre eles e seus respectivos campos, mas de uma proximidade intensiva entre eles, traços de coincidência intensiva e contato. É *como se*<sup>15</sup> o mesmo fenômeno pudesse ser interpretado e experimentado pelos diferentes conceitos. Onde dissemos que a divisão entre domínios é em razão dos meios empregados para criação, adicionaríamos que essa divisão *só* é em razão dos meios... até o uso destes meios, Gosto é um indiferenciado em relação a outros condicionantes ou localizações.

Em filosofia, o Mau Gosto, por sua vez, seria quando qualquer coisa é conceito, tratada como conceito, a “redução do conceito a proposições como simples opiniões” (p. 97). Deleuze e Guattari parecem se opor às opiniões por reduzir a filosofia à dialética interminável, àquilo que seleciona a verdade entre as livres opiniões (doxa). O Gosto é o Gosto dos três elementos, operações ou instâncias da filosofia, que se relacionam e **só encontram limite e validação um no outro**. Assim, desta perspectiva, não há de antemão um plano, como um “plano da clínica” aguardando “conceitos” ou um “diagrama de rendimento” sem conceito de capital entre muitos outros. O plano não é senão pelos conceitos que o tornam visível e personagens conceituais que o instaura. Não há personagem “válido” ou insistente sem conceitos e plano. O mau gosto seria pensar os conceitos sem Gosto algum, isto é, à mercê das modulações do Capital, de Deus e/ou do Estado.

---

<sup>14</sup> CF Apêndice I.

<sup>15</sup> “Como se” é uma operação de analogia, metafórica. “Como se fosse”, e não “é”. Trata-se de uma comparação inicial, de modo que aquela leitora familiarizada com a ideia de que existem diversas teorias para apreensão de um mesmo fenômeno possa começar a compreender, por aí, o que queremos expressar quando dizemos de conceito de mesma intenção. Mas a analogia ou metáfora só se presta para esse esforço inicial, como “recurso pedagógico” ou explicativo inicial, não devendo ser levada mais longe; seja neste caso, seja nas demais ocorrências do “como se” nesta dissertação.

Por fim, o Gosto é o que dá o direito a aceder a certos problemas. Considerando que os conceitos resolvem ou ajudam a responder problemas que por sua vez só são perceptíveis através deles, o Gosto é esse “sapere” animal que pede ou requer uma produção conceitual. O ato de criação – como retomamos de início - não se faz sem absoluta necessidade (Deleuze, 1987). Absoluta. O Gosto é bem essa necessidade; um desdobramento dessa necessidade no mundo [plano] e a partir de nossas implicações nele.

Seria talvez necessária toda uma “análise de implicações”, com ou sem aspas, para explicitar as condições primeiras de um Gosto localizado nesta pesquisa – como também de uma Implicação e uma Subjetividade<sup>16</sup>. Tratar-se-ia menos de responder *que é o Gosto*, mas *onde, quando, com quem, como e quanto*; talvez elas tornassem mais acessível nosso drama...

Mas satisfaçamo-nos por enquanto com *Gosto e problema filosófico* como necessidades da criação filosófico-conceitual. Sem uma maior diferenciação ou distanciamento entre os domínios, diríamos inicialmente que os problemas, por sua vez, são enunciados “na medida” dos conceitos. Não havendo conceitos, eles não são enunciados; onde há problema enunciado há conceitos.

Nossa própria questão de pesquisa é um exemplo, bem como o problema de método por ela encadeado: “**elaborar um método de produção conceitual a partir da esquizoanálise**” para “**operacionalizar um esquema conceitual a ser traçado em torno dos conceitos de força e potencial de agência das coisas em seus efeitos de subjetivação**”. Este anúncio e a explicação correlata não puderam ser feitos sem conceitos “genéricos”<sup>17</sup>: elaboração; método; produção; conceito; esquizoanálise; operação; esquema; traçado; força; potencial; agência; coisas; subjetivação. Nenhum destes conceitos é novo.

Que o enunciado se vale de conceitos e com eles é exprimido, já vimos na seção dedicada à apresentação do problema. E no caso de nossa problemática, “elaborar” e “a ser traçado” consignam uma criação conceitual. Mas a vinculação conceito-problema impõe que o problema a que ele responde também seja novo, tanto quanto os conceitos são novos. Daí que os problemas só podem ser “isolados ou compreendidos” (delimitados) na medida da sua solução pelos conceitos; daí que “Bergson, que contribuiu tanto para a compreensão do que é

---

<sup>16</sup> Retomadas no Apêndice I como “quase-textos”.

<sup>17</sup> Referimo-nos a conceitos genéricos como estes que, embora sejam conceitos, são pouco diferenciados em relação aos meios pelos quais foram produzidos ou domínio a que pertencem. Em outras palavras, o que chamamos de conceito genérico, aqui, é esse ainda indiferenciado entre conceito propriamente filosófico, científico (proposição/função), social (opinião/função do vivido), artístico (sensação) ou religioso (figura).

um problema filosófico, dizia que um problema bem colocado era um problema resolvido” (p. 98).

Platão criou o conceito de Ideia diante do problema da polis grega de selecionar pretendentes para tal ou qual posição, que será então preenchida por aquele que mais se aproxima de um ideal puro, do *pathos* idealizado, do fundamento (Deleuze & Parnet, 1988-1994). O pensamento feminista criou o conceito de gênero, que dá a perceber desigualdades e violências presentes na sociedade, na história, nas relações. Ainda no exemplo do conceito de gênero, a vinculação conceito-problema faz com que ele seja inseparável de existências engendradas que são sua concretude, seu plano de imanência.

A novidade do problema não é no sentido de quem “procura sarna pra se coçar” nem de quem “inventa um problema pra vender a solução” ou ainda acorda um belo dia e diz “vou inventar um conceito”. O problema é também novo no sentido de quem diz que “esses conceitos que estão aí são ... demais (ou de menos) pro meu gosto”.

Encontramos em Gloria Anzaldúa (2000) um exemplo perfeito desta necessidade, isto é, os conceitos são alguma coisa demais ou de menos “pro meu gosto” no mesmo sentido de que a autora é “levada a escrever”; a necessidade que se desdobra em problema filosófico é como uma necessidade de escrita para Anzaldúa:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 232)

Anzaldúa enuncia, em termos de uma justificativa, a necessidade que a leva a escrever: as *condições*, os afetos, as interlocutoras para quem escreve, a construção, a desvalorização. Mereceria um texto à parte, porque, densamente, a necessidade de criação pelas palavras numa escrita está toda aí... Essa “vida que não aplaca os apetites” e esses “conceitos que são alguma coisa demais ou de menos pro meu gosto” concernem a uma necessidade criação, mas também

de destruição primeira. É dizer que o problema filosófico não se encontra sem uma destruição primeira.

Ela aparece na “literatura” em termos de crítica, desconstrução, raspagem, caos, mas importa a este construtivismo essa abertura que esses processos realizam. E pode ser uma abertura que vem das violências. Recordo-me de Lucas Veiga (2019; 2020), esquizoanalista, para quem “a subjetividade negra é uma subjetividade eminentemente desterritorializada” (2020, s/n) pela violência racial atualizada em inúmeros dispositivos desde a diáspora, mas que precisa ser uma violência criadora (Veiga, 2019). Evidentemente, a violência não é experiência exclusiva do estrato negro da população brasileira, e a violência racial não é a única... mas esta é um exemplo de violência que destrói, abre para o caos e mesmo a loucura ou fluxos esquizos...<sup>18</sup>

A atitude crítica pode não bastar, mas também pode constituir um primeiro passo para esta abertura. Um exemplo é a crítica de Morozov (2018, pp. 21-26) ao conceito de “internet” e “o digital” que povoam as críticas ao chamado Vale do Silício: por estes conceitos terem sentido preenchido pelo próprio objeto da crítica (Vale do Silício), tornam-se inócuos para seu problema enunciado que é a retomada da “soberania popular” sobre as tecnologias: diríamos “internet” e “o digital” são “conceitos vazios demais para o (G/g)osto de Morozov”. Um trabalho filosófico “ao Gosto de Morozov” começaria pela destruição destes conceitos em favor de outros, mais afeitos ao problema da “soberania popular”.

Neste ponto talvez já seja possível repetir que a necessidade é que pede criação; essa necessidade que, no domínio da filosofia, se desdobra em *problema filosófico* e *Gosto*. Seja essa necessidade “deliberada”, mais ou menos consciente, seja ela “liberada” por uma destruição ou violência de fora. Contudo, se formos bem-sucedidos na elaboração de um esquema conceitual, o problema colocado será outro. Inicialmente, o problema é intensivo e captado por meios indizíveis antes de poder ser enunciado. Daí o apelo a um Gosto.

Em outras palavras, o problema é primeiro intuído, sentido como incômodo, perturbação antes de poder ser enunciado. A criação de conceitos “ou a escolha de seus componentes faz apelo ao gosto, e não a razões ‘racionais e razoáveis’” (p. 95). O problema é uma necessidade antes de poder ser enunciado precisamente pelos conceitos que o solucionam ou ajudam a solucionar.

---

<sup>18</sup> Será essa violência que vem de fora e obriga à criação o mesmo que a “experiência do Fora” de que os autores e comentadores tanto falam? *Fora* é um conceito que me ultrapassa; eu não saberia responder, embora o estilo dos autores de usar palavras banais e desdobrar-lhes outro sentido me indique que sim, tem a ver. Em todo caso, não é uma questão necessária neste momento.

Esse problema vinculado a novos conceitos será forçosamente outro também pela particularidade ou “especificidade” do problema filosófico. Trata-se de uma problemática não-proposicional. “Problemática” não no sentido de um *conjunto* de problemas, mas de uma *encruzilhada*<sup>19</sup> de problemas. Não-proposicional porque uma proposição tem referentes extensos, nos estados de coisas atualizados, ao passo que o problema filosófico é intensivo. A distinção entre conjunto e encruzilhada tem esta marcação: o conjunto é uma operação de conjuntização extensiva, própria da ciência lógica ou hegemônica, enquanto a encruzilhada é intensiva.

Como explicam os autores, o problema “não consiste em responder a uma questão, mas em adaptar, coadaptar, com um “gosto” superior, como faculdade problemática, os elementos correspondentes em curso de determinação” (p. 158). Estes elementos em curso de determinação, em filosofia, são o plano de imanência ainda transparente (virtual), o personagem conceitual ainda no limbo, concomitantemente aos conceitos.

A criação conceitual – consignada por nosso problema inicial de pesquisa (“esquema a ser traçado”) – requer uma problemática que remete ao mundo e a uma assinatura, isto é, plano de imanência e personagem conceitual, daí a necessidade de um gosto que modula a coadaptação entre os três. É dizer (ou repetir) que a criação de conceitos se dá ao mesmo tempo que a invenção de personagens e traçado de planos; a produção de um entendimento - no caso, dos objetos e técnicas (coisas) que nos ultrapassam - requer ao mesmo tempo imaginação e razão. É dizer (ou repetir) que os traços intensivos não são possíveis sem traços personalísticos e diagramáticos; as saraivadas pedem solavancos e abalos; a consistência não é sem insistência e imanência.

Desta maneira, ao considerarmos problema e Gosto na(s) resposta(s) ao problema de traçar um esquema conceitual em torno de “força” e “potencial de agência”, esse esquema conceitual exigirá uma abertura a virtualidades caóticas, uma necessidade desdobrada em gosto, e personagens conceituais e recortes de uma plano de imanência, que serão as concretudes do conceito (mas não sua referência). Contudo, há mais disposições acerca das relações plano-conceito-personagem, a serem consideradas na “revisão” das abordagens das coisas.

Criação remete a um problema e a um Gosto, que por sua vez remetem ao plano e personagem. O plano dá as *condições* do problema e o personagem, a *incógnita* do problema -

---

<sup>19</sup> “Um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes” (p. 25).

“o X da questão”. O limite para a criação de conceitos é somente o plano que eles povoam que, por sua vez, junta os conceitos e entretém os personagens. Os personagens, por sua vez, estão entre o caos e o plano e entre este e os conceitos. Temas para um novo subtítulo.

### **Criação conceitual por meios filosóficos: personagem conceitual e plano de imanência**

Se considerarmos o grau ou a quantidade de desterritorialização que a criação dos conceitos enseja, podemos distinguir ao menos três tipos de criação. Uma ligada à desterritorialização absoluta, do conceito propriamente filosófico: momentos revolucionários. Outra ligada a desterritorializações relativas, que “revolucionam” alguns aspectos de nosso modo de vida mas não outros: “pedaços de nova terra”; e uma terceira ligada ao “perpétuo deslocamento da diferença”, um movimento que independe de uma ação deliberada e não pede boa vontade, que é ordinária e de todos nós - poética ou “pequena criação cotidiana”.

A necessidade de criação, como vimos, não é exclusiva da filosofia. Talvez seja a essa necessidade a que se refere Milton Santos (1997) em entrevista ao Roda Viva ao dizer que “os pobres é que criam, porque conhecem a experiência da escassez”; ou Celso Furtado (Viana, 1977), ao falar da “enorme força criadora” do povo brasileiro, resultante (também) da formação econômico-social brasileira autoritária...

Não são exatamente a mesma coisa, mas intensivamente aproximáveis como forças que percebem essa criação muito antes do “empreendedorismo”, da “economia criativa”. Uma *pequena criação cotidiana* que também é ligada a “necessidades do estômago ou do espírito”; necessidades relativas, mas concretas, imanentes. Fazer bico, rolo, dívida, troca, serviço, montar uma banca, revender produtos, drogas, trabalhos de faculdade, dar aulas particulares, colocar quitanda. E mesmo dar golpe, furtar, cafetinar. Fabulações, caôs, fofocas.

Cada uma de nós vive suas necessidades, seus problemas, seus dramas<sup>20</sup> – e o que nos chega na c/klínica senão os dramas? A gente se vira, tenta se virar. Muitos destes problemas são coletivos: o próprio capitalismo, a colonialidade, o patriarcado, a atual pandemia, o fim-do-mundo; a brutalidade, colonialidade, a morte, os regimes de poder, a necropolítica, o futuro... as grandes questões de nossa época são linhas coextensivas a todo campo social. Mas um

---

<sup>20</sup> Sobre a noção de drama, há uma definição publicada posteriormente em um vocabulário da psicologia da diferença (Pereira, Setembrino, & Pereira, 2021), aproximável da noção do Esquizodrama (Baremlitt, 2016), mas feita a partir da tese de Deleuze (1967-2004).

mesmo sujeito que se preocupa com essas questões é o que aluga uma casa, faz seu almoço, mexe no celular, trabalha e se vê impedido em pequenas coisas de seu projeto de vida...

“Os problemas que são os nossos” ou nosso drama envolve essas coisas que estão ao alcance da mão, são concretas, mas não para a gente. Coisas que se impõem e nos ultrapassam, inclusive e sobretudo em relação a um entendimento (que não é necessariamente metafísico). Coisas banais, como a chaleira elétrica que comprei outro dia: não diz da razão nem desrazão, como o fio de Ariadne, tampouco aprisiona demônios, como a ânfora de Salomão; não define se o país será rachado em dois, como o revólver com o qual Getúlio atira no próprio peito, tampouco define eleições presidenciais, que nem a faca de Adélio em Bolsonaro; não é das tecnologias mais “avançadas”, feito um nano robô, tampouco define uma grande guerra, como uma bomba atômica. Mas entra resolvendo, por exemplo, uma *apraxia* de esquecer a água no fogo.

A chaleira elétrica, banal como é, “ao mesmo tempo” que me livra do incômodo de não conseguir fazer café ou esquecer a água no fogo, também entra num rendimento, acelerando o fazer café e me mantendo mais acordado no escritório em casa; tem virtualidades mais próximas de se atualizar, além daquelas dadas pela sua constituição técnica, mecatrônica e sociológica (esquentar água para fazer café), como por exemplo esquentar água pra tomar banho de cuia, jogar num invasor ou desmontar o objeto para usar seu aquecedor numa estufa comunitária; é também solidária à energia elétrica, ao coador descartável.

O drama da chaleira, meu drama com a chaleira reside em desejá-la junto com o “big data” do aplicativo usado para compra-la, com o sistema “uberizado” utilizado para entrega-la, com o modo de vida que ela compõe ao atualizar um rendimento, ao mesmo tempo em que ela compõe o escritório que é meu cantinho da casa, um cercamento que é também por onde posso implodir a coisa toda, ou produzir um futuro; compõe uma montagem que tem todo um regime de afetos paralelos, a começar pela delícia de acertar na feitura do café.

Resolver um drama ou uma encruzilhada de problemas por meios filosóficos envolve, como dissemos, personagem conceitual. É bem a dramatização (Deleuze, 1967-2004), atualização de virtual, em que é necessário ao mesmo tempo um *precursor sombrio*, agente de comunicação das séries<sup>21</sup>, e *consignar sujeitos larvares*, “únicos capazes de suportar a pressão

---

<sup>21</sup> “Se é verdade que todo sistema é um campo intensivo de individuação construído sobre séries heterogêneas ou disparatadas, a comunicação das séries, levada a cabo sob a ação do sombrio precursor, induz fenômenos de acoplamento entre as séries, de ressonância interna no sistema, de movimento forçado sob a forma de uma amplitude que *transborda as próprias séries de base*” (Deleuze, 1967-2004, pp. 118, grifos nossos).

de uma ressonância interna ou a amplitude de um movimento forçado. [Pois] Composto, qualificado, um adulto pereceria aí” (Deleuze, 1967-2004, p. 117).

O personagem conceitual (sujeito larvar e precursor sombrio)<sup>22</sup> é quem sustenta o lide com virtualidades caóticas, as velocidades infinitas e a violência que isto implica. Larvar porque “é” um ainda-não-ser, acabado, atual, formado. Daí a necessidade de sua invenção concomitante à criação de conceitos antes indeterminados e ao traçado do plano ou diagrama antes transparente.

Na história da filosofia, os autores exemplificam com Sócrates de Platão, Dioniso de Nietzsche, Idiota de Nicolau de Cusa. Mas em qualquer filosofia “ele está lá; e, mesmo não nomeado, subterrâneo, deve sempre ser reconstituído pelo leitor” (p. 77). Não que ele seja um personagem de um diálogo, mas detém pressupostos subjetivos e pré-conceituais, os traços personalísticos necessários a uma razão [corte no caos] e o próprio pensamento. O “Eu” de uma autoria é uma terceira pessoa; agente de enunciação filosófica, o Eu é sempre terceira pessoa.

Até aqui, a consideração do personagem conceitual como exigência do pensamento requer que consideremos que o personagem não é o representante do pesquisador(a), autor(a) ou pensadora, este é que envolve o personagem conceitual e todos os outros; não é “personificação abstrata”, “símbolo” nem “alegoria”, pois vive e insiste<sup>23</sup>.

Embora seja ele quem enuncia, por viver e insistir, o personagem conceitual também não se confunde com personagem de diálogo. Eles percebem e sentem os conceitos, antes e além de pensá-los. Por isso também não se confundem com os sujeitos históricos, os filósofos consagrados ou qualquer um de que se possa fazer uma biografia.

Este ponto é especialmente sensível aqui, no qual os filósofos profissionais são conduzidos a se especializar em um autor, um conjunto próximo de autores, um tipo de filosofia; em que as revistas de filosofia não raro figuram preenchidas de cartas, dados biográficos, contextualização histórica. Cada qual encontra um filósofo, conjunto de filósofos e ou filosofia para verdadeiramente morar. É dramática a colonialidade que faz com que o domínio da biografia de um autor possa suplantam aquilo que podemos fazer com ele; e mereceria um desenvolvimento à parte, considerando também as eventuais saídas a partir desta mesma brutalidade, como a criação possível em uma tradução, um uso seletivo desta autoria, mas também considerando os riscos de abandono do mundo ou de se fazer uma filosofia apolítica

---

<sup>22</sup> Precursor sombrio ou sujeito larvar, como apare n’*O método de dramatização*, é aqui “sinônimo” do que chamarão n’*O que é a filosofia?* de personagem conceitual.

<sup>23</sup> “Não são mais determinações empíricas, psicológicas e sociais, ainda menos abstrações, mas intercessores, cristais ou germes do pensamento” (p. 85).

(porque não-utópica) ao morar em uma autoria. Mereceria um desenvolvimento à parte, porque este drama colonial<sup>24</sup> também é nosso, quer enveredemos pela filosofia ou não. Mas por ora, cumpre apenas colocar que o personagem conceitual não se confunde com os sujeitos históricos, biografias, traumas de infância, “bastidores”.

É possível, sim, “extrair acontecimento” dos sujeitos históricos para fazer traços dos personagens conceituais<sup>25</sup>. Dispomos de muitas autorias no conjunto das abordagens das coisas: *o Milton Santos, o Bruno Latour, a Cathy O’Neil, a Donna Haraway*. Fazer-lhes personagens conceituais seria ‘na medida’ do acontecimento ou traço intensivo dos seus conceitos... que pensamento é esse que só pode ser expresso em termos de mediação, tradução ou rede? (Latour) o traço personalístico do Milton Santos, sua arrogância (arrogar-se) e coragem, o valor como intelectual para tentar uma conceituação totalizante da técnica e do Espaço; o que farei passar fazendo-os falar pela minha boca? Que plano intentarei traçar...

É recorrente ou comum entre esquizoanalistas que as autorias sejam chamadas de personagens conceituais. Mas as autorias são sujeitos localizáveis na história e na geografia, segundo depoimentos de pessoas que conviveram, segundo registro de nascimento, casamento e óbito que se pode encontrar no cartório (ou arquivos); como personagens conceituais que falem pela nossa boca, como terceiras pessoas, careceriam de traços do que constitui um plano de consistência, um esquema conceitual. Seria preciso transformar *O Álvaro Vieira Pinto* em *um Álvaro Vieira Pinto*, amigo ou inimigo.

“Seria preciso”, mas não “é”, pois não necessariamente os personagens serão inventados desde as autorias nas abordagens das coisas, embora assim como os personagens conceituais elas constituam pontos de vista. **O que é necessário é que eles detenham os pressupostos subjetivos necessários ao plano:** traços personalísticos que condicionaram a criação de conceitos<sup>26</sup>. O personagem conceitual é quem traça o plano do caos e o povoa o plano com conceitos; na trindade filosófica (trindade de quatro), ele se coloca entre um e outro (Figura 2, adiante).

---

<sup>24</sup> Uso aqui esse termo de maneira alheia aos debates e distinções entre colonialismo, colonialidade, colonização, decolonial, pós-colonial...

<sup>25</sup> “Os movimentos físicos e mentais dos tipos psicossociais, seus sintomas patológicos, suas atitudes relacionais, seus modos existenciais, seus estatutos jurídicos, se tornam suscetíveis de uma determinação puramente pensante e pensada que os arranca dos estados de coisas históricos de uma sociedade, como do vivido dos indivíduos, para fazer deles traços de personagens conceituais, ou *acontecimentos do pensamento* sobre os planos que ele traça ou sob os conceitos que ele cria” (p. 85, grifos dos autores)

<sup>26</sup> “Os personagens conceituais constituem os pontos de vista segundo os quais planos de imanência se distinguem ou se aproximam, mas também as condições sob as quais cada plano se vê preenchido por conceitos do mesmo grupo” (p. 92).

É possível extrair traços personalísticos de sujeitos históricos e tipos psicossociais e isto diz senão de uma tradutibilidade entre os domínios (campo social e filosofia, neste caso), mas uma penetração mútua. Os autores dão ainda algumas pistas em relação às figuras estéticas (das artes) e observadores parciais (ciência lógica). A fim de exemplo:

Com mais forte razão, os personagens conceituais (como as figuras estéticas) são irreduzíveis a tipos psicossociais, *embora haja ainda aqui penetrações incessantes* (p. 82, grifos nossos). [...] Mas o nome de demônio permanece excelente *em filosofia, como também na ciência*, para indicar, não algo que ultrapassaria nossas possibilidades, mas um gênero comum desses intercessores necessários como "sujeitos" de enunciação respectivos: o amigo filosófico, o pretendente, o idiota, o super-homem... são demônios, *não menos* que o demônio de Maxwell, o observador de Einstein ou de Heisenberg (p. 153, grifos nossos).

É dizer (ou repetir) que a criação exige personagens conceituais que enunciam o criado (proposição, conceito, sensação e, em todo caso, espaço-tempo ou “pedaço de nova terra”). Mas será preciso ir mais longe do que os autores na relação do conceito filosófico com o campo social, do personagem conceitual com os tipos psicossociais, pois esta relação nos é igualmente importante e eles se centram na filosofia, ao menos neste texto base. Eles identificam a criação de conceitos com momentos revolucionários, de desterritorialização absoluta... e os personagens conceituais são agentes de desterritorialização absoluta do pensamento. Mas as relações entre esta criação e a mais banal das ações (como meu uso da chaleira elétrica, por exemplo, mas com qualquer banalidade) restam ainda por determinar; e o nome “demônio” não resolve a relação com o domínio da religião... seria exu multiplicado, o que faz os caminhos?

Concordamos que “demônio” é excelente para designar a insistência de entidades que perturbam, acozzam e que nos possuem. É necessária uma proliferação de personagens, um eu que se torna múltiplo: não é esta a fórmula da esquizofrenia, no livro de Marcos? “Legião é meu nome, porque somos muitos”<sup>27</sup>. Nos é até instigante pensar que numa filosofia pelos devires “há sempre pacto com um demônio” (Deleuze & Guattari, 1997a, pp. 25 [lembranças de um feiticeiro, II]); e que “Satã não existe porque Deus existe. É justamente o contrário” (Silva T. T., 2007, p. 311), pois a rebeldia é anterior ao poder... inventar modos de existência virtuais para criar conceitos e razeo o mundo requer uma potência nada menos que demoníaca a olhos cristãos, mas *a olhos cristão* (!). “Demônio” e “Religião” nos parece – ainda –

---

<sup>27</sup> Refiro-me à *Psicopathologia* de Francisco Martins, que, diga-se de passagem, considero um “negativo” da esquizoanálise. Em aula, ele dera este exemplo da passagem de Marcos para explicar a multiplicidade da esquizofrenia.

terrivelmente cristão, irremediavelmente europeu – o que nos retorna ao drama da colonialidade<sup>28</sup>.

A própria designação de Religião é uma forma de “medir” todos os povos pela “régua” do cristianismo; o que é demoníaco tem, em sua multiplicidade, uma insuportável perspectiva do olho e do Rosto de Jesus Cristo – que os próprios autores identificam em um dos seus devires<sup>29</sup> - e talvez “religião” seja ainda uma sobra de estruturalismo...

Não se trata, porém, de apontar onde os autores são ainda coloniais, onde eventualmente traíam seus devires. Mas partir “deles” [metonímia] para colocarmos que o construtivismo esquizoanalítico precisa retornar ao modo de vida, além de partir dele, e envolver os domínios que nos pareçam adequados, talvez reformulando-os. Provisoriamente, cumpre resolver o drama da colonialidade considerando aquilo que na obra européia se deu a partir de devires conosco, que chancela nosso *modus operandi* de agenciamento criativo, e o pensamento anterior à desqualificação. Nesse sentido nos ajuda a imagem fornecida por Cusicanqui, de que também o pensamento é matéria de expropriação<sup>30</sup>.

Todavia **o movimento entre domínios neste construtivismo é uma questão de conclusão**; por ora fiquemos com essa preocupação e com a pista de que essa relação entre conceito filosófico e campo social envolva utopia ou a política na filosofia<sup>31</sup>. A preocupação com a transição entre os domínios e mútua penetração de personagens conceituais, exus, tipos psicossociais é uma preocupação de crueldade. Parafraseando Ernesto Sábato (Rosset, 1989), adicionaríamos que “o personagem deve ser sem misericórdia e se voltar contra seu inventor se ele não se trata a si mesmo com crueldade”<sup>32</sup>, pois o personagem tampouco é um fenômeno de dissociação, *pose*, cinismo ou reservado a momentos extraordinários.

---

<sup>28</sup> Haveria outras passagens de nosso texto-base a adicionar, sobretudo no capítulo da Geofilosofia, que retomam um aspecto colonial dos autores, a nosso modo de ver.

<sup>29</sup> Cf. *Rostidade*, no volume 3 de Mil Platôs (Deleuze & Guattari, 2012).

<sup>30</sup>“Sílvia Rivera Cusicanqui (2020) desenvolve uma imagem que expressa com exatidão esse percurso da produção do pensamento, levando em conta que o processo de colonização está imbricado à produção capitalista, na qual todo produto se transforma em mercadoria, incluindo aí o pensamento [...] há um fluxo na história do pensamento que começa entre os ameríndios e chega à Europa, por uma canalização semelhante a uma estrutura de distribuição hidráulica da produção, desde os primeiros contatos dos brancos com os não-brancos. Esses últimos são considerados como aqueles que pensam de uma maneira selvagem. Mas é essa selvageria que vai gerar entre os brancos o pensamento autônomo, emancipador, moderno. O fluxo que corre desde o Sul, no entanto, é mantido escondido, deixando à mostra apenas o grande lago das correntes de pensamento que foram nutridas por seus rios” (Pereira, 2021, p. s/n).

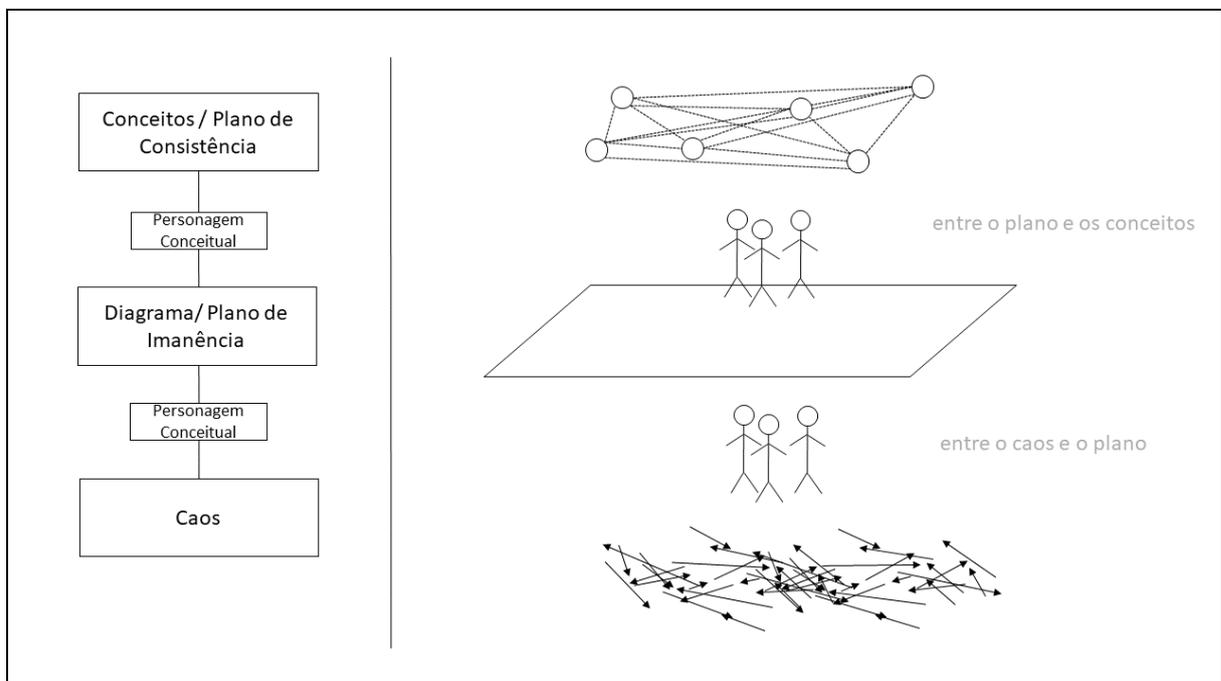
<sup>31</sup> “É sempre com a utopia que a filosofia se torna política, e leva ao mais alto ponto a crítica de sua época. [...] dizer que a revolução é, ela mesma, utopia de imanência não é dizer que é um sonho, algo que não se realiza ou só se realiza traíndo-se. Pelo contrário, é colocar a revolução como plano de imanência, movimento infinito, sobrevoos absolutos, mas enquanto estes traços se conectam com o que há de real aqui e agora, na luta contra o capitalismo, e relançam novas lutas sempre que a precedente é traída” (p. 120-121, grifos nossos).

<sup>32</sup> Originalmente: “Desejo ser seco e não enfeitar nada. Uma teoria deve ser implacável e volta-se contra seu criador se este não trata a si mesmo com crueldade.” (Sábato citado por Rosset, 1989, p.4)

**Em resumo**, os personagens conceituais são sensíveis filosóficos, pontos de vista que percebem, mas também sentem os conceitos além de pensá-los; vivem e insistem, são agentes de enunciação do pensamento e também condição mesma destes; é preciso retirá-los limbo – ou invocá-los aos montes, demônios que são -, inventá-los ao mesmo tempo em que se cria os conceitos e traça o plano e precisamente para a construção destes, pois cada operação só encontra critério nas demais. Os personagens são terceiras pessoas que falam pela boca do filósofo (ou pesquisador, escritor): “Eu é um outro”, “Eu é legião”. Precursor sombrio, sujeito larvar do pensamento, intercessor, eles atuam entre o plano de imanência e os conceitos.

O personagem conceitual e o plano de imanência estão em pressuposição recíproca. Ora o personagem parece preceder o plano, ora segui-lo. É que ele aparece duas vezes, intervém duas vezes. Por um lado, ele mergulha no caos, tira daí determinações das quais vai fazer os traços diagramáticos de um plano de imanência [...]. Com seus traços personalísticos, o personagem conceitual intervém pois entre o caos e os traços diagramáticos do plano de imanência, mas também entre o plano e os traços intensivos dos conceitos que vêm povoá-lo. (p. 91)

**Figura 2 – Personagem conceitual na criação por meios filosóficos**



Fonte: elaboração própria a partir d’*O que é a filosofia?*

Responder às necessidades por meios filosóficos requer, então, encontrar os traços personalísticos necessários à composição de pontos de vista que ao mesmo tempo produza conceitos e trace [especifique] um plano. O nosso drama com as tecnologias, colocado na proposição “traçar um esquema conceitual em torno dos conceitos de força e potencial de

agência...”, se resolvido por meios filosóficos, então, exigirá a invenção de personagens conceituais, extraídos ou não dos sujeitos históricos que são as autorias a serem revisadas do conjunto das abordagens das coisas. Quanto ao plano de imanência, o que resta dizer, além de que ele compõe a trindade filosófica?

O plano de imanência é bem o Deus de Espinosa, o Diagrama de Foucault, o Corpo-sem-Órgãos (CsO), Máquina Abstrata, Imagem do Pensamento, mundo: todas essas designações são “sinônimas” – ou partes de um fractal<sup>33</sup>. Como Imagem do Pensamento, imagem que o pensamento se dá do que significa pensar, ele seleciona o que é de direito do pensamento para fazer dele seus traços, a exemplo do “Diagrama Cartesiano” [ou moderno/colonial] para o qual a burrice, a amnésia, a afasia, o delírio e a loucura são consideradas “erros” do pensamento, seu negativo. As mudanças no que é o pensamento partem do plano anterior. Se o erro é constitutivo do plano para Deleuze e Guattari, é a partir da imagem do pensamento (plano de imanência) “cartesiana”, por exemplo.

**Disto importaria a nosso método pensar o que não seria de direito do pensamento, aqui e agora.** Em que pese o plano de imanência ser o “Omnitudo”, a cada movimento ou caso ele é *especificado*, de modo que não parece ser o Uno-Todo<sup>34</sup>. Note-se que desde *O método de dramatização* (Deleuze, 1967-2004), “especificado” é “qualificado”, e uma coisa só tem qualidade/especificidade (“coordenadas espaço-temporais”) como coisa extensa; neste caso ou texto, as coisas em geral ou tudo que existe o é como síntese extensivas de virtualidades intensivas que são condição de toda experiência: esta síntese ou diferenciação é bem a dramatização, passagem do virtual ao atual. Dito de outra maneira, o que passa do virtual ao atual (dramatização), o faz ganhando qualidades, especificidades e coordenadas espaço-temporais (histórico-geográficas, por assim dizer). Este é um ponto que precisamos salientar: “assim como” para Espinosa tudo o que há é manifestação de Deus, aqui o que há são manifestações de uma virtualidade infinita... Outro ponto é de que o plano de imanência não é acessível senão por estas especificações:

As formas e seus desenvolvimentos, os sujeitos e suas formações remetem a um plano que opera como unidade transcendente ou princípio oculto. Podemos sempre expor o plano, mas como uma parte à parte, um não-dado naquilo que ele dá [...] um plano que não pode ser dado enquanto tal, que **só pode ser inferido, em função das formas que desenvolve e dos sujeitos que forma**, pois ele é *para* essas formas e esses sujeitos. (Deleuze & Guattari, 1997a, pp. 55 [lembranças de um planejador], negritos nossos, itálico dos autores)

<sup>33</sup> “Absoluto ilimitado, informe, nem superfície nem volume, mas sempre fractal” (p. 46)

<sup>34</sup> “O plano é pois o objeto de uma especificação fininita, que faz com que ele não pareça ser o Uno-Todo senão em cada caso especificado pela seleção do movimento” (p. 49)

Se o plano de imanência tem qualquer causalidade em relação as coisas, é uma *causa imanente*, como tratarão de explicar por *Foucault*<sup>35</sup>. É, portanto, pelo efeito constitutivo nas formas e sujeitos que o plano pode ser inferido; formas e sujeitos como qualidades e especificações, coordenadas espaço-temporais, tempo cronológico e espaço extenso. Em termos “foucaultianos”, não se chega ao Diagrama senão pelos Dispositivos, motivo pelo qual a palavra de ordem “cartográfica” que se *ladainha* ao sudeste nos parece tão estranha: dizem que “o cartógrafo busca as forças e não as formas”, “plano das forças e não das formas”, mas não se chega ao plano das forças senão pelas formas em que elas se atualizam e de que são causa imanente. O plano pode (e talvez deva) ser traçado *apesar* das formas, além ou aquém das formas, mas não a despeito delas. “Não às formas” é abandonar o aqui-e-agora, as qualidades expressivas, as especificações do plano; “Não às formas” é um sim à transcendência... E “carecemos de um verdadeiro plano, desviados que somos pela transcendência cristã” [*amor fati?*] (p. 122).

Estes dois pontos, de que o plano se apresenta especificamente (formas, dispositivos, organização, atual) e de que só é acessível a partir de um aqui-e-agora apontam para uma espécie de positividade; **o plano só é traçável a partir da maneira como se configura aqui e agora**. Mas talvez paradoxalmente “o plano de imanência é ao mesmo tempo o que deve ser pensado e o que não pode ser pensado. Ele seria o não pensado do pensamento [...] É o mais íntimo do pensamento, e todavia o fora absoluto” (p.73).

Por este motivo “podemos sempre expor o plano, mas como uma parte à parte, um não-dado naquilo que ele dá” (op. cit.); se o Diagrama “é a exposição das relações de força que constituem o poder” (Deleuze, 2005, p. 46), no caso do plano de imanência/imagem do pensamento de Foucault, essa exposição é já uma atualização, especificação do plano, mas não ele próprio.

Como CsO, já se está nele e, no entanto, é preciso fazê-lo; onde se deve chegar, mas onde não se pode chegar. Mais ligado à ação do que a qualquer outra coisa: “uma prática, um conjunto de práticas”. Dirão que é neste sentido pré-filosófico, pois as práticas não filosóficas estão ainda dentro da filosofia. O plano que é intensivo é condição de toda experiência, e até mesmo modulação (Hur, 2018), daí o pensamento estar mais próximo de um “cão que pula

---

<sup>35</sup> “O que quer dizer, aqui, causa imanente? É uma causa que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre máquina abstrata e os agenciamentos concretos [dispositivos]” (Deleuze, 2005, p. 46).

desordenadamente” do que de um ser humano com seu método, mesmo se este método é “A cartografia” ou um “construtivismo esquizoanalítico”.

Traçar um plano seguindo uma disposição metodológica elaborada, ela própria, a partir de um plano é uma maneira de dirimir essa cristalização... só *mexendo* nas condições é que se pode mudar alguma coisa, embora haja um ou mais planos/diagramas/CsOs que deem as condições do problema e do método. Mexer é “arrastando-se como um verme, tateando como um cego ou correndo como um louco, viajante do deserto e nômade da estepe” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 12). Trata-se de considerar, como na *Ética*, que “a mente humana é capaz de perceber muitas coisas, e é tanto mais capaz quanto maior for o número de maneiras pelas quais seu corpo pode ser arranjado” (Spinoza, 2009, p. 66). Talvez o método que mais se aproxime desse tipo de necessidade seja o Esquizodrama...

Precisamente porque o plano de imanência é pré-filosófico, e já não opera com conceitos, ele implica uma espécie de experimentação tateante, e **seu traçado recorre a meios pouco confessáveis, pouco racionais e razoáveis**. São meios da ordem do sonho, dos processos patológicos, das experiências esotéricas, da embriaguez ou do excesso. (p. 52, grifos nossos)

Se nos perguntamos inicialmente o que resta dizer acerca do plano de imanência, é, pois, por não haver muito o que dizer de antemão acerca do seu traçado e ele se configurar como um Fora do pensamento, desejo (ação) e não-desejo (modulação). Podemos pensar, sempre a partir do que se atualiza aqui e agora, o que não é de direito do pensamento: onde e quando ele é censurado ou desqualificado nos diálogos, por exemplo? Como?

Essa pergunta não visa a conduzir a uma retomada de tudo que não é de direito do pensamento, no sentido de fazer justiça, mas àquilo que se pode retomar segundo um Gosto — que como vimos modula a criação de conceitos, traçado do plano e invenção de personagem. Em nosso caso, aqui, com frequência e intensidade, há uma desqualificação como “atrasado” ou “obsoleto”, por um lado, e violências metonímicas por outro lado: aquela que fala de “Brasil” tomando uma parte pelo todo... que instaura um *como se fosse* do Brasil todo e que tem efeito de invisibilização, por assim dizer, primeiro das diferenças que a analogia estrutural não deixa perceber e também invisibilização de nós mesmos.

Essa pergunta pelo que não é, aqui e agora, de direito do pensamento visa a conduzir a devires, que se dão *diante*<sup>36</sup> de algo ou alguém que a história não contou, que os modelos não

---

<sup>36</sup> “a raça invocada pela arte ou a filosofia não é a que se pretende pura, mas uma raça **oprimida, bastarda, inferior, anárquica, nômade, irremediavelmente menor** — aqueles que Kant excluía das vias da nova Crítica... Artaud dizia: escrever para os analfabetos — falar para os afásicos, pensar para os acéfalos. Mas que significa "para"? Não é "com vistas a...". Nem mesmo "em lugar de...". É "diante". É uma questão de devir. O pensador não é acéfalo, afásico ou analfabeto, mas se torna.” (p.131-132, grifos nossos)

abrangem, que as formas não alcançam. Devir-atrasado, em nosso caso e para o nosso Gosto, é já um destes devires a partir dos quais os meios filosóficos serão empregados.

Não se trata de tutelar nem denunciar o que não é de direito do pensamento. Traçar um plano implica o que não é de direito do pensamento tornar-se. Aqui empregamos uma concepção de direito para a qual a noção de acesso é estranha: se não há “acesso”, é simplesmente porque não é direito. Concepção próxima daquela de Lyra Filho (1982), um dos precursores de uma “doutrina” cuja denominação é curiosamente afeita ao que estamos colocando: *direito achado na rua*. Assim, o que não é de direito do pensamento não faz parte dos planos correntes, já que o plano de imanência é puramente intensivo e, como tal, é limite do pensamento e da percepção. Em outros termos, perguntar o que não é de direito do pensamento não é perguntar pelo que é coagido ou proibido pensar, mas pelo que não é sequer pensável. **Traçar um plano implica pensar um impensável**; paradoxalmente, como é do “Gosto” da “dona Filosofia”...

O que se qualifica como “razoável” é o que está mais ou menos de acordo com um plano corrente; o que se chama Razão é precisamente o traçado do plano. Um plano de imanência é um corte no caos, um plano puramente intensivo que condiciona as atualidades e extensões, que dele fazem parte. A criação por meios filosóficos é produção conceitual, mas ao mesmo tempo *abalando* os limites dessa produção que são dados pelo plano de imanência<sup>37</sup>.

Dissemos de passagem que o Esquizodrama é talvez o método que mais se aproxima dessa necessidade de mexer nas condições do problema e solução por conceitos, e isto não é somente porque “a vocação última do Esquizodrama é a invenção”<sup>38</sup>. Parece-me que o Esquizodrama serve para encontrar uma imanência afetiva, quando evita a significação, interpretação, representação; evita o “falatório” ou a *explicação* que tende a igualizar as intensidades ou evocar a *ilusão da anulação* da Diferença no próprio sistema extenso em que é explicada<sup>39</sup>. Evitar que o falatório (sobre)codifique a experiência é uma disposição metodológica que torna o Esquizodrama mais compatível para “a forma não proposicional do conceito em que se aniquilam a comunicação, a troca, o consenso e a opinião” (p. 121). Com a raspagem, o Esquizodrama responde à necessidade primeira de destruição que libera espaço para criação, e acesso a virtualidades caóticas.

---

<sup>37</sup> Neste ponto, a relação com o campo social talvez se inicie precisamente pelo desejo, como abordado em obras anteriores dos autores.

<sup>38</sup> Fala de Gregorio Barenblitt, precursor do Esquizodrama, em resposta a uma pergunta minha acerca do *telos* dado pela “constituição técnica” do Esquizodrama.

<sup>39</sup> A esse respeito, cf. a *Síntese assimétrica do sensível*, capítulo V de *Diferença e Repetição* (Deleuze, 1988), independentemente das querelas de tradução...

Outra disposição é aquela recuperada por Hur (2021) em termos de uma “perspectiva háptica”. O ponto importante desta proposta é a necessidade de, precisamente, ensejar um “processo patológico” que é a alteração dos sentidos para captar intensidades de maneira independente do extenso, ou antes de se tornarem qualidades do sensível. Esta disposição fornece uma pista para os abalos necessários ao plano, mas que, neste construtivismo como o propomos, essas virtualidades terão valor relativo às qualidades que nos permitirem perceber. Este construtivismo será tanto mais “esquizo” quanto mais longe pudermos ir no mergulho no caos, na viagem, na fuga por virtualidades caóticas, mas seu valor é relativo à “volta”, ao atual que é o “campo social”, o mundo; é como plano traçado que ele “não é princípio de organização, mas meio de transporte” (Deleuze & Guattari, 1997a, pp. 57-58).

Esta “volta” é bem a atualização. Se pudermos fornecer uma imagem representacional do atual e virtual, seria uma em que o extenso ou atual (tempo e espaço)<sup>40</sup> é uma parte menor de uma virtualidade, e representa uma parada no movimento da vida. Quanto mais se distancia do atual, maior a velocidade; a distância intensiva do atual seria uma distância de velocidade, passando pelo “provável” (de que se ocupa a ciência lógica) até chegar à virtualidade caótica, a infinita reserva definida menos como desordem do que como uma multiplicidade infinita de ordens (Baremlitt, 2003); até o caos definido como “velocidade infinita com a qual se dissipa toda forma que nele se esboça [...] velocidade infinita de nascimento e esvanescimento” (p. 139-140).

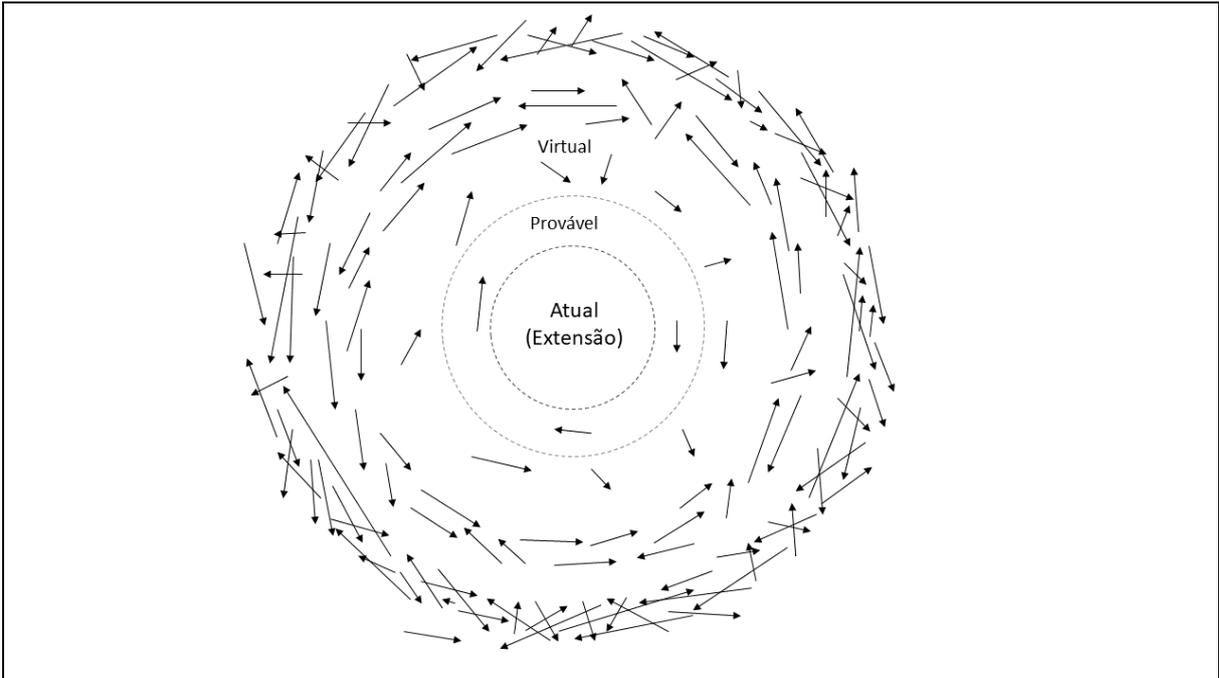
Na representação abaixo, temos no centro da imagem, o atual<sup>41</sup>. Na franja ou adjacência do atual está o provável como ainda-não-ser que é objeto da ciência, que o atualiza. Por exemplo, o risco epidemiológico como função probabilística da ocorrência de algum evento (infecção, suicídio): um ainda-não-ser que tem efeitos sobre o atual, como comportamentos e políticas de prevenção, por exemplo; toda uma estratificação em razão da prevenção, mas também das funções digitais... o provável é já virtual, apesar de mais próximo de se atualizar. E embora a potência de cálculo se amplie infinitamente com o aporte das máquinas digitais, trata-se de um infinito menor que o infinito virtual.

### **Figura 3 – Atual e Virtual do ponto de vista do ordenamento e da velocidade intensivas**

---

<sup>40</sup> Ou ainda molar, macropolítico, histórico, claro, morto, formal, visível, finito...

<sup>41</sup> Atual que na literatura “esquizo” aparece como forma, substância, estrato, agenciamento, extenso, macropolítico, molar, finito, limitado, ordem...



Fonte: elaboração própria a partir d’*O que é a filosofia?*

Traçar um plano significa tornar consistente uma virtualidade antes caótica, mas **o traçado do plano de imanência se confunde com os conceitos por criar – e apenas com eles.** É que se dizemos “*um* plano”, é no sentido de artigo indefinido e não de numeral: não há apenas 1 plano, “os planos são inumeráveis [...] e se agrupam ou se separam segundo os pontos de vista constituídos pelos personagens” (p. 92). A própria filosofia “é coexistência de planos, não sucessão de sistemas” (p. 71). Por conseguinte, quando dissermos “*o* plano”, o *O* esteve mais próximo de uma metáfora, metonímia (singular pelo plural) do que de “1” ou “único” plano. Os personagens traçam os planos pelos conceitos que assinam e que nada são sem essa assinatura. À parte que o traçado do plano se confunde com a criação de conceitos e que o plano é limite para essa criação, não há muito o que dizer de antemão sobre a relação entre conceito e plano<sup>42</sup>.

O conceito será mote de desenvolvimento ulterior, embora interdependente do plano e personagem. Por ora, cumpre apenas que citemos literalmente uma passagem que sintetiza esta relação da trindade filosófica que envolve parte do que abordamos aqui, de interesse para o método. Consideramos uma indicação metodológica (de criação conceitual por meios filosóficos) quando os autores dizem que

<sup>42</sup> “a correspondência de conceitos criados e de plano instaurado é rigorosa, mas faz-se sob relações indiretas que restam por determinar” (p. 71)

O conceito é bem uma solução, mas o problema ao qual ele responde reside em suas condições de consistência intensional, e não, como na ciência, nas condições de referência das proposições extensionais. Se o conceito é uma solução, as condições do problema filosófico estão sobre o plano de imanência que ele supõe (**a que movimento infinito ele remete na imagem do pensamento?**) e as incógnitas do problema estão nos personagens conceituais que ele mobiliza (**que personagem precisamente?**)”. (p. 97-98, grifos nossos)

Às duas perguntas grifadas poderíamos adicionar outras igualmente moduladoras do percurso de pesquisa: o que fazer dissipar por abalos no plano atual para dar lugar a novos traços? O que deixar de direito do pensamento ou pensável? Que traços personalísticos ou “pathicos” o plano requer para sua instauração, sua percepção?

Evidente que nenhum método ou “técnica” é suficientemente *seguro*. Estas questões moduladoras e as disposições metodológicas “pinçadas” do Esquizodrama, da “Cartografia das Intensidades” não nos salvarão da possibilidade de falhar miseravelmente. Mas podem constituir investidas e aproximações (abalos, solavancos, saraivadas) na criação por meios filosóficos.

Daí também a importância de uma análise de Implicação, num sentido ainda indiferen(ç/ci)ado entre Implicação, Gosto e Subjetividade: ao ensejar uma análise das condições, o processo<sup>43</sup> de análise de implicação remete a um plano, uma localização no plano de imanência. Um segundo sentido da palavra Implicação é envolvimento (“envolpar”), pelo qual a análise poderia distinguir precisamente as intensidades envolvidas nas qualidades que se expressam aqui e agora... levando-nos à causa imanente das coisas.

Um terceiro uso da análise de implicação, também afeito a este construtivismo como método, é o de “limitar o limite”: O limite externo é um contorno, uma forma que **informa** os corpos e é deles independente; limite cujo movimento é “de fora para dentro”; limite extenso, métrico, da lei. O outro tipo é o limite interno. Limite-dinâmico que é dado pela tensão entre os corpos, da relação entre elementos. Trata-se de um limite imanente e intensivo, “limite não-métrico que se expressa não por um contorno, mas por uma maneira de ser, por um modo (de vida), um hábito: não um lugar determinado, mas uma maneira de habitar o mundo, uma posição relacional” (Nodari, 2014, p. 9).

Ao listarmos as implicações que condicionam e dão forma à pesquisa como limites externos a ela, um efeito possível e desejável é operar o que Alexandre Nodari (op. cit.) chamou

---

<sup>43</sup> Aqui considerando a diferença entre procedimento e processo: enquanto o primeiro é enunciativo, o segundo é maquínico e, por conseguinte, a-significante. Embora a análise de Implicação seja também um procedimento, é seu aspecto processual que mais interessa.

de “limitar o limite”: incorporar estes limites-contornos (externos) de modo a convertê-los em limites-dinâmicos (internos), **acessando sua intensidade**. O que seriam condicionantes secretas e “alheias” da pesquisa, fazem agora parte dela: daí sua presença explícita no texto, anteriormente; daí seu uso poder se constituir como um programa.

Apesar de mencionarmos estes três usos possíveis da Análise de Implicação para o traçado de planos de imanência, tal procedimento mereceria um desenvolvimento à parte – o que temos tentado, paralela e sucessivamente... cumpre apenas ressaltar que mesmo em seu aspecto procedimental, a(s) análise(s) de Implicação, malgrado seu uso como “salvo-conduto”, retorna ao modo de vida. Repetindo Heliana Conde, “não se trata de *explicar* ou *explicar-se*, na forma do cordato respondedor do ‘que é o que é’, e/ou do ‘que cada um de nós é’, e sim de cuidar, coletivamente, do que andamos fazendo, hoje, de nossas vidas” (Rodrigues, 2012, pp. 105, grifos da autora).

**Em resumo**, uma produção conceitual por meios filosóficos se origina da necessidade, como qualquer ato de criação, mas de uma necessidade desdobrada em Gosto e problema. Criar conceitos (Entendimento) requer ao mesmo tempo inventar personagens conceituais (Imaginação) e traçar plano de imanência (Razão). Esta é a trindade filosófica ou os meios filosóficos, a que se adicionam a encruzilhada de problemas e Gosto para a modulação destas três operações concomitantes e interdependentes.

Para não esquecer: o que foi consignado em nosso problema proposicional (“traçar um esquema conceitual...”), exigirá, por este método, invenção de personagem e traçado de plano. Mas cada um com operações distintas. Temos pistas e disposições para o traçado do plano (cartografia, esquizodrama, análise de implicação) e para invenção de personagens (acontecimentalização de sujeitos históricos e tipos psicossociais), além das designações do que sejam um e outro.

Em certo sentido, todo este capítulo é uma versão demorada da “fatia filosófica” do primeiro esquema apresentado (Figura 1). Reservamos o próximo para a natureza do conceito, que é o mais importante para o método de “revisão” conceitual. Permanecendo com a distinção entre método e programa, o que desenvolvemos até aqui é no sentido de uma disposição metodológica a modular o percurso, ao passo que a prescrição metodológica é reservada aos programas (último capítulo). A trindade filosófica, isto é, a criação do esquema por meios filosóficos carecerá de programas correlatos.

A exemplo da análise de implicação, Esquizodrama, perspectiva háptica, as determinações do que sejam personagem, plano, Gosto, problema servem de *a priori* para o

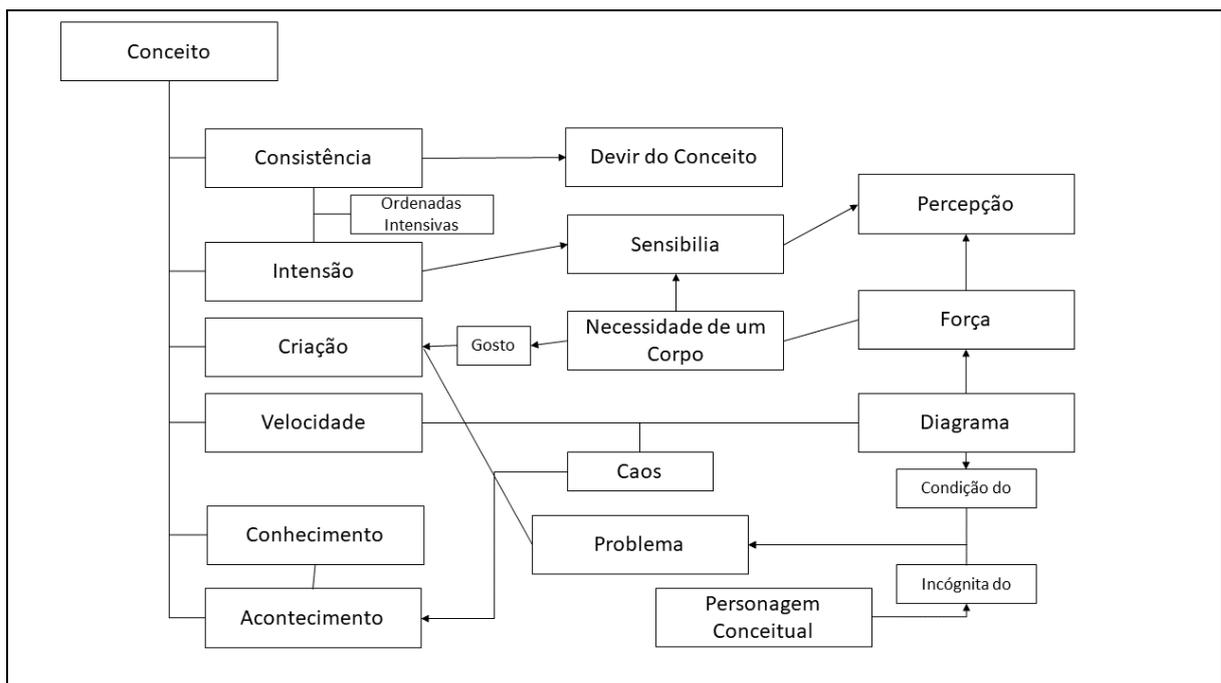
percurso com as abordagens das coisas, a fim de “operacionalizar um esquema conceitual...”. O traçado do plano começa pelo que não é de direito do pensamento aqui e agora, o que é impensável; o personagem conceitual, por sua vez, por posição involutiva em busca de uma potência “larvar” para sustentar os movimentos e desdobramentos necessários ao corte no caos. O traçado se confunde com a criação de conceitos, cuja natureza será abordada no capítulo seguinte.

## II – O conceito de conceito como metamodelizador da revisão-produção conceitual com as abordagens das coisas

Conforme a problemática apresentada, uma outra entrada conveniente neste construtivismo é pelos conceitos. Poderíamos partir de qualquer “elemento”, como os planos ou personagens conceituais. A entrada pelo conceito é conveniente pelo objetivo de sua revisão nas relações entre subjetivação, técnica e política, e de todo modo carece as outras atividades (traçar, intentar). Como dito anteriormente, “conceito” é um “termo organizador” que metamodeliza o percurso de pesquisa<sup>44</sup>, e servirá de disposição metodológica para revisão/elaboração conceitual.

Um conceito filosófico tem consistência, intensão e velocidade; é criação, é conhecimento e é acontecimento; remete a um problema, cuja condição é dada pelo plano de imanência (diagrama) e cuja incógnita é dada pelo personagem conceitual. A seguir, apresentamos um esquema do que seja a natureza do conceito neste construtivismo para, em seguida, desenvolver – todo o capítulo é esse desenvolvimento.

**Figura 4 – Esquema/Figura da Natureza do Conceito no Construtivismo Esquizoanalítico**



Fonte: Elaboração própria a partir d'O que é a filosofia?

<sup>44</sup> Assim como “dispositivo” pode ser o termo organizador de um percurso grupal, como experimentamos em atividades extemporâneas desta pesquisa (Tenório & Matos, 2021).

## Consistência

Em sua realidade filosófica, um conceito tem uma *consistência*. Esta é dada pela relação com outros conceitos que formam um *plano de consistência* onde “os conceitos se acomodam uns aos outros, sobrepõem-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, **mesmo se têm histórias diferentes**” (p. 27, grifos nossos).

A consistência de um conceito é dada por sua relação de *dever* com os outros conceitos e é nesse sentido que extrapola, excede sua história, sua institucionalização. Por esta razão é que, apesar de comparável com uma teoria ou quadro teórico, um plano de consistência não é o mesmo que uma teoria, pois concerne prioritariamente ao dever dos conceitos em um plano, assim, de consistência.

Para o método, a *consistência* importa precisamente a relação com outros conceitos, que o determina. Tanto as relações internas de composição por outros conceitos quanto relações externas, remetendo a outros conceitos em sua história e dever. Considerar a consistência de um conceito é defini-lo absolutamente pelas suas relações, isto é, não por uma constante ou variável, mas pelas relações que entretém.

Seus componentes conferem uma endoconsistência. Um conceito é composto por dois ou mais conceitos e estes, por sua vez, compostos por outros e assim ao infinito, sem que exista um conceito de todos os conceitos. Os autores chamarão de *zonas*, *limites* ou *devires* as *conexões* internas entre conceitos distintos, mas inseparáveis, mas o essencial é que são relações internas sem as quais o conceito se tornaria outro.

Mas também as *conjugações* externas com outros conceitos o determinam, pois determinam a problemática a que ele responde. As *pontes* que o conceito faz num mesmo plano de consistência lhe conferem sua *exoconsistência*, que se dá quando os componentes internos estão saturados. Nesse sentido que um plano de consistência pode ser composto por conceitos advindos de outros planos, outras histórias e historiografias, pois o que importa são as relações, os devires intensivos.

Um exemplo é o conceito de intencionalidade, que pode ter sua historiografia com origem atribuída aos fenomenólogos, mas que se torna outra coisa quando apropriado pelo pensamento geográfico. N’A *Natureza do Espaço*, Milton Santos (2009) propõe intencionalidade como algo entre a ação (cujo sentido é social) e os objetos (com suas virtualidades mais próximas dadas por sua constituição técnico-normativa). Intencionalidade passa de uma “consciência *de*”, como aparece em alguma fenomenologia, para resolver um

problema de análise da técnica que leve em conta não só os objetos, e nem só “o social”, mas a conjunção de ambas, formando o *território* que passa então a ser definido como conjunto indissociável de *sistema de objetos* e *sistema de ação*. Intencionalidade tem aí sua consistência pela relação com “ação”, “objetos técnicos”, “sistema” e “território” - e cada qual com suas composições internas e externas.

A consistência, também podemos designá-la como vizinhança. São “sinônimos”. As relações entre conceitos são relações de vizinhança interna (endoconsistência) ou externa (exoconsistência). É dizer que as relações que definem um conceito são posicionais, de posição relacional. É neste sentido que se pode dizer que “A ciência é paradigmática, enquanto a filosofia é sintagmática” (p. 147), que “o conceito não é paradigmático, mas **sintagmático**; não é projetivo, mas **conectivo**; não é hierárquico, mas **vicinal**; não é referente, mas **consistente**” (p. 109, grifos nossos).

A “regra gramatical” do conceito é a regra da vizinhança, da relação entre conceitos, o que não se confunde com relação entre palavras. As palavras são meios de expressão de que dispomos, mas os conceitos são ordenadas intensivas, anteriores à codificação. Para o construtivismo, então, decorrem as questões colocadas pelos próprios autores: **“que meter num conceito, e com que coinserto-lo? Que conceito é preciso inserir ao lado deste, e que componentes em cada um? São as questões da criação de conceitos”** (p. 109). A consistência como ordenadas intensivas remetem portanto a um outro traço do conceito, que é a intensão.

### **Intensão**

Os conceitos filosóficos são compostos de traços intensivos e são, eles próprios e por sua vez, traços intensivos de outros conceitos - já o vimos ao tratar da consistência. Conceito também é intensão, o que implica que são da ordem da sensibilia<sup>45</sup>. Note-se que falar em “intensão” em lugar de “intensidade” e “sensibilia” em lugar de “sensibilidade” marca, pela rejeição ao sufixo “-dade”, uma rejeição da transcendência que esses sufixos podem designar. À parte essa inscrição pelo sufixo, intensão e intensidade são a mesma coisa.

Na tese deleuziana, ainda “seria preciso classificar os diferentes sistemas de intensidade” (Deleuze, 1967-2004, p. 126). Os afetos são um tipo de intensidade, mas também

---

<sup>45</sup> “Não se pode objetar que a criação se diz antes do sensível e das artes, já que a arte faz existir entidades espirituais, e **já que os conceitos filosóficos são também sensibilia**” (p. 11, grifos nossos)

o é o calor e a pressão, objetos da Física. Interessará, contudo, esse aspecto vinculado à sensibilidade, que se desdobra em afetos e percepção.

Haveria um caminho espinosano para explicar as relações entre pensamento e afetos e afecções (sensibilia), mas cumpre dizer apenas que a intensão acarreta que o conceito é sentido antes de ser pensado; e é percepção e condição de percepção. Em síntese, por ser intensivo, um conceito tem que ver com sensibilia e percepção. Os autores dão o exemplo do conceito de “outrem”:

Outrem é sempre percebido como um outro, mas, em seu conceito, **ele é a condição de toda a percepção, para os outros como para nós**. É a condição sob a qual passamos de um mundo a outro. Outrem faz o mundo passar, e o “eu” nada designa senão um mundo passado (p. 26, grifos nossos).

Aqui não há nenhum sentido especial para o que seja intensão ou intensidade. Em sua intensão, o conceito é condição de percepção; tudo que percebemos envolve intensão. Em outras palavras, “intensão” não designa somente um “barato”, um “frio na barriga”, um clímax, um paroxismo, um momento feliz. Dizer que o conceito, que é intensão, é condição de percepção é também dizer que **só percebermos porque há conceitos; só percebemos algo tendo deste algo um conceito**.

Este caráter ubíquo e ordinário do conceito é importante para que atentemos também à sua “existência” e “ação” no cotidiano, nos momentos mais “insignificantes”. Embora sua criação seja algo extraordinário, sua existência é a mais ordinária. Arriscamos dizer que um conceito é universal, mas não é equalizável. Assim como deste texto poderíamos dizer que “é tudo letra”, não é a mesma coisa a combinação de cada letra; uma partida de um Jogo online “é tudo pixel”, “é tudo 0 e 1”, mas as combinações fazem toda a diferença; a sociedade “é um enredo de instituições”, mas não é indiferente em que arranjos institucionais vivemos; nossa percepção é condicionada por planos de consistência, mas não é indiferente que combinações de conceitos compõem esse plano.

Nestes exemplos dados (letras e palavras, pixels/codificação digital 0 e 1, instituições e conceitos), todos têm algo em comum. Se fomos bem-sucedidos ao colocar estes exemplos em série no parágrafo anterior, o leitor terá percebido algo em comum entre eles. Esse algo em comum é precisamente a intensão; ao colocar estes exemplos em série, intentamos transmitir uma certa intensidade. Podemos dizer que são todos categorias? Que o que têm em comum é que gozam de certa universalidade? Não importa como chamemos esta mesma intensão que atravessa e compõe jogos online, sociedade, texto: a intensão é anterior à codificação.

A intensão do conceito de Outrem passa pela sensibilia de modo que percebemos um outro diferente de um eu, independentemente se sabemos dizer o que é “o outro”, “Outro”, “alteridade”. O discurso (encadeamento de proposições) é de outra natureza que não a do conceito e não tem que ver com a intensão como o conceito tem. A expressão de um conceito *implica* sua intensão... as palavras – insistimos – são meios de expressão que não se deve confundir com aquilo que transportam ou multiplicam; e uma proposição nunca é intensão.

Sendo da natureza do conceito, as intensidades fazem-lhe essa espécie de movimento *perceptório* e isto acarreta algumas consequências para o método. Primeiro que, sendo o conceito percepção e condição de percepção, **perguntarmo-nos por que conceitos diferentes autorias utilizam é também nos perguntarmos pelo que eles estão percebendo**. E mais ainda, o que podemos perceber através de conceitos extraídos de diferentes autores, campos, obras - que, em nosso caso, estão agrupadas como “abordagem das coisas”.

Neste ponto talvez seja necessário divisar: uma coisa é a consistência (e respectiva percepção) “própria” de cada autoria, outra coisa é a consistência que alcancemos com a sua revisão. No exemplo anterior, mencionamos uma das autorias conjuntizadas por nós nas abordagens das coisas; Milton Santos (2009) avizinhara intencionalidade com objetos, sistemas, ação e território. Mas ao lidar com o plano de consistência por ele criado – e aqui resumido – não será necessariamente o composto intencionalidade-objeto-ação-sistema-território que comporá nosso esquema conceitual. Este composto constitui o ponto de vista de *um* Milton Santos, mas nosso problema não se responde com os pontos de vistas das autorias, embora deva passar por eles. O que será necessário é reordenar as intensões encontradas.

Já vimos que a criação de conceitos só encontra critério na invenção de personagens e no traçado do plano, ao mesmo tempo em que está vinculado a um problema e é modulada por um Gosto. É uma outra maneira de dizer que “os novos conceitos devem estar em relação com problemas que são os nossos, com nossa história e sobretudo com nossos devires” (p. 26). Assim, levando em conta a intensão dos conceitos (ordenadas intensivas), o método não se prestaria apenas a uma investigação do que se está formulando nos diferentes campos em termos diversos, ao modo de uma revisão em certa disciplina, em certo autor, em tal ou qual “recorte”. Em vez disto, se prestaria a uma revisão que toma emprestado das autorias os olhos para ver, o nariz para cheirar, o corpo para perceber. Em favor de uma esquizoanálise das coisas, a questão é dar aos conceitos outra consistência, recombina-los. Neste caso, tratar-se-á menos de uma revisão conceitual e mais da criação conceitual, que é também outro traço do conceito propriamente filosófico.

O que nos permitirá a “extração” ou “roubo” de diferentes campos malgrado seu enquadramento institucional, epistemológico, cultural, disciplinar é exatamente considerar que o conceito “não tem coordenadas espaçotemporais, mas apenas ordenadas intensivas” (p. 29). Nas abordagens das coisas, há conceitos cujas intensidades são, por exemplo, aproximáveis ou coincidentes. Aquilo que em um ensaio de fotografia (Flusser, 1985) se chama de “programa” em um “aparato” ou “máquina”, noutro ensaio, sobre mediação técnica (Latour, 1994) se chamará de “inscrição” de uma ação/atuação num “objeto”, “artefato” ou “objeto-instituição”. Mas em sua intensão, ambos dão a perceber, por exemplo, que os objetos têm uma função mais ou menos precisa dada desde sua fabricação, isto é, já tem delineadas as ações que são possíveis/prováveis se realizar com eles. Em outros termos, que os objetos têm uma política neles embutida. Seja o artefato/objeto uma caneca de porcelana ou um aparelho celular, essa política é perceptível por ambos os ensaios que tomamos de exemplo. Pouco importando se um ensaio está situado no campo da Comunicação e outro na Antropologia como divisões históricas, epistemológicas, institucionais.

Em lugar das divisões, finalmente, institucionais, o que é preciso considerar primeiramente é o que o conceito dá a perceber. Embora eles sejam incorporais, encarnam e se efetuem em corpos e coisas. No mesmo exemplo dado anteriormente, o que a noção de *ação intencional* daria a perceber no plano de imanência? A composição intencionalidade-objeto-ação-sistema-território pode se conectar a análises de distribuição territorial de objetos, como respiradores ou aparelhos de ressonância magnética, mas também a uma relação banal de alguém com sua vassoura a varrer o chão, um projeto de desenvolvimento tecnológico. É ao mesmo tempo sua consistência e intensão que devem ser consideradas. Os conceitos em suas variações <sup>46</sup> dão a perceber diferentes coisas.

Como percepção e condição de percepção, os conceitos não são abstrações, pois se vinculam ao plano de imanência em que se deslocam sem cessar. É assim que “o conceito de um pássaro não está em seu gênero ou sua espécie, mas na composição de suas posturas, de suas cores, e de seus cantos” (p. 28). Daí que a percepção é localizada, implicada no sentido institucionalista. Dissemos em outra oportunidade (Setembrino & Gimenes, 2020) sustentar que é no corpo que se passam esses devires que são condição de criação de qualquer coisa. Mas também consideramos que os conceitos se efetuem em corpos, os corpos nossos ou *da gente*

---

<sup>46</sup> “As relações no conceito [endoconsistência] não são nem de compreensão nem de extensão, mas somente de ordenação, e os componentes do conceito não são nem constantes nem variáveis, mas puras e simples *variações* ordenadas segundo sua vizinhança” (p. 28, grifos dos autores)

(Yonezawa, 2020). Não se trata, portanto, de uma intensidade localizada em alguma dobra do cérebro de um indivíduo, ou um ideal da psique de alguém. Os conceitos se efetuem ou encarnam em corpos, mas são eles próprios incorporais e não dizem respeito a um indivíduo, mas uma *acontecimentalização*, como abordaremos adiante.

Considerar os conceitos sensibilia implica a necessidade de um corpo. Este construtivismo carece de corpo. Eis uma outra consequência para o método que é, de certo modo, tomar o próprio corpo como referência, isto é, as intensões que no corpo se passam. É *como se* um mesmo fenômeno pudesse ser interpretado e experimentado por diferentes conceitos que são, assim, de mesma intensão ou de intensão próxima. É desta maneira que, por exemplo, sujeito, indivíduo, paciente, cliente são conceitos de mesma intensão, levando em consideração mais aquilo que se apresenta aos sentidos e o corpo que conhece (Setembrino & Gimenes, 2020) do que as teorias de que são origem ideal e/ou histórica. Plano de consistência é um outro nome para “modo de conexão” (Deleuze & Guattari, 1997b). Aquilo com que os conceitos se conectam é uma questão, inicial ou finalmente, de desejo<sup>47</sup>.

Diríamos que é *como se* houvessem diversos conceitos para perceber um mesmo fenômeno. No entanto, “como se” é uma operação de analogia, metafórica. “Como se fosse”, e não “é”. Trata-se de uma comparação inicial e parcial, de modo que aquela leitora familiarizada com a ideia de que existem diversas teorias para apreensão de um mesmo fenômeno possa começar a compreender, **por aí**, o que queremos expressar quando dizemos de conceitos de mesma intenção. Mas a analogia ou metáfora só se presta para esse esforço inicial, como “recurso pedagógico” ou explicativo inicial, não devendo ser levada mais longe.

Se há conceitos de mesma intensão, não se trata de uma operação de analogia ou metáfora, no sentido de que “indivíduo” está para a “Psicologia” assim como o “átomo” esteve para a “Física”; que “Ifá” está para o povo “iorubá” assim como “Deus” está para o povo “cristão”; que o “sujeito” está para a “namorada” assim como a “criança” esteve para a “mãe”. A operação de analogia estrutural supõe toda uma transcendência, ao passo que a intensão supõe personagens e sua imanência. **Pela intensão, positivamente, os conceitos são equalizáveis entre paradigmas, traduzíveis entre as teorias, aproximáveis entre autores e, sobretudo, coincidentes no corpo de quem pensa.**

---

<sup>47</sup> “Desejo” não é uma concepção explicitamente presente aqui, embora importante na esquizoanálise. Não aparece com premência em nosso texto-base. Para uma definição precisa da concepção que estamos trabalhando, confrontar o vocabulário da Psicologia da Diferença, de publicação posterior a esta dissertação (Pereira, Setembrino, & Pereira, 2021); mais precisamente o verbe *desejo*.

## Criação

Como dissemos anteriormente, todo o construtivismo trata de criação; a vinculação conceito-problema, conceito-Gosto já foi abordada anteriormente. Ainda resta, contudo, a criação *como* traço intensivo da natureza do conceito, compondo também aqui o método para efetivamente modular um percurso de pesquisa. A primeira questão - assim - metodológica que se segue é essa: **“há necessidade de conceitos?”**, isto é, **“os conceitos que aí estão respondem ao problema - de sobrevivência, de existência, de profissão, de ciência...?”**

Essa talvez seja a primeira das questões a se fazer. Anzaldúa não seria “levada a escrever” se as histórias sobre ela fossem bem escritas; Morozov não criticaria o conceito de “internet” se ele fosse adequado à “soberania popular” sobre as tecnologias “digitais”; Lucas Veiga (e tantas outras) não falariam de uma “Psicologia Preta”, “Afrocentrada” - ou o que valha - se estivessem contemplados pela psicologia tal qual está; o “povo brasileiro” não teria a força criadora que tem se não conhecesse uma violência e uma escassez; as feministas não teriam cunhado o conceito de gênero se não fosse pelo patriarcado, a cultura de estupro, a subjugação em inúmeros aspectos...

Note-se, porém, que se perguntar se há necessidade não é o mesmo que perguntar qual é a necessidade. A segunda remete a uma justificativa e cuida de um medo, uma desconfiança, busca uma segurança a quem pergunta. A primeira apenas previne o início de um empreendimento que seria abandonado ou traído. Não havendo necessidade, isto é, se os conceitos e dispositivos que aí estão “vão bem”, “são muito bons pro meu gosto”, a “criação” nessas condições já é de saída capturada, natimorta e/ou de muito *mau gosto*.

Outras perguntas poderiam se seguir da destruição: o que foi destruído para dar lugar a novos conceitos? Em que essa destruição qualifica seu Gosto? Mas são perguntas que cuidam mais de uma justificativa do que de uma criação. Perguntarmo-nos se há necessidade cuida da criação, pois “não deixarão você experimentar no seu canto” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 12): haverá sempre um europeu mais avançado; um caminho mais seguro; um conceito mais comunicável; uma força concorrente para instalar uma dúvida; uma outra prioridade; um trabalho mais digesto, mais fácil... sem necessidade, todas essas opções parecerão melhores.

Em filosofia, talvez seja a única questão que importa; a única questão que a criação como traço intensivo importa. **Questão essa respondível apenas com tentativas:** saraivadas (conceito), solavancos (personagem) e abalos (plano de imanência/diagrama) - **o que conduz a um ou mais programas.**

O conceito que importa, aqui, é o conceito criado, pois apenas como criado é que responde ao problema que torna perceptível e delimitável. Como conceito criado, não tem sentido sem o problema, mas também sem outros conceitos, assim, do mesmo grupo (consistência) e assinatura (personagens). Seu limite – já vimos – é dado por um plano de imanência, como condição do problema, mas também ele próprio traçado junto com a criação conceitual. “Se os conceitos preexistissem já prontos, teriam limites a observar; [...] a criação de conceitos não tem outro limite senão o plano que eles vêm povoar, mas o próprio plano é ilimitado” (p. 94).

É por isso que a criação como traço intensivo precisa mobilizar os outros traços (consistência, intensão, velocidade...) mas também o Gosto, coadaptando conceito, personagem e plano. A necessidade de criação é o princípio de tudo (Figura 1). Para nossa pesquisa, perguntar pelos conceitos das autorias e pelos problemas que intentaram responder, essa seria então uma “revisão de literatura” ou de “estado da arte”, mas revisar a partir dos próprios problemas (traçado do plano) seria o mais *adequado* e será já uma produção conceitual, e não mais somente uma revisão – e apelará também à invenção de personagens. É aí neste ponto, isto é, revisando sem manter planos preexistentes (criando, por conseguinte) que poderemos adicionar algo que valha a pena...

Um exemplo “fácil” é dado pelo próprio Guattari. Para o seu conceito de máquina, ele parte das “concepções ‘mecanicistas’”, “vitalistas”, “cibernéticas”, “sistemistas” e “heideggerianas”. “Através dessas posições”, diz ele, “tentaremos discernir **limiares de intensidade ontológica** que nos permitem apreender o maquinismo como um todo” (Guattari, 2012, pp. 44, grifos nossos).

O conceito de máquina responde, nomeadamente, ao problema da meta-modelização e do que fazer com as diversas “cartografias” (modelizações) das máquinas – estas há pouco listadas. Mas o problema a que responde não está só naquilo que ele próprio designou como “problema”, nomeadamente, mas também as relações com os pacientes na organização em que trabalhou, o significante/capital/ser, as tecnologias, a destruição do planeta, a comunicação em massa... Sua elaboração é consistente com outros conceitos (agenciamento, transversalidade...), e se vale de intensões, explicitamente.

O maquinismo de Guattari (ou *máquina* em Guattari) é um bom exemplo, já que são os próprios autores que indicam que é um exemplo de um conceito filosófico. Em *O que é a*

*filosofia?*, enunciam de saída que nesta obra eles falam concreta e diretamente de algo que fizeram a vida toda (p. 7), o que certamente envolve *Caosmose*, de onde retiramos o exemplo<sup>48</sup>.

O exemplo de Guattari é fácil porque é o mais próximo possível do construtivismo que ele próprio criara... mas outros podem ser elencados desde esta perspectiva, a começar pelo Milton Santos d’*A Natureza Espaço* (Santos, 2009), para quem o Espaço talvez seja já o plano de imanência sobre qual lança seus conceitos com aberto convite a modificação... Cibercultura de um Levy, Tecnologia de um Vieira Pinto, Ciborg de uma Donna Haraway. Na criação de nosso esquema conceitual, o conjunto de abordagens das coisas estratificado em função das autorias precisará, pelo método, ser processado nos termos deste construtivismo como preparação e disposição metodológica.

**Em resumo**, o que pode ser dito de antemão é que a criação parte de uma necessidade, pela qual perguntar, mas essa pergunta é respondível apenas por tentativas (em programas); mobiliza todos os traços intensivos de um conceito, mas também as outras duas atividades filosóficas que só são validáveis umas pelas outras; e não há “limite externo” ao conceito, isto é, extenso ou atual; criação é bem a construção, e dirão os autores que “há uma infinidade de conceitos possíveis sobre um plano: eles ressoam, ligam-se através de pontes móveis, mas é impossível prever o jeito que assumem em função das variações de curvatura. Eles se criam por saraivadas e não cessam de bifurcar” (p.92).

Ainda no desdobramento da figura 4, diríamos que entre criação e plano de imanência (“mundo”) está o problema filosófico, mas também a velocidade. “Tanto mais o conceito é criado, mais ele se põe” (p. 18), o que remete à velocidade. Esta, porém, já se configura como outro traço intensivo da natureza do conceito.

## **Velocidade**

Trazer a velocidade como traço intensivo traz algumas *complicações*: primeiro porque apenas intuímos<sup>49</sup> que ela seja um traço distintivo ou de tradução entre os domínios neste construtivismo. Isto é, que a diferença entre conceito, opinião e proposição, pelo menos, seja uma diferença de velocidade. Por outro lado, parece-nos importante distinguir ela própria entre

---

<sup>48</sup> A obra de Guattari exerce uma tripla função nesta pesquisa. Além da sua concepção de subjetividade (considerada desde a sua produção) compor a constituição do problema, há o método evidentemente baseado em sua obra com Deleuze; mas também suas concepções de máquina fazem parte das “abordagens das coisas” a serem revisadas para a produção conceitual almejada.

<sup>49</sup> “intuição como o envolvimento dos movimentos infinitos [virtualidade] do pensamento, que percorrem sem cessar um plano de imanência” (p.51).

os domínios: a velocidade de um conceito não é a velocidade de uma opinião, e também não se confunde com velocidade de um carro que ultrapassa o outro, embora em seu conceito ela esteja implicada nesse uso corrente da palavra.

Velocidade como traço intensivo, como critério e como conceito. A essa complicação se adiciona a forma de apresentação: embora o mais correto fosse “pensar com os dedos” e explicitar “pornograficamente” o caminho do pensamento enquanto ele se faz, tentando fazer corresponder ao máximo o que se pensa e o que se escreve, há a dramática exigência de *clareza*, a por vezes demagógica exigência de didatismo, a supervalorização do procedimento em detrimento do processo que ensejam uma política de escrita antagônica ao método em proposta...

É *complicado*; tem muitas implicações. Dizer deste traço ao mesmo tempo como critério de tradução entre os domínios e ele próprio traduzido entre os domínios. Talvez fosse mais plausível dizer da tradução de outro conceito: a diferença de *força*, por exemplo, na física newtoniana e em Nietzsche. Mas isso não resolve a associação quase imediata entre velocidade e tudo aquilo da vida cotidiana: comer rápido ou devagar; limite de velocidade da via; o bote de uma cascavel em comparação com seu rastejar; nossos reflexos rápidos ou lentos...

Poderíamos partir de onde paramos anteriormente: “Tanto mais o conceito é criado, mais ele se põe” (p. 18); o que isso tem a ver com velocidade? Correndo o risco de trazer mais mal-entendidos do que explicações – mas também contando com a paciência de quem lê -, diríamos que ele se põe como verdade. É bem o “discurso da verdade” de que fala a psicopatologia: o delírio (como “alteração do pensamento”), diz Dalgarrondo (2008), se caracteriza juntamente pela sua “acriticidade”, sua irredutibilidade. Só é delírio, segundo a *psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*, se o sujeito não recua, não duvida do que pensa e diz, nem se “critica”.

Mas à diferença da perspectiva psicopatológica, a qualidade acrítica do delírio tem que ver com sua qualidade de autorreferência: é acrítica porque age em lugar de reagir, porque é a verdade em vez de ser um meio para uma verdade que nunca saberá nem será<sup>50</sup>. Nada é mais forte que um delírio; e é sua velocidade que o torna implacável.

A dúvida, a hesitação, a crítica é bem um embate de forças, velocidades e de percepções. Daí a aflição de quem não acompanha o delírio e o recurso não a uma força, mas à violência -

---

<sup>50</sup> “Além disso, a crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma: ela é instrumento, meio para um dever ou uma **verdade que ela não saberá e que ela não será**, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei.” (Foucault, 2000, pp. 2, grifos nossos).

um sedativo, uma paulada, uma desqualificação. A normalidade talvez se caracterize justamente por ser capaz de barrar internamente essas velocidades; e a criação, pela necessidade delas.

Numa posição radicalmente antimanicomial, velocidade e verdade são juntos, como nesta passagem de Guattari em “Somos todos grupelhos”:

Tudo ocorreu mais ou menos bem até o momento em que os “porta-vozes” disso ou daquilo conseguiram voltar à tona. Como se a voz precisasse de portador. Ela se porta muito bem sozinha e **numa velocidade louca no seio das massas, quando ela é verdadeira** (Guattari, 1985, pp. 16, grifos nossos).

Trata-se de uma velocidade que ultrapassa a timidez, a desqualificação, o constrangimento, o medo do fracasso, da loucura e da morte (Rolnik, 2007). Qualquer auto-censura. Essa velocidade foi sentida em 2013 - como também os porta-vozes e sobrecodificações posteriores... e também em 2018, com o bolsonarismo; é sentida num romance, numa oração que fala em línguas, num espetáculo de louvor, numa festa *rave*, em processos fanáticos e de “viva a morte”; é também a velocidade do capital, a violência do dinheiro...

Como componente da Natureza do conceito, para o método, o que a velocidade importa é talvez esse traço de verdade: **em relação a outros conceitos, este é mais veloz? Que conceitos são ultrapassados por estes?** *Psicosfera* (Milton Santos) e *Produção de Subjetividade* (Félix Guattari) são conceitos que derivam histórica e intensivamente de *Ideologia* (marxistas), por exemplo, mas o ultrapassam? **Sob que relações?**

Que um conceito nada seja sem as relações que entretém, já o vimos. Mas ele só é relativo aos outros conceitos que o compõem (zonas, endoconsistência) e àqueles com que forma um plano (pontes, exoconsistência) e aos problemas vinculados, àquilo que dão a perceber no plano de imanência. Mas ele é absoluto pelo lugar (posição em relação aos demais) que ocupa no plano e pelas condições que impõe ao problema. “O construtivismo une o relativo e o absoluto” (p. 30), mas como absoluto é que não tem “concorrente”, isto é, não há outra condição de percepção operando, fornecendo uma outra interpretação, uma “crítica”, uma dúvida. E o que o torna absoluto é precisamente a velocidade. “O conceito é bem o ato de pensamento neste sentido, o pensamento operando em velocidade infinita” (p. 29).

Restaria perguntar o quão infinita seria essa velocidade; infinidade maior ou menor que outra, “quantificável” na “comparação” entre infinidades. Certamente a velocidade infinita de um conceito é menor que a das virtualidades caóticas, e maior que a velocidade de uma opinião, de uma doxa. Diremos que é suficientemente infinita para tornar absoluto um conceito, em

intensidade e condição de percepção, mas não a ponto de dissipar todos os contornos. Dirão os autores que

a filosofia pergunta como guardar as velocidades infinitas, ganhando ao mesmo tempo consistência, dando uma consistência própria ao virtual. O crivo filosófico, como plano de imanência que recorta o caos, **seleciona movimentos infinitos do pensamento** e se mobilia com conceitos formados como partículas consistentes que se movimentam tão rápido como o pensamento. (p.140, grifos nossos)

Se por um lado, “delírio” pode ser lido como acesso às virtualidades caóticas, à velocidade implacável, o que interessa ao construtivismo é ulteriormente a velocidade tornada consistente, o virtual tornado consistente. Como traço do conceito, a velocidade é, digamos, o que torna o composto intensivo “sem concorrência”, absoluto em seu condicionamento da percepção e implacável feito um delírio, porém ordenadamente.

Assim considerado, esse traço intensivo do conceito coloca uma questão talvez estratégica: **com que forças ou intensidades o conceito se encontra para ganhar ou perder velocidade?** Essa pergunta retoma a consistência; nada se poderia responder com ela se não considerarmos a consistência interna e externa ao conceito e os problemas a que respondem em cada caso/composição.

Adicionalmente, essa pergunta remete à diferença entre o conceito e uma proposição. Esta se caracteriza precisamente por sua referência e condições de referência que são extensionais, qualidades e quantidades; “os atos de referência são movimentos **finitos** do pensamento, pelos quais a ciência constitui ou modifica estados de coisas e de corpos” (p. 164, grifos nossos). A referência implica uma renúncia ao infinito, uma parada na velocidade. Ao passo que a única referência do conceito (filosófico) é “autística”, isto é, ele é autorreferente.

A autorreferência remete a outro traço do conceito, que é o conhecimento como conhecimento de si, que é matéria para o próximo subtítulo. Ao passo que a velocidade como critério de “transmutabilidade” do conceito entre os domínios (opinião no campo social, figura na religião, proposição na ciência, sensação nas artes) talvez seja melhor colocada na conclusão, como sinalizamos anteriormente, depois de passarmos pelo conhecimento e acontecimento como traços intensivos.

Cumpramos já ressaltar, no entanto, que a velocidade é um traço especialmente importante para a revisão conceitual, uma vez que podemos encontrar nos textos conceitos, mas também figuras, opiniões, proposições... **como aumentar a velocidade de uma opinião e de uma proposição é uma questão de fundo para este construtivismo.**

Em nosso esquema/figura (Figura 4), velocidade aparece ligada ao diagrama/plano de imanência. É que “o conceito é o começo da filosofia, mas o plano é sua instauração” (p. 52); quando o plano de consistência tem as velocidades de um plano de imanência, ou melhor, quando plano de consistência e imanência já são a mesma coisa, estamos em vias de uma desterritorialização absoluta. É neste ponto que o conceito é propriamente filosófico.

É nesse sentido que se pode dizer que “o conceito não é objeto, mas território” (p. 121-122). Todo o nosso drama com as tecnologias não acontece desacompanhado, por assim dizer, de opiniões, intensidades, proposições (encadeadas em discursos) e funções. Realizar uma revisão conceitual das abordagens das coisas por meios filosóficos significa, também, abalar essas mesmas relações pré-filosóficas por meios filosóficos (a trindade criar, inventar, traçar); produzir conceitos como condição da passagem de um mundo a outro.

Dirão os autores que “a filosofia é devir, não história; **ela é coexistência de planos**, não sucessão de sistemas” (p. 72). Neste ponto, a velocidade dos conceitos se torna critério que substitui sua atualidade, sua referência, sua verossimilhança, sua “razoabilidade”, sua “coerência” com tal ou qual contexto histórico-biográfico das autorias revisadas... a velocidade do conceito, isto é, sua “verdade” ou imanência é um crivo que suplanta o historicismo, a coerência, o convencimento...<sup>51</sup>

Portanto, a velocidade retorna uma questão de traçado do plano de imanência: “**a que movimento infinito ele [o conceito] remete na imagem do pensamento?**” (p.97-98). Juntamente com a intensão, permite a revisão a despeito ou malgrado as diferenças entre sistemas de pensamento, teorias, disciplinas ou períodos históricos.

### **Conhecimento e Acontecimento**

Por fim, os últimos traços do conceito poderiam se derivar de uma única passagem do texto-base: “O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna” (p. 42). Ou ainda, que “Os conceitos também remetem a uma compreensão não conceitual, pelo plano de imanência” (p.51). São frases densas que tentaremos desdobrar ao longo dessa seção, extraindo-lhes consequências para o método.

---

<sup>51</sup> “Meu contemporâneo é o que tem força de vida em mim”, diz Ricardo Aleixo, “de modo que um griô que viveu a dois mil anos atrás é mais contemporâneo meu do que alguém que ocupa uma cadeira na Academia Brasileira de Letras”. Ao lado do “vigor” nietzscheano, “força de vida” é um critério de valor com que agruparíamos à velocidade.

Como conhecimento de si, o conceito é autorreferente, o que significa que ele não se refere a outra coisa que não ele mesmo; ele não indica, não simboliza, não significa outra coisa senão ele próprio. Serve então para distingui-lo de uma proposição, que tem sempre um referente no mundo, nos “estados de coisas, coisas ou corpos” atuais ou extensos. O conceito se efetua no atual, mas ele próprio não se atualiza.

É que, retomando a dinâmica atual-virtual (Figura 3), “toda coisa tem como que duas ‘metades’ ímpares, dessemelhantes e dissimétricas” (Deleuze, 1967-2004, p. 122): uma metade virtual e outra atual. A passagem de um a outro pode ter suas regras, uma e outra explicação, mas o essencial aqui é que há passagem do virtual ao atual e vice-versa, mas dizer que o conceito é autorreferente é primeiramente no sentido de que ele “habita” somente o virtual. É incorporeal porque virtual.

Embora o conceito se efetue, encarne ou até mesmo atualize, ele conserva sua virtualidade. Sendo ele intensão/intensidade, ele é causa imanente – conforme o caso de *Foucault* (Deleuze, 2005) – ou “aquilo pelo qual o dado é dado” e não o próprio dado, mas não se anula ao passar à extensão. Pelo contrário: na experiência, – e já o vimos ao tratar do plano de imanência – as intensidades só podem ser conhecidas já desenvolvidas em qualidades expressivas (formas, extensão, substâncias, misturas, estratos...) ou qualquer coisa que se apresenta aos sentidos<sup>52</sup>.

Em outras palavras, há uma intensão *implícada*<sup>53</sup> na experiência sensível, sem que com isso o conceito se anule em si. Ele “permanece” autorreferente. E as dinâmicas da passagem do conceito ao atual/extenso/..., ou da sua efetuação em “estados de coisas, coisas e corpos” são questões cartográficas que ultrapassam nosso método – embora sejam questões de fundo, de retorno ao modo de vida, são irrespondíveis *a priori*. E exatamente por isso são questões “corolárias” do conhecimento como traço intensivo do conceito.

**Em que estados de coisas, coisas ou corpos o conceito encarna? E como?** Poderíamos, por exemplo, apreender *ciborgue* como um conceito, à despeito do seu uso corrente como metáfora? Pela intensão o conceito é percepção e condição de percepção; pela consistência ele é um composto (interna e externamente) com outros conceitos e se define por estas ordenadas; pela criação ele é uma relação filosófica com a não-filosofia; pela velocidade

---

<sup>52</sup> “É claro que, na experiência, a *intensio* (intensidade) é inseparável de uma *extensio* (extensidade) que a refere ao *extensum* (extenso). E sob estas condições a própria intensidade aparece subordinada às qualidades que preenchem o extenso [...]. Em suma, só conhecemos intensidade já desenvolvida num extenso e recoberta por qualidades” (Deleuze, 1988, p. 357).

<sup>53</sup> Aqui, o sentido de Implicação é distinto daqueles dados por René Lourau (Altoé, 2004) e seguidores, embora aproximáveis, como tentamos fazer ao longo deste texto “em segundo plano”.

ele é absoluto, implacável, sem concorrência; e pelo conhecimento ele remete a um problema, “compreensão não conceitual” do mundo, do “real”, dos fenômenos que se apresentam aos sentidos aqui-e-agora com suas qualidades<sup>54</sup>.

Mesmo quando se apreende as intensidades além das extensões ou do extenso (como na perspectiva háptica, por exemplo), não se abandona completamente o atual; não se pode abandonar o atual sem jogar o conceito para uma transcendência, tornando-o figura. E o conhecimento pelo conceito supõe o abandono da transcendência, pois “os problemas só começam a seguir, quando se atingiu o ateísmo do conceito” (p. 111).

A vinculação conceito-problema está em que o problema - desdobramento da necessidade (Figura 1) e condicionado pelo plano de imanência - peça a criação conceitual. Mas também está em que o conceito seja conhecimento desse problema intensivo e envolto em extensão. É pelo conceito que este problema se torna filosófico, bem como o plano pré-filosófico se torna filosófico. Os conceitos se tornam conhecimento como linha que “já não faz contorno, e passa *entre* as coisas, *entre* os pontos. [...] Traça um plano que não tem mais dimensões do que aquilo que o percorre”; por isso, a multiplicidade que constitui não está subordinada ao Uno, mas ganha consistência em si mesma” (Deleuze & Guattari, 1997b, pp. 194, grifos dos autores). É dizer que o plano tem as dimensões das coisas que ele dá a perceber e conhecer, o que distingue um plano de outro que o sobrepõe.

Partindo do atual como se expressa aqui e agora, o conceito neste construtivismo não exige menos a trindade destruição, conexão e criação do que qualquer outra prática esquizoanalítica. Como criação e conhecimento é que o conceito está ligado ao problema, que remete ao plano pré-filosófico (“pré” porque aguarda conceitos para sua instauração). É neste sentido que, desde o primeiro volume de *Capitalismo e Esquizofrenia*, esquizoanálise é sinônimo não só de cartografia, mas de pragmática.

Assim entendemos a recomendação de Deleuze (2010, p. 155) em “Os Intercessores”, de que o essencial seja se fazer aceitar por uma grande onda e “chegar entre”, mais do que originar o esforço. Haverá uma Psicologia da Diferença (Pereira, Timm, & Gonçalves, 2019) entre as psicologias; uma Clínica da Diferença (Muylaert, 2020) entre as terapêuticas; um “método da cartografia” (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2009; Passos, Kastrup, & Tedesco, 2013) entre outros métodos em ciências humanas; um campo esquizoanalítico (Hur, 2021) entre outros campos; uma esquizoanálise entre as facções psicanalíticas (Costa M. J., 2020)... Na

---

<sup>54</sup> Neste sentido, o poema/música de Arnaldo Antunes é preciso: “As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz”.

academia, que ainda é lugar privilegiado para a produção de conhecimento, ou melhor, na esquizoanálise acadêmica no Brasil, não faltam exemplos de criação “entre” coisas já constituídas. Há esquizoanálise para todos os *gostos*.

O Gosto entra também aqui, coadaptando as especificações e partições do plano (aqui e agora), os traços personalísticos de personagens (constituindo pontos de vista) e os conceitos entre as atualidades, rearranjando-as. Conhecimento ao mesmo tempo do plano de imanência e de si. Ele próprio “não tem referência: ele é auto-referencial, põe-se a si mesmo e põe seu objeto, ao mesmo tempo que é criado” (p. 30).

O conhecimento como traço intensivo do conceito impõe que sua criação seja positivíssima, imediatamente prática, reiteradamente experimental, inelutavelmente pragmática, pois só se conhece o plano de imanência e seus problemas, que o conceito dá a perceber. O positivismo como filosofia da ciência não “emana dos fatos” sem antes constituir os fatos segundo uma modulação própria, que chamará de “racional” ou “racionalidade”<sup>55</sup>. Por isso o positivismo faz da visão uma leitura, por assim dizer, projetando-se sobre os fatos. Mas a pragmática está menos próxima de Skinner - o mais positivista dos psicólogos - do que de Dona Flor e seu trabalho intuitivo com as plantas, sua bruxaria guiada por seu *mestre* [personagem?]<sup>56</sup>. “Pensar é sempre seguir a linha de fuga do voo da bruxa” (p. 53).

Em nosso caso e Gosto, a procura por conceitos entre as abordagens das coisas tem que ver com nosso drama com as coisas técnicas, nosso modo de vida, objetos que nos ultrapassam inclusive em relação a um entendimento. Mas também como trabalho acadêmico, a percorrer as codificações assinadas pelas autorias, *entre elas também*. O conhecimento é a partir de uma relação filosófica (porque por conceitos, pondo a si e o “objeto”) com as multiplicidades<sup>57</sup>, entre as quais os *saberes*. Talvez como “termo [re]organizador” (Guattari, 2012), a exemplo do conceito de dispositivo para os grupos (Hur, 2012; Tenório & Matos, 2021).

Assim, perguntarmo-nos como e em que atualidades os conceitos encarnam, isto é, como os conceitos se atualizam talvez não seja uma questão de criação. Sobretudo se conduz a uma codificação, uma explicação, uma “prestação de contas”. O *saber* ou as *estratificações*

---

<sup>55</sup> Confrontar *Augusto Comte e as origens do positivismo*, de João Cruz Costa (1959), ou qualquer outro texto básico da doutrina.

<sup>56</sup> Dona Flor aparece no documentário *Espaço Além – Marina Abramovich e o Brasil* (Fiol, 2016); a respeito de Burrhus Skinner, a obra mais indicada para confronto é aquela que funda com maior fôlego o comportamentalismo, intitulada *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 2003).

<sup>57</sup> “Do ponto de vista do *pathos*, é a psicose e sobretudo a esquizofrenia que exprimem essas multiplicidades. Do ponto de vista da pragmática, é a bruxaria que as maneja” (Deleuze & Guattari, 1997b, p. 194).

(Deleuze, 2005) são secundários, ou pelo menos não-centrais – já que território das proposições, outras verdades. Antes é preciso que se dê na experiência, como ideia antes de expressão.

Sem dúvida, a anterioridade do conceito em relação à expressão por palavras vem de nossa própria implicação com a linguagem. Poderíamos, em vez disso, considerar que o conceito se constitui na expressão, nos “atos performativos” da linguagem, por exemplo. Mas as relações entre conteúdo e expressão também são questões cartográficas, indetermináveis de antemão e de que certamente participa o Gosto. Daí a necessidade de uma política de escrita que expresse com isomorfismo esta relação entre “as palavras e as coisas”, que precisará ser nova. Essa é a questão moduladora que o conhecimento como traço intensivo “acarreta” para nosso método: **que expressividade é necessária, aqui e agora?** Em se tratando de uma dissertação, essa expressividade vem em termos de uma política de escrita que, no caso, segue os autores do texto-base na literalidade (Zourabichvili, 2005; Silva T. T., 2005). Mas poderia ser outra? Será a mesma em nossa “aplicação” do método?

Uma política de expressão que consiga exprimir um conceito, um grupo de conceitos: essa é a resposta esperada da questão moduladora. Mas se o conceito é conhecimento do atual em que ele se efetua ou encarna, é indiretamente ou duplamente. O que o conceito conhece – já o vimos – é a si mesmo, ou seja, o “puro acontecimento”. “Puro” porque o é “a despeito” de sua atualização no “mundo”, somando-se ou subtraindo-se dela.

O virtual não é mais a virtualidade caótica, mas a virtualidade tornada consistente, entidade que se forma sobre um plano de imanência que corta o caos. É o que se chama o Acontecimento, ou **a parte do que escapa à sua própria atualização em tudo o que acontece**. O acontecimento não é de maneira nenhuma o estado de coisas, ele se atualiza num estado de coisas, num corpo, num vivido, mas ele tem uma parte sombria e secreta que não para de se subtrair ou de se acrescentar à sua atualização. [...] Real sem ser atual, ideal sem ser abstrato. (p. 185-186, grifos nossos)

Não estamos seguros, porém, de que o acontecimento como traço intensivo adicione algo ao já foi dito anteriormente com outras palavras (implicação, Diferença, intensidade, velocidade). Talvez enfatize um tempo que não é ocidental, ou apropriado pelo pensamento ocidental em termos de “pensamento do Fora” (Pelbart, 2009). Mas não reservamos nada para dizer deste traço que se define como pura *reserva* (p. 156).

Quando do esboço em lousa do esquema que estamos até agora a explicar (Figura 4), o acontecimento não veio de primeiro, só foi adicionado depois. É que, de nossa implicação ou gosto, não é o conceito dos mais interessantes. Mas tentaremos analisa-lo precisamente por aí, “pensando com os dedos”, a fim de que aconteça alguma coisa [isomorfismo?].

É que, por um lado, tendemos a concordar com a centralidade dos eventos ou ações para a noção de tempo, mas também de espaço. Essa noção, que vem do pensamento geográfico,

tem a ver com a consideração de que “o tempo só é porque algo acontece, e *onde* algo acontece o tempo está”<sup>58</sup>. O tempo aqui é uma síntese, uma abstração porque o que há concretamente são ações, interações, movimento, que chamarão de *eventos*. Nesse sentido, os eventos, alinhados cronologicamente ou não, são matriz do tempo e do espaço; os eventos considerados não só em sua intensidade (como Acontecimento, Heccidade ou Devir), mas também como extensão ou espacialidade (Santos, 2009, pp. 143-170).

Os eventos são concretos, mas o tempo é abstrato. Primeiro a estrela-da-manhã, os movimentos do sol e do planeta, abstraídos em um dia, que ainda nos é referência e em seguida por todas as instituições que ele compõe. Em algum momento e lugar, as badaladas de um sino, os tiques de relógios, a chegada do marido em casa; as feiras (segunda-feira, quarta-feira...), a agenda *google*, a simulação de relógio nas telas digitais. Há um “instante” em que eles nos afetam e nos referenciam, passam a fazer parte da nossa organização, mas sempre como eventos.

Os eventos nos parecem caóticos: no momento em que digito, meu companheiro pega um isqueiro e volta a fazer a prova de econometria; o sol bate no meu braço; escuto periquitos de longe, a vizinha com covid-19 tossindo, outra cantando hinos; um calango passa correndo; um caminhão passa na avenida principal e o escuto daqui. Agora meu companheiro clica com o mouse no seu computador. Será que a vizinha está ligando para alguém, a outra fazendo a janta? os periquitos cruzam, fazem ninho? O calango comeu uma lagartixa? E os micróbios em cada uma de nós, os pensamentos, sentimentos de cada uma? E o presidente, o que faz agora? Que flora esta virando pasto, quem está se afogando no próprio sangue com síndrome respiratória grave, quem chora em volta dessas pessoas, **enquanto o ponteiro do meu relógio dá 20 tiques?** O que se passou enquanto se lia este exemplo?

O tempo(-instituição) é uma forma de organizar os eventos na percepção, nas ideias, na vida cotidiana... esses eventos listados, poderia classificá-los entre aqueles eventos que se apresentam aos meus sentidos (o sol, o teclado, as vizinhas, os periquitos, o calango), os cientificamente previstos (mortes por covid-19, luto), os imaginados (a janta, a ligação). Toda classificação é contingencial e arbitrária, já disse Borges. Poderia classificá-los em função da distância de mim; ou mesmo segundo as disciplinas de que os eventos podem ser objeto; em função de um efeito poético ou segundo um projeto...

Os eventos talvez sejam caóticos, mas “pedimos apenas um pouco de ordem para nos preservar do caos” (p. 237). O pensamento geográfico intenta um ordenamento dos eventos em

---

<sup>58</sup> Ernst Bloch citado por Milton Santos (2009, p. 145)

termos de escala; tipos; duração; superposição; sucessão; eficácia; ordenando o fluxo infinito de eventos singulares em um sistema finito de similitudes, analogias, oposições e identidades [Representação]. Ordena o “farfalhar da história” em sua extensão.

Entendemos que é a partir de tal organização, do tempo como sucessão de eventos, que o acontecimento faça sentido. Em seu conceito (que é intensão), o Acontecimento se dá entre o tempo assim referenciado no extenso e/ou na História. Ou mais simplesmente, entre instantes, por menores que sejam; o acontecimento entre os segundos, nano-segundos ou entre eras. “Cada componente de acontecimento *se atualiza ou se efetua* num instante, e o acontecimento, no tempo que passa entre estes instantes” (p. 188, grifos dos autores).

Contudo, o acontecimento transborda os dois pontos pelos quais passa. Pontos ou instantes de uma sucessão, assim codificada por proposições. Porque a realidade virtual é diferente da atual, tal transbordamento “faz” com que o acontecimento seja “indiferente” ao lugar em que está, desde quando ele existe, quando acabará. Deste modo, mais do que tempo entre instantes, acontecimento é *entre-tempo* que “não é eterno, mas também não é tempo, é devir” (p. 187).

O pensamento geográfico nos auxilia a entender o acontecimento em alguns pontos, mas não em outros. “Os eventos são, essencialmente, elementos de atualidade”<sup>59</sup>. Mas por serem elementos de atualidade, os eventos “passam”, o tempo passa; “por isso, quando se dão, esgotam suas possibilidades” (Santos, 2009, p. 145). E nesse sentido poderíamos opor evento e acontecimento - chamar “evento” o que em nosso texto base aparece como “instante”. O acontecimento tem realidade virtual, realidade que independe de sua atualização em evento; o acontecimento se distingue do evento por não ser “elemento de atualidade”, mas de virtualidade. Adicionalmente, acontecimento é um “tempo morto”, “não-lugar” em que nada se passa, não tem começo nem fim e não se esgota com sua atualização que, a esta altura podemos também chamar de *eventificação*.

Eis o sentido de *pura reserva*: “nada se passa aí, mas tudo se torna, de tal maneira que o acontecimento tem o privilégio de recomeçar quando o tempo passou” (p. 188). É *como se* no virtual consistente, os conceitos *esperassem* para se tornar eventos, implicados nos eventos (ações e interações). É por aí que podemos compreender o acontecimento como “espera e reserva” (p. 187).

---

<sup>59</sup> Como recuperado de Whitehead (Santos, 2009, p. 145) que é aliás uma fonte comum entre a *A Natureza do Espaço e O que é a filosofia?*...

O acontecimento é o devir do tempo, devir da história. Todo evento é evento de um acontecimento e também o inverso. Não há evento sem acontecimento, não há acontecimento sem evento, como não há devir sem história e nem história sem devir. A exemplo de Peguy (p. 134), há pelo menos dois jeitos de considerar o acontecimento: subindo ou descendo, isto é, recolhendo suas efetuações na história ou instalando-se nele, com efeito de antever o que está *porvir* – operação de contra-efetuação do acontecimento, que requer precisamente os personagens conceituais...

Mas essas direções não nos informam modulações para o método, pois precisaremos ir numa e noutra direção, científica e filosófica, e quiçá religiosa, social e artística – ou ao menos, atual e virtual, extensão e intensão, “coordenadas espaço-temporais” e “ordenadas intensivas”. Conceito como conhecimento de si (acontecimento virtual) e daquilo que intermeia (evento atual<sup>60</sup>). É talvez no sentido de reserva que possamos extrair novas consequências para o método.

**Em resumo**, o acontecimento é um *entre-tempo* que transborda a sucessão de eventos em que se efetua; é puramente virtual, implicado nos eventos, no transcurso do tempo, na história, pelo que pode ser acessado e sem o que não tem condições de efetuação. É ao mesmo tempo *espera e reserva*. Como espera, está mais próximo de Exu que “matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje”. Como reserva, tem o privilégio de sempre poder recomeçar ou a qualquer tempo *retornar*.

Talvez em nosso esquema (Figura 4) devêssemos colocar “reserva” em lugar de “acontecimento”, pela possível redundância deste com outros traços do conceito filosófico. No entanto, a reserva como traço intensivo ou componente interno do acontecimento – “interminável que não acaba nem começa” (p. 186) – nos remete à *potência de repetição* do conceito.

Sem que este texto se transforme num longo comentário, já que não pudemos extrair perguntas que inscrevam o acontecimento no percurso da revisão/produção conceitual, diríamos apenas que o acontecimento faz do conceito *repetição* que gera *diferença*. Exemplificado pela própria obra de Deleuze e Guattari, em o mesmo conceito é repetido de outros modos, segundo alguns comentários<sup>61</sup>; Diferença aparece como Intensidade, Devir, Acontecimento. O próprio acontecimento seria, portanto, “não acrescentar uma segunda e terceira vez à primeira, mas

---

<sup>60</sup> Por aí, podemos entender o “atual” diferentemente do “atual” da linguagem corrente, mas ainda assim próximo, literal: o atual como especificações e partições *hic et nunc* dos planos de imanência e/ou consistência, virtuais.

<sup>61</sup> É o caso da leitura de Roberto Machado (2016).

elevar a primeira à ‘enésima’ potência” (Deleuze, 1988, p. 22). Insistência do personagem conceitual, acosso demoníaco.

Mas contra essa leitura, que periga dar um lugar central ou fundamental a tal ou qual conceito, tem as relações pragmáticas em que o conceito encarna – seja com outros conceitos, seja com o atual, extenso, formal, espacial, histórico. Essa leitura de eterno retorno talvez seja de um Deleuze sem Guattari... mas em todo caso, tudo o que poderia ser dito acerca do conceito *para* o percurso de pesquisa já foi dito por outros traços (intensão, consistência, velocidade...). Não há perda em deixar de fora o Acontecimento, já que a Natureza do conceito é, ela própria, conceito e “os conceitos são monstros que renascem de seus pedaços” (p. 167).

### **Conclusão: perguntas metodológicas e movimento entre domínios**

A fim de traçar um esquema conceitual, temos que a revisão conceitual carece de um conceito de conceito a partir do qual trabalhar. Aqui, vimos que pela *intensão* o conceito é percepção e condição de percepção, de maneira que o lide com as abordagens das coisas é uma busca por pontos-de-vista. Adicionalmente, pela *consistência*, o conceito é um composto (interna e externamente) com outros conceitos e se define por estas ordenadas. Assim, os traços intensivos dos conceitos precisarão ser recombinaados, “como se pode fundir um canhão para fabricar a partir dele novas armas” (p. 37), em *razão* de nossa encruzilhada de problemas. Pela criação ele é resultante de uma absoluta necessidade e supõe uma relação filosófica com a não-filosofia, isto é, uma pragmática. Deste modo, o rearranjo consistente dos pontos de vista é “na medida” da necessidade, desdobrada em Gosto e problema.

Pela velocidade, o conceito é absoluto, implacável, sem concorrência na percepção. É preciso, portanto, afastar (ou destruir dentro de si) outras forças que disputam a percepção, e outros conceitos “concorrentes” que diminuiriam a velocidade. Pelo conhecimento, este movimento composto e perceptório <sup>62</sup> que é o conceito percorre necessariamente e pragmaticamente o plano de imanência, ao mesmo tempo em que exige uma política de expressão ou escrita mais ou menos condizente, já que “somente a expressão nos dá o procedimento”.

Pelo acontecimento, fica mais reforçada a realidade virtual do conceito, e ao mesmo tempo sua vinculação inexorável ao atual (seja ele apresentado em termos de ação, evento, desejo, história, estado de coisas, coisas e corpos, vivido, “plano das formas”, fatos, realidade

---

<sup>62</sup> Outras palavras para “velocidade consistente e intensiva”, ou “composição velozmente intensiva”...

versus realiteridade, extensão, presente...). Reforça a potência de repetição do conceito, talvez inclusive repetindo o que já foi “extraído” dos outros traços, com outros termos mais afeitos a ideia de tempo.

A cada traço, tentamos extrair frases em forma de perguntas que inscrevam cada consequência para o conceito. Numa espécie de “autoprogramação”, o intento é que as respostas às perguntas no processo de revisão cuidem para que estes traços estejam presentes nos conceitos por recuperar, revisar, criar, em favor de um *Entendimento*. Adicionalmente, traz questões relacionadas ao plano de imanência e personagem conceitual.

Quadro 1 – Síntese das modulações da Natureza do conceito para a pesquisa

| Traço do conceito  | Modulações para a pesquisa/Perguntas metodológicas  |
|--------------------|---|
| Consistência       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que conceitos estão relacionados?</li> <li>• “Que meter num conceito, e com que coinserto-lo?”</li> <li>• “Que conceito é preciso inserir ao lado deste, e que componentes em cada um?”</li> </ul>   |
| Intensão           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que este conceito dá a perceber?</li> <li>• O que podemos perceber com este conceito?</li> <li>• Que conceitos são de mesma intensão?</li> </ul>   |
| Criação            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há necessidade de novos conceitos?</li> </ul>  |
| Velocidade         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a relação do conceito com o plano? ou “a que movimento infinito ele remete na imagem do pensamento?”</li> <li>• Com que forças o conceito se encontra para ganhar ou perder velocidade?</li> <li>• Em relação a outros conceitos, este é mais veloz? Que conceitos são ultrapassados por estes e sob que relações?</li> </ul> |
| Conhecimento       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que expressividade é necessária aqui e agora?</li> </ul>   |
| Acontecimento      |   |
| Personagem         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que pontos de vista são necessários à constituição do plano e à composição de conceitos? E que traços personalísticos dão conta destas perspectivas?</li> <li>• Como atingir uma posição larvar, ou como involuir</li> </ul>   |
| Plano de Imanência | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que não é de direito do pensamento aqui e agora?</li> <li>• Que condições precisam ser abaladas para dar passagem a outras?</li> </ul>   |

Fonte: elaboração própria

O quadro acima resulta de uma seleção de consequências para a pesquisa, que, como dito anteriormente, requer programas para sua operacionalização. Estes serão matéria para o próximo capítulo. Por ora, cumpre resumirmos o que foi dito até aqui, em que pese a necessidade de um método “sensível” às localizações – que agora podemos colocar em termos de “coordenadas espaço-temporais” e “ordenadas diferenciais”. Isso porque é desta localização

que se constitui o problema proposicional e a encruzilhada de problemas intensivos, designados genericamente como “ultrapassagem da técnica”<sup>63</sup>.

O desenvolvimento deste método, longe de configurar um longo desvio, se quer uma “longa preparação”. E só podemos falar em método sem pudor, sem eufemismo e sem aspas com esta condição de figurar como preparação, além das condições anteriormente apresentadas: lugar da transcendência, dose de prudência e vinculação à forma de vida nossa. Falamos em método sem aspas porque falamos literalmente; o método que efetivamente module o percurso de pesquisa, sem prescrever. Neste sentido, *transcurso* de pesquisa talvez seja uma palavra melhor...

Sem dúvida, o Construtivismo Esquizoanalítico é centrado na filosofia, no sentido de que “mede” os outros domínios “pela régua” da filosofia. É o que a própria *denominação* do texto-base designa. Construir conceitos, neste caso, a partir de conceitos preexistentes (as abordagens das coisas) requer ao mesmo tempo personagens e plano de imanência, “demônios e bruxarias”, modulados os três por um Gosto, que é bem uma “bestialidade”.

Não é menos experimental nem pragmático do que qualquer esquizoanálise, mas se volta para conceitos e por isso supõe uma relação filosófica com as coisas. A trindade filosófica – que já resumimos – pode ser assim fraseada: *de traços intensivos, criar grupos de conceitos consistentes por saraivadas (Entendimento); de traços personalísticos, inventar tipos de personagens conceituais insistentes por solavancos (Imaginação); de traços diagramáticos, traçar famílias de planos de imanência por abalos (Razão)*. Esta formulação condensa o que pudemos apreender da leitura, fichamento e “tateamento” do texto base. É uma outra forma de exprimir um quadro extremamente lento do fichamento (Apêndice I, texto 24), catados daqui e dali, que agora talvez seja oportuno apresentar:

Quadro 2 – A trindade filosófica

| <b>Elemento</b>        | <b>Personagem Conceitual</b> | <b>Conceito Filosófico</b> | <b>Plano de Imanência</b> |
|------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Traçado                | Traços Personalísticos       | Traços Intensivos          | Traços Diagramáticos      |
| <i>Coletivo*</i>       | Tipos de                     | Grupos de                  | Famílias de               |
| Atividade              | Inventar                     | Criar                      | Traçar                    |
| <i>Nome</i>            | Imaginação                   | Entendimento               | Razão                     |
| <i>Potência</i>        | Insistência                  | Consistência               | Imanência                 |
| <i>Vetor/Opera por</i> | Solavancos                   | Saraivadas                 | Abalos                    |
| Antes                  | Límbico                      | Indeterminado              | Transparente              |

Fonte: elaboração própria a partir d’*O que é a filosofia?*

\* Em itálico o que é original, a *partir* do texto-base

<sup>63</sup> Desdobramento da epígrafe na introdução, e também disponível no Apêndice I (texto 14)

Contudo, não passamos, por exemplo, pelo que sejam famílias de planos, ou saraivadas. Seja porque os próprios autores apenas lancem sem desenvolver (é o caso de “tipos de personagem”), seja porque já tínhamos o suficiente para o objetivo inicial. Aqui cabe ainda uma palavra a mais acerca do Gosto: conceitos nem duros demais, feito ossos a serem raspados, nem moles demais, feito borrões que nada apresentam. Numa metáfora, seria algo entre uma paçoca, que não resiste ao mero toque, e o pé-de-moleque: o pé-de-moça ou o próprio amendoim<sup>64</sup>.

Insistimos no comando da *necessidade* para determinar o limiar a partir do qual se está indo longe demais ou de menos num estudo, como este que fizemos, mas também numa criação. Em nosso caso, o que colocamos como Construtivismo Esquizoanalítico parte de uma necessidade, mais ou menos conciliada com as exigências acadêmico-institucionais, mas uma necessidade nossa, inscrita no problema inicial de pesquisa. Por outra autoria, ou em outro contexto, poderíamos achar tudo isso discussão sobre “o sexo dos anjos” ou ao contrário, que não fomos rigorosos o suficiente, que não esgotamos como deveríamos.

Optamos por entrar pela filosofia na elaboração deste método, sobretudo pelo privilégio do conceito, pela necessidade de produção de um entendimento prático e consequente em termos de “esquema conceitual”. *Sem dúvida, o Construtivismo Esquizoanalítico é centrado na filosofia*, pelo menos na maneira como o apresentamos.

Poderíamos ter iniciado pelas proposições científicas, pelas sensações artísticas, ou ainda pelas opiniões. Afirmamos quase intuitivamente que o construtivismo se trata de todos os domínios, malgrado o privilégio da filosofia. Mais ainda do que as três *caóides* ou “filhas do caos” elencadas pelos autores, quer dizer, além da filosofia, ciência lógica e das artes em geral, o campo social e a “sabedoria ou religião” – que pela linguagem corrente seria melhor designada como “espiritual”<sup>65</sup>.

No entanto, tal “completude” só foi alcançada no esquema/figura da criação no construtivismo esquizoanalítico (Figura 1), de modo coerente com o observado por Hur (2018, p. 65) a esse respeito, de que os esquemas são o que mais se aproximam do movimento do pensamento. Pela escrita, demorada como não poderia deixar de ser aqui, passamos pela “fatia filosófica” desse esquema/figura, pela criação por meios filosóficos, tangenciando alguns pontos dos outros domínios. Este “diagrama” [aspas?] (Figura 1) é uma versão mais completa

---

<sup>64</sup> “os conceitos devem ter contornos irregulares, moldados sobre sua matéria viva.” (p. 100)

<sup>65</sup> “Espiritual” não resolve o mencionado drama da colonialidade que é assimilar as cosmogonias ao cristianismo, mas é mais próximo da linguagem corrente não-acadêmica. É o que nosso contato com o povo evangélico, católico e “espírita” na clínica dá a perceber...

de um ordenamento feito no mesmo sentido do anterior (Quadro 2), que acompanha o ordenamento do texto-base quando este aborda primeiro os elementos da filosofia e depois a filosofia em relação à ciência e às artes.

Quadro 3 – Esboço de síntese ordenada do Construtivismo Esquizoanalítico

| Domínio/Síntese                     | Filosofia                  | Arte                       | Ciência                        | <i>Campo Social</i>                 | <i>Espiritual</i>     |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Elemento                            | Conceito                   | Sensação                   | Função/<br>Proposição          | Opinião                             | Figura                |
| <i>“Conjunto”<br/>de elementos</i>  | Plano de<br>Consistência   |                            | Sistema de<br>Coordenadas      |                                     |                       |
| <i>“Componente”<br/>de elemento</i> | Conceitos/<br>Traços Int.  | Perceptos e<br>Afectos     | Funcivos e<br>Prospectos       |                                     |                       |
| Agente                              | Personagem<br>Conceitual   | Figuras<br>Estéticas       | Observador<br>Parcial          | Tipo<br>Psicossocial                | <i>Exu [?]</i>        |
| Plano                               | Plano de<br>Imanência      | Plano de<br>Composição     | Plano de<br>Referência         |                                     | Plano de<br>Imanência |
| <i>Atualização [?]</i>              | Acontecimento              |                            | Estado de<br>coisas            | <i>Vivido</i>                       |                       |
| Ser                                 | Variações<br>(do conceito) | Variedade<br>(da sensação) | Variáveis<br>(da função)       |                                     |                       |
| <i>Mais de 1</i>                    | <i>Coletivo,<br/>Grupo</i> | <i>Povo</i>                | <i>Conjunto,<br/>População</i> | <i>Organização/<br/>Instituição</i> | <i>Povo</i>           |
| <i>Necessidade<br/>ou Condição</i>  | Gosto                      |                            | <i>Implicação</i>              | <i>Subjetividade</i>                |                       |

Fonte: elaboração própria a partir d’*O que é a filosofia?*

\*Em itálico, o que é relativamente original

O quadro acima, como o anterior, contém tudo o que foi selecionado da obra. O que é relativamente original (em itálico) é que se distancia ou diferencia ou, ainda, avança um pouco em relação ao que os autores colocam, mas está ainda muito próximo. Por exemplo, a correlação entre estados de coisas e vivido. Estado de coisas é aquilo em que as funções atualizam do virtual, e a eles os autores opõem o acontecimento que é como a “substância” do conceito; as opiniões são função do vivido, ainda segundo eles, mas esta correspondência não é explícita e nem evidente, por isso relativamente originada aqui<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> O que mais distoa é Exu, que no quadro é acompanhado de interrogação. Ele nos parece a entidade mais afeita a essa filosofia, não só pela oralidade com que é repassada sua história, que gera diferenças evidentes no contar, mas pela própria história: exu foi cortado em mil pedaços, e cada pedaço se tornou exu. É exu quem faz a

É um quadro “incompleto”, porque a proporção ou correlação entre os domínios não é verdadeira, mas sobretudo porque não é nosso objetivo “fundar o construtivismo esquizoanalítico como método”. É possível, sim, que tenha outros usos, por outrem, mas ele busca primariamente responder à questão de método que se impôs ao problema de pesquisa. Sua eventual continuação, isto é, a passagem pelas demais “fatias” (Figura 1) ou domínios é “na medida” da necessidade; como foi a exploração da natureza do conceito.

Consideramos que o problema é primeiro em relação ao método, e dizemos isso literalmente, porque damos consequência. Neste sentido, o que foi apresentado (os meios filosóficos) foi o considerado suficiente para preparação, prudência e disposição da transcendência, enquanto a vinculação com o modo de vida ou o retorno ao tempo-espaço é uma questão de conclusão responsável pelas tentativas e somente por elas. A distância entre o Construtivismo Esquizoanalítico “completo” e o que foi apresentado são recursos a serem utilizados quando preciso. Ou seja, a diferença de desenvolvimento entre o esquema (Figura 1 ou Quadro 3) e o que foi desenvolvido na escrita é uma reserva, uma possibilidade não esgotada.

Mesmo os tangenciamentos dos outros domínios feitos ao longo do texto foram o mínimo suficiente. Falamos em “conceito genérico”, pouco diferen(cia)dos em relação aos domínio a que pertencem; de uma (in)certa correlação entre Gosto, Implicação e Subjetividade, em que as três são condições e modulações, e têm que ver, na criação, com a Necessidade; e quando dos personagens conceituais e observadores parciais serem ambos demônios, ou ainda da “penetrações incessantes e mútuas” entre eles e os tipos psicossociais, que indicam sempre um agenciamento, uma formação territorial; ou ainda quando mencionamos o não-filosófico na filosofia, o plano imanência como pré-filosófico, que só se torna filosófico por ocasião dos conceitos.

Se falamos em conceito genérico, ou de uma equivalência entre Gosto, Implicação e Necessidade, é que só importa divisá-los do ponto de vista da criação ou com vistas à criação, porque cada domínio cria por seus próprios meios. Antes disso, tratam-se da mesma necessidade ou a distinção é uma distinção ideal, apenas diferenciada. “Não faz diferença”.

Mas ainda fiel ao objetivo, carece retomar alguns pontos que apenas insinuamos. Aqui, na conclusão, já tendo passado pela trindade filosófica e a natureza do conceito, estamos em melhor condição de fazê-lo. Porque em nossa revisão conceitual, lidaremos com conceitos inicialmente genéricos, e nisto importa a diferença de natureza entre conceito, opinião, figura e

---

comunicação entre Ifá e os outros orixás, mas também as pombas-giras são exu, aquelas que fazem os redemoinhos rodando sua saia. Os mentores, os mestres, os guias espirituais são exus. Exu é “a” entidade dos caminhos. Os “espíritos” ou “povo de santo” *conhecem* muito bem o que é uma hecceidade...

proposição<sup>67</sup>. Importa não só no sentido de distinguir ou mesmo identificar de qual se trata, inicialmente, mas também o que considerar em uma redução possível, em uma transmutação possível de cada um destes para o conceito. Os pontos a serem minimamente retomados são da transição entre domínios.

Primeiro a opinião. À diferença do conceito, as opiniões não estão “em função de si”, mas do vivido, de uma experiência de sujeitos e grupos (“sociedades”). O debate, embate ou dialética de opiniões anima a “Política” desde Platão, e é o que se chama *doxa*:

A *doxa* é um tipo de proposição que se apresenta da seguinte maneira: sendo dada uma **situação vivida perceptiva-afetiva** (por exemplo, traz-se queijo à mesa do banquete), alguém extrai dele uma qualidade pura (por exemplo, mau cheiro); mas ao mesmo tempo que **abstrai a qualidade**, ele mesmo se identifica com um sujeito genérico, experimentando uma **afecção comum** (a sociedade daqueles que detestam o queijo — **rivalizando** assim com aqueles que o adoram, o mais das vezes em função de uma outra qualidade). A “discussão” versa, pois, sobre a escolha da qualidade perceptiva abstrata, e sobre a potência do sujeito genérico afetado (p. 173, grifos nossos).

Essencialmente objeto de uma luta ou uma troca, a opinião retira uma qualidade abstrata da percepção e uma potência geral da afecção: “toda opinião já é política neste sentido” (p.173). O exemplo da polarização bolsonarismo *versus* lulismo vem fácil... como também o debate contra ou a favor de qualquer coisa.

A verdade de uma opinião é quando “fulano me representa”, isto é, a verdade de uma opinião está em fazê-la coincidir com a qualidade percebida de um grupo, ou com a potência de afecção de qualquer coisa para este grupo. O seu “reino” se instaura quando se pretende exprimir uma opinião secreta de todos, afecção (uma potência geral) e percepção (uma qualidade abstrata) de uma maioria<sup>68</sup>. A opinião é *vontade de maioria*, é essencialmente falar em nome de uma maioria.

O conceito não tem que ver com Comunicação nem troca (e não pode ser por isso mercadoria), e também não tem que ver com maioria – já que a conformidade com uma maioria eliminaria a necessidade de sua construção. Acerca da transição da opinião para o conceito, os autores se perguntam se a relação filosófica com a opinião poderia ser intermediada pela arte, no sentido de “**aprofundar a opinião, e de descobrir opiniões originárias ou, ao contrário, é preciso, com a arte, subverter a opinião, elevá-la ao movimento infinito que a substitui precisamente pelo conceito?**” (p. 179).

---

<sup>67</sup> As sensações nas artes permanecerão um “ponto cego” aqui; nesta matéria somos analfabetos, por assim dizer.

<sup>68</sup> O discurso armamentista atual, por exemplo, cola com a experiência de ter sofrido um assalto, com o medo de sair na rua (potência de afecção) e também com valores “familiares” (qualidade abstrata percebida) que outro grupo perceberá como hipócrita...

Tendemos a responder afirmativamente para a segunda questão. Apenas tendemos, porque a resposta efetiva estará na consecução, fazendo. A pista para uma transição opinião-conceito parece estar na velocidade. Se um conceito como percepção se determina, como vimos, pela *velocidade infinita* com que percorre as partes e *entre* as partes de uma coisa extensa, a transição passa por acelerar uma opinião, de tal modo que deixe de ser abstrata e parcial nas qualidades apreendidas. Mas **como acelerar uma opinião à concretude?** Eis uma pergunta metodológica, cuja resposta passa por conectar mais qualidades antes cortadas da percepção. É nesse sentido que “os conceitos transbordam as opiniões correntes” (p. 80) e o plano de consistência também é “modo de conexão”.

O caminho inverso, uma transição conceito-opinião é mais fácil. E pode ser estrategicamente interessante, politicamente interessante, institucionalmente “necessário”. Nem só de acontecimentos vive uma esquizoanalista... mas nosso objetivo não passa por aí; nem sequer vislumbramos um uso possível disso em nossa revisão conceitual, ao menos não enquanto apartemos pesquisa de comunicação.

Quanto à transição proposição-conceito, é preciso salientar que a ciência a que os autores se referem são as “ciências lógicas”, herdeiras da chamada filosofia analítica e do “Círculo de Viena”. Na Psicologia, só encontramos essa base na Psicometria de Pasquali (2013) - honesto na explicitação de suas bases, diga-se de passagem – e no Behaviorismo de Skinner (2003) - este que em seu principal livro faz exatamente o que preconiza o “primeiro Wittgenstein” em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (Wittgenstein, 1994). Nas chamadas ciências humanas, encontramos tal base também nas “metrias” (sociometria, econometria...), na epidemiologia e outros saberes que se valem da estatística.

A importância deste ponto está em que muitas das abordagens das coisas escapam deste marco teórico das ciências lógicas; talvez todas, à exceção de Milton Santos (2009) que “bebe desta fonte”, como de muitas outras... É certo que vários saberes “científicos” perfazem uma doxa com opiniões verossímeis e outros tantos são tributários de uma racionalidade “positivista”, e, portanto, nosso método é “aplicável”. Mas algo se passa que muitos saberes científicos escapam deste marco; podemos nos deparar, nas abordagens das coisas, com ciências que escapem do marco da ciência lógica, exigindo um novo *quefazer* a cada caso.

Mesmo numa abordagem “herdeira” da ciência lógica, não sendo “pura” – e duvidamos que qualquer uma seja –, a transição proposição-conceito estará subordinada a um *quefazer* circunstancial, mas a partir desta disposição insinuada aqui e ali no texto-base e que tentaremos consolidar abaixo.

Segundo os autores, “os estados de coisas, os objetos ou corpos, os estados vividos formam as referências de função, ao passo que os acontecimentos são a consistência de conceito. **São esses termos que é preciso considerar do ponto de vista de uma redução possível**” (p. 179, grifos nossos). São duas disposições diferentes em relação às virtualidades caóticas: numa linha, a ciência atualiza o caos em estados de coisas por funções (que são expressão numérica de proposições), dando ao caos uma referência no atual; noutra linha, a filosofia vai do atual à virtualidade caótica, dando uma consistência própria para o virtual. Em nosso esquema do atual/virtual (Figura 3), seriam duas linhas distintas, uma voltada para dentro (função) e outra para fora (conceito) – ou para *o Fora...*

Também aqui a distinção entre função e conceito é de velocidade. O que se atualiza, o faz por desaceleração<sup>69</sup>. Esta é uma condição primeira para ciência, mesmo aquelas que promovam aceleração, enquanto para a filosofia a questão é de como guardar as velocidades infinitas do caos ganhando “ao mesmo tempo” consistência – já o vimos. Neste sentido, desacelerar é colocar um limite no caos; e a referência implica uma renúncia ao infinito.

Quase como um corolário, uma proposição ou função pode se tornar um conceito exatamente abandonando sua referência no “mundo”. Ou como na opinião, acelerando. Inversamente, o conceito se tornar proposição por referente, renunciando ao infinito. Mas se há transição, isto é, se a linha do conceito e da função se cruzam, é depois de ambos constituídos, cada qual com seus meios<sup>70</sup>.

É nessas condições que é possível “extrair acontecimento” das funções e proposições, adicionalmente a tudo que foi dito nesta dissertação. Os conceitos assim criados fazem apenas *alusões* aos conceitos científicos, feito um “sorriso sem gato” em Alice. A exemplo de nosso conceito de interesse, inscrito no objetivo: força “nitiana” que faz apenas alusão à força newtoniana; valor na balança de pratos é um peso, e na filosofia é um vetor pelo qual uma potência se afirma. Temas para nossos programas ou *backlogs* (Capítulo III). Assim, a pergunta moduladora desta transição seria uma em que nos remetesse ao que seja virtual em uma dada proposição, função ou discurso. Mas só a análise singularizada é que poderá dar a perceber os elementos conectados no acontecimento, o que certamente convoca o Gosto. Inversamente, a

---

<sup>69</sup> “A filosofia procede por um plano de imanência ou de consistência; a ciência, por um plano de referência. No caso da ciência, é como uma parada na imagem. É uma fantástica desaceleração, e é por desaceleração que a matéria se atualiza, como também o pensamento científico, capaz de penetrá-la por proposições. Uma função é uma Desacelerada” (p. 140).

<sup>70</sup> “É em sua plena maturidade, e não no processo de constituição, que os conceitos e as funções se cruzam necessariamente, cada um só sendo criado por seus meios próprios – em cada caso um plano, elementos, agentes [...] Conceito e função devem se cruzar, cada um seguindo sua linha” (p. 191).

transição conceito-função poderia ser procurada pelas atualidades em que referenciar um conceito, o que transcende os meios filosóficos, como também os objetivos.

As figuras, por fim, se diferenciam do conceito pela transcendência. Por este motivo, elas são projetivas. Se denominamos nossos “diagramas” como “esquema/figura” é precisamente pelo motivo de que o método dê lugar a essa transcendência que sempre se impõe. E esses esquemas conceituais podem não se conectar com as abordagens das coisas, mas se projetar sobre elas. O próprio método se justifica por esta projeção ser, por suposto, preferível a outras menos afeitas a nossas implicações, gostos, subjetividades e problemas.

As regras concretas de combate à transcendência são dadas pelo plano de imanência e, novamente, gosto – imprevisíveis, já que o plano é ainda transparente. Mas ainda assim, cumprir considerar o plano de imanência é povoado por conceitos, mas também figuras; as figuras se projetam sobre o plano e, por conseguinte, “dialogam” com o que há de real aqui e agora. Assim como faz diferença se deixar projetar por este método e não outro (mais imperial, por exemplo), faz diferença os efeitos das figuras no atual. “Faz *toda* a diferença”.

É possível afirmar, porém, que as figuras permanecem um *mistério*... “Tudo o que podemos dizer é que as figuras tendem para conceitos a ponto de se aproximar infinitamente deles” (p.111). A chave para sua transição está na pragmática, na relação com a imanência ou *hic et nunc* atual e virtualmente próximo, de um “*bigdata*” ou de uma “chaleira elétrica”.

Com tudo exposto até aqui, o que desejamos é que o método garanta prudência às experimentações. Com sorte ou bom tempo, tais modulações desenhadas serão uma parte muito pequena do processo. Mas são restos por ora indispensáveis, tanto quanto é imperioso novos modos de vida. Que nossas criações estejam à altura de nossa necessidade, se ela for absoluta.

### III – Programas para uma esquizoanálise das coisas

**Operacionalizar um esquema conceitual a ser traçado em torno dos conceitos de força e potencial de agência das coisas em seus efeitos de subjetivação.** Supondo satisfeito o objetivo de **elaborar um método de revisão-produção conceitual a partir de uma esquizoanálise**, isto é, supondo resolvido o problema de método derivado do problema proposicional inicial, estamos em condições de lançar os programas a serem executados. Os programas aqui constam como substratos do método.

Serão 4 programas interdependentes: (1) Localização por Quase-textos; (2) Grupo de Força; (3) Abordagens das Coisas; (4) Construtivismo Esquizoanalítico. Cada um deles aqui colocados como *backlogs* (“acúmulo de tarefas”, numa tradução livre), no sentido de se configurarem como um registro inicial e matriz do programa e do processo.

Um traço distintivo deste método é considerar as implicações, subjetividade e Gosto como condições de criação, desdobradas de uma condição primeira que é a absoluta necessidade. Implicação nas ciências, subjetividade no campo social e Gosto em filosofia figuram em parte como localização, no sentido de distinguir o saber produzido em função de coordenadas espaço-temporais e ordenadas intensivas e de substituir qualquer critério de objetividade.

O primeiro programa consiste em produzir uma série de ensaios curtos (“quase-textos”) como uma experiência “tateante” de sucessivas aproximações, investidas ou tentativas de resolução do problema – a começar pela própria constituição do problema não-proposicional. A revisão-produção conceitual por meios filosóficos neste construtivismo supõe, como dito, saraivadas (conceitos), solavancos (personagens) e abalos (planos). Os quase-textos têm este fim, e é um programa transversal a todo percurso. De certo modo, já o temos feito em diário físico e *web log* (Setembrino, 2018).

O segundo programa é revisar precisamente o conceito de força e outros intuídos como de mesmo grupo: dobra, afeto, implicação, dispositivo, diagrama, poder, percepção, valor, instituição. Este grupo já traz uma consistência interessante para o nosso (G/g)osto, qualificado pela série de “quase-textos”, explicitados como análise de implicação, e principalmente sua virtualidade de fazer consistir ao mesmo tempo fenômenos “micro”, a “microdinâmica” das coisas e perspectivas a nível “macro”, de país, povo, cultura, região, história.

O terceiro programa consiste em “mergulhar” nas abordagens das coisas, modulado pelas questões extraídas da natureza do conceito (Quadro 1). Os principais livros estarão listados, e suas respectivas autorias, mas trata-se de uma lista aberta... sempre aberta. O critério

para finalização é a produção conceitual mesma. Como efeito do método, essa busca se dá por conceitos implica tudo o que constitui um conceito, internamente (intensão, velocidade, conhecimento...) e externamente (personagem conceitual, plano de imanência...). Com isso, tratar-se-á de uma busca liberada dos constrangimentos institucionais, do historicismo, do biografismo, das maiorias – mesmo se essa maioria genérica é de cartógrafos. Se “a realidade responde na língua em que é perguntada”, apenas somos obrigados a nos haver com aquilo a que o método é sensível. Em outras palavras, a lista de abordagens se torna viável pelo método não permitir exegeses outras que não a do construtivismo (ainda que se projetando como figura), por não orientar outra hermenêutica que a da encruzilhada de problemas.

Só então teremos condições de executar o quarto programa: a pergunta em aberto da relação entre conceito filosófico e modo de vida; meios filosóficos e meios sociais. Concomitantemente à elaboração deste trabalho, intentamos intervenções no campo social: o coletivo Gríme, o projeto COSMOGRAFIAS (Gimenes, et al., 2021), o trabalho no CAPS, as supervisões no Espaço Texto Criativo, a pesquisa Outras Palavras, a participação no coletivo Bem-Viver de Águas Lindas de Goiás e até mesmo a participação em eventos acadêmicos, as tentativas debalde de comunicação. Embora este texto também seja ação, a resposta a da questão do modo de vida só é conhecível pela ação com as coisas e suas abordagens.

De certo modo, o método esteve sendo “aplicado” antes mesmo de sua enunciação neste texto. Vários quase-textos compuseram versões anteriores da constituição do problema neste texto, e outros foram escritos por necessidade<sup>71</sup>. Mas a transição entre o campo social e a filosofia, o caráter revolucionário do conceito está ainda por ser experimentado: é uma questão de conclusão. Estas experimentações já realizadas em temporalidades não-lineares e mesmo os quase-textos já escritos trazem uma multiplicidade ainda caótica, não-consistente - a ponto de serem lidos pela banca cada ensaio como germe de uma dissertação diferente...

Em que pese a exigência de um problema e resposta correlata para uma dissertação, uma totalidade “redonda”, o problema minimamente respondido foi o de método. Estes quatro programas concluem esta dissertação, como substrato do construtivismo como método, paradoxalmente fechando e abrindo, como não poderia deixar de ser... A seguir, dispomos do *backlog* de cada um deles: do programa transversal ao quarto programa, que só é pensável após a execução dos três.

---

<sup>71</sup> “A Peste (!) e o fim-do-mundo: implicações geográficas”; “Uma palavra acerca de criação”; “Outra palavra acerca de criação”; “Comprei uma chaleira elétrica”; “Carta a um amigo historiador”; “Crônica não-viada”... (cf. Apêndices).

### **Backlog: Localização por Quase-textos**

- Manter um caderno aberto de pesquisa
- A cada etapa dos programas, produzir textos correlatos “na medida” em que tenha algo a dizer; elaborar enquanto escreve
- Analisar permanentemente as implicações, Gosto e outras condições
  - Manter rejeitado o que já foi rejeitado.
- Crítica, apenas aquela que supõe conceito da coisa criticada.
- Publicação como resposta a um reclame secundário ao problema; constituição pragmática de uma política de escrita – ou expressão.

### **Backlog 2: Grupo de Força**

1. Abrir um documento para fichamentos no computador;
  - 1.1. Uma tabela para cada texto, de modo a facilitar a recuperação ulterior;
  - 1.2. Dividir a tabela por cada conceito já mapeado (Quadro 4)
  - 1.3. Ir colando as citações que dizem respeito a cada conceito, formando uma matriz conceitual;
  - 1.4. Repetir o procedimento com cada texto, até saturar;
2. Abrir um novo documento ou tabela, copiando os fechamentos de todos os textos em uma só, de modo que cada conceito possa ser lido em um fluxo;
3. Imprimir o Quadro 1, e colar na parede, ao lado da lousa branca, de modo que as questões possam ser decoradas.
  - 3.1. Imprimir também as Figuras 1 e 4, que sintetizam o método;
4. Ler os fichamentos organizados em função dos conceitos num mesmo fluxo, por conceito e mergulhar no caos...
5. Escrever quase-textos quando necessário;
6. Instrumentos ou peças: quadro branco, pincel; diário de papel; agenda.
7. Nunca se desligar da imanência; a clínica é uma fonte privilegiada, mas não a única.

Quadro 4 – Conceitos do Grupo de Força

| “Conceitos” | Textos correspondentes   |
|-------------|--|
| Força       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Foucault de Deleuze (livro e aulas)</li><li>• Nit e a filosofia;</li></ul>       |
| Afeto       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Ética de Spinoza;</li><li>• Problema da Expressão e Filosofia Prática;</li></ul> |
| Dobra       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Leibniz e o Barroco;</li><li>• Hur; Valter Rodrigues;</li></ul>                  |
| Poder       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Foucault de Deleuze (livro e aulas)</li></ul>                                    |
| Dispositivo | <ul style="list-style-type: none"><li>• Foucault de Deleuze (livro e aulas)</li></ul>                                    |

|             |  |
|-------------|--|
|             | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Hur; Agamben</li> <li>• “O que é um dispositivo?”</li> </ul>  |
| Diagrama    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foucault de Deleuze (livro e aulas)</li> <li>• Hur</li> </ul>   |
| Instituição | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foucault de Deleuze; Hur; Literatura Institucionalista</li> </ul>   |
| Valor       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nit e a Filosofia</li> <li>• Razão Inadequada (Rafael)</li> </ul>   |
| Percepção   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nit e a Filosofia;</li> </ul>   |
| Implicação  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O problema da expressão;</li> <li>• Diferença e repetição;</li> <li>• René Lourau, Heliana Conde; Baremblytt e institucionalistas...</li> </ul> |

### **Backlog 3: Abordagens das coisas**

1. Ordenar os fichamentos segundo proximidade geográfica; autores(as) mais próximos primeiro, exceto Milton Santos.
  - 1.1. Começar pela *A Natureza do Espaço*, depois Lucio Gimenes e Hur, assim sucessivamente.
  - 1.2. Substituir autorias muito disputadas por comentários e traduções
2. Manter aberta a lista de abordagens das coisas (Quadro 3);
3. Abrir um documento para fichamentos no computador;
  - 3.1. Uma tabela para cada autoria, de modo a facilitar a recuperação ulterior;
  - 3.2. Dividir a tabela por cada conceito que for surgindo com a leitura (Quadro 3)
  - 3.3. Ir colando as citações que dizem respeito a cada conceito, formando uma matriz conceitual;
  - 3.4. Ao finalizar os textos de interesse de cada autoria, passar para a etapa seguinte;
4. Ler os fichamentos organizados em função dos conceitos num mesmo fluxo, por conceito e mergulhar no caos...
5. Aplicar o quadro 1 a cada autoria.
6. Usar e abusar da lousa, registrando cada esboço. Andar pra lá e pra cá... descansar.
7. Pensar nos conceitos com o grupo de força;
8. Aplicar o quadro 1, rever com as figuras 1 e 4;
9. Escrever quase-textos quando necessário;
10. Repetir da etapa 3, até construir.

#### Quadro 5 – Lista de autorias e temas das abordagens das coisas

|   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>0. Guattari, Deleuze, Deleuze e Guattari: máquina, dispositivo</li> <li>1. Milton Santos: tecnosfera, sistema de objetos</li> <li>2. Bruno Latour: desvio, tradução, rede, mediação</li> </ol> |
|---|

3. Donna Haraway: ciborgue
4. Gilbert Simondon: objetos técnicos;
5. Vilém Flusser: máquina, aparato, aparelho, programa
6. Cathy O'Neil: Algoritmo, modelo;
7. Grégoire Chamayou: drone
8. Martin Heidegger: Técnica, *gestell* (cercamento, armação, arranjo...)
9. Álvaro Vieira Pinto: Tecnologia
10. Ortega y Gasset: Técnica
11. Lucio Gimenes: feedback; governador centrípeto; máquina; cibernética;
12. Pierre Levy: digital, internet, virtual, ciberespaço, cibercultura;
13. Samadeu~: modulação algorítmica;
14. Edemilson Paraná: moeda digital~
15. Paula Sibilia: o homem pós-orgânico
16. Hans Jonas: técnica, ética, responsabilidade
17. Peter-Paul Verbeek: moral das coisas
18. Langdon Winner: artefatos
19. Lev Vigotsky (Leontiev, Luria): ferramenta, instrumento, linguagem
20. Evgeny Morozov: big tech, smart city
21. Dalva da Oxum~: exu, ogum
22. Lygia Clark: objeto relacional
23. Jean Baudrillard: sistema de objetos
24. Fabiane Borges: tecnoxamanismo
25. Afrofuturismo
26. Nick Land: hiperstição
27. ...

## Referências

- Adaime, R. D. (2007). *Clínica Experimental: programa para máquinas desejantes*. (Dissertação de Mestrado). PUCSP, São Paulo, SP, Brasil.
- Altoé, S. (2004). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), pp. 229-236.  
doi:<https://doi.org/10.1590/%25x>
- Baremlitt, G. (2003). *Introdução à Esquizoanálise* (2ª ed.). Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.
- Baremlitt, G. (2016). *O que é Esquizodrama? [Palestra concedida a] 13º Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte*. Acesso em 22 de Abril de 2019, disponível em FITBH: <https://www.youtube.com/watch?v=CSj7GoJ3Ff8>
- Baremlitt, G., Amorim, M. A., & Hur, D. U. (2020). *Esquizodrama: teoria, método e técnica - klínicas*. Belo Horizonte: Editora IGB.
- Costa, J. C. (1959). *Augusto Comte e as origens do positivismo*. Brasil: Companhia Editora Nacional.
- Costa, M. J. (2020). *Psicanálise e esquizoanálise: cartografias da clínica contemporânea*. [Entrevista concedida a] NEPCIS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades. Acesso em 7 de Agosto de 2021, disponível em [https://youtu.be/J8s\\_Jg0JewE](https://youtu.be/J8s_Jg0JewE)
- Coutinho, A. R. (2007). *Da transferência à transversalidade: o devir dos conceitos e o plano da clínica* (Dissertação de Mestrado).
- Dalgalarrodo, P. (2008). *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Deleuze, G. (1967-2004). O método de dramatização. Em G. Deleuze, & D. Lapoujade (Ed.), *A ilha deserta e outros textos* (pp. 114-141). São Paulo: Iluminuras.
- Deleuze, G. (1987). *O que é o ato de criação? (legendas em português)*. Acesso em 18 de out de 2020, disponível em Rodrigo Lucheta - Vimeo: <https://www.dailymotion.com/video/x1dlfsr>
- Deleuze, G. (1988). *Diferença e Repetição*. (L. Orlandi, & R. Machado, Trans.) Rio de Janeiro: Graal.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2010). *Conversações* (2ª ed.). (P. P. Pelbart, Trad.) São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* (B. P. Júnior, & A. A. Muñoz, Trans.) Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997a). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (Vol. 4). São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997b). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (Vol. 5). São Paulo: Editora 34.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed., Vol. 3). São Paulo: 34.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1988-1994). *O abecedário de Gilles Deleuze - transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos*. Acesso em 10 de Novembro de 2018, disponível em Escola Nômada: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>
- Filho, R. L. (1982). *O que é direito?* São Paulo: Brasiliense.
- Fiol, M. A. (Diretor). (2016). *Espaço Além - Marina Abramovic e o Brasil* [Filme Cinematográfico]. Acesso em 07 de Agosto de 2021, disponível em <https://youtu.be/G58LD8Uh2BI>
- Flusser, V. (1985). *Filosofia da Caixa Preta - ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Hucitec.
- Foucault, M. (2000). O que é a crítica? *Cadernos da FFC*, 9(1), pp. 169-188.
- Gimenes, L., Pereira, L., Azevedo, F., Honorato, B., Ferraz, V., & Setembrino, A. (2021). *Relatório Final do Projeto COSMOGRAFIAS: versão 5 - CG. [relatório técnico]*. 71f.
- Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* (2ª ed.). (S. Rolnik, Ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (2012). *Caosmose: um novo paradigma estético* (2ª ed.). (A. L. Oliveira, & L. C. Leão, Trans.) São Paulo: Editora 34.
- Guizardi, F. L. (2008). *Do Controle Social à Gestão Participativa: perspectivas (pós-soberanas) da participação política no SUS (Tese de Doutorado)*. UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Ho, L. Y. (2019). A Concept Analysis of Coping with Chronic Pain in Older Adults. *Pain Management Nursing*. doi:10.1016/j.pmn.2019.03.002
- Holanda, V. R., Pinheiro, A. K., & Pagliuca, L. M. (2013). Aprendizagem na educação online: análise de conceito. *Rev. Bras. Enferm.*, 66(3), pp. 406-411.
- Hur, D. U. (2012). O dispositivo de grupo na Esquizoanálise: tetravalência e esquizodrama. *Vínculo - Revista do NESME*, 9(1), pp. 18-26.
- Hur, D. U. (2018). *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Campinas: Alínea.
- Hur, D. U. (2021). Cartografia das Intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. *Revista Práxis Educacional*, 46, pp. 1-18. doi:<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8392>
- Latour, B. (1994). On technical mediation - philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, 3(2), pp. 29-64. Acesso em 15 de Maio de 2019, disponível em <http://www.bruno-latour.fr/node/234>
- Machado, R. (2016). *Deleuze e a Filosofia. [Palestra cedida a] Linguagens e Identidades da/na Amaônia Sul-Occidental (Youtube)*. Acesso em 9 de Agosto de 2021, disponível em [https://youtu.be/\\_ttmrtLORBA](https://youtu.be/_ttmrtLORBA)
- Martins, F. (2005). *Psicopatologia I: prolegômenos*. Belo Horizonte: PUCMINAS.
- Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. (C. Marcondes, Trad.) São Paulo: Ubu Editora.
- Muylaert, M. A. (2020). *A Clínica Esquizoanalítica. [Coferência cedida a] Conversações com Arqueogenealogia, Esquizoanálise e Análise Institucional*. Acesso em 18 de

- Setembro de 2020, disponível em Transversalizando Grupo de Estudos e Pesquisas:  
<https://youtu.be/D5R3G1uYJhs>
- Nodari, A. (2014). Limitar o limite: modos de subsistência. *Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*. Rio de Janeiro. Acesso em 22 de 03 de 2020, disponível em <https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/alexandre-nodari.pdf>
- Pasquali, L. (2013). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. d. (2009). *Pistas do Método da Cartografia - pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (2013). Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II. *Fractal - Revista de Psicologia*, 25(2).
- Pelbart, P. P. (2009). O pensamento do fora. Em P. P. Pelbart, *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão* (2ª ed., pp. 107-109). São Paulo: Iluminuras.
- Pereira, O. P. (2021). Formação, pensamento criador e colonialidade: reflexões acerca de aprender/ensinar/aprender [no prelo].
- Pereira, O. P., Setembrino, A., & Pereira, C. F. (2021). *Outras Palavras para uma Psicologia da Diferença*. Brasília: Editora JRG. Acesso em 25 de Janeiro de 2021, disponível em <http://revistajrg.com/index.php/portaljrg/article/view/327>
- Pereira, O. P., Timm, F. B., & Gonçalves, J. R. (2019). Psicologia da Diferença: por uma ética do acontecimento. *Revista JGR de Estudos Acadêmicos*, 2(4), pp. 49-62.
- Pinto, Á. V. (2005a). *O Conceito de Tecnologia* (Vol. I). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pinto, Á. V. (2005b). *O Conceito de Tecnologia* (Vol. II). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Resende, C. (2019). Racio Vivendi: lógica e modo de vida na filosofia de Espinosa. (*Conferência concedida a*) *VI Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia da UnB*. Brasília, DF, Brasil. Acesso em 10 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.facebook.com/enpgfil.unb.54/videos/383135992630182/>
- Rodgers, B. L. (2000). Concept Analysis: an evolutionary view. Em B. L. Rogers, & K. A. Knafl, *Concept development in nursing: foundations, techniques, and applications* (2ª ed., pp. 77-102). Philadelphia: Sanders.
- Rodrigues, H. d. (2012). Analisar; Explicar. Em T. M. Fonseca, M. L. Nascimento, & G. Maraschin, *Pesquisar na diferença - um abecedário* (pp. 35-38; 103-105). Porto Alegre: Sulina.
- Rolnik, S. (2007). *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.
- Rosset, C. (1989). *O princípio de Crueldade*. (T. Brum, Trad.) Rio de Janeiro: Rocco. Acesso em 24 de Julho de 2021, disponível em [https://www.academia.edu/4317158/Clément\\_Rosset\\_O\\_PRINCÍPIO\\_DE\\_CRUELD\\_ADE](https://www.academia.edu/4317158/Clément_Rosset_O_PRINCÍPIO_DE_CRUELD_ADE)
- Santos, M. (31 de Março de 1997). *Sem Título*. [Entrevista concedida a] *Matinas Suzuki Jr. et al.* Acesso em 22 de Abril de 2019, disponível em Programa Roda Viva: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>
- Santos, M. (2009). *A Natureza do Espaço* (4ª ed.). São Paulo: EdUSP.

- Setembrino, A. (2018). Acesso em 20 de Agosto de 2021, disponível em Caderno de Dobras: <https://cadernodedobras.wordpress.com>
- Setembrino, A., & Gimenes, L. F. (2020). Uma perspectiva esquizoanalítica do conhecimento: notas acerca da relação entre corpo, desejo e percepção. *Praxia - Revista On-Line De Educação Física Da UEG*, 2, p. e2020004. doi:<https://doi.org/10.46878/praxia.v2i0.10597>
- Silva, T. T. (2005). Deleuze e a questão da literalidade: uma via alternativa. *Educação & Sociedade*, 26(93), pp. 1331-1338. Acesso em 7 de Agosto de 2021, disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/GyzVWvxdByygKZRJqP8PpHB/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, T. T. (2007). Políptico. *Educação em Revista [Online]*. Acesso em 10 de Março de 2015, disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n45/n45a16.pdf>
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (11ª ed.). (J. C. Todorov, & R. Azzi, Trans.) São Paulo: Martins Fontes.
- Spinoza. (2009). *Ética*. (T. Tadeu, Trad.) Belo Horizonte: Autêntica.
- Tenório, A., & Matos, F. C. (2021). Cosmografias: práticas de autocuidado entre adolescentes e jovens do Distrito Federal e Entorno. *Psicologia em Processo*, 1, pp. 42-49. Fonte: <http://www.psiemprocesso.periodikos.com.br/article/6091a7afa9539506f126315b>
- Toftthagen, R., & Fagerstrøm, L. M. (2010). Rodgers' evolutionary concept analysis – a valid method for developing knowledge in nursing science. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 24, pp. 21-31.
- Wittgenstein, L. (1994). *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: EdUSP.
- Veiga, L. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia (Dossiê Psicologia e Epistemologias Contra-Hegemônicas)*, pp. 244-248. Acesso em 10 de Janeiro de 2020, disponível em <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000>
- Veiga, L. (2020). *O lugar da identidade na clínica com pessoas negras*. Acesso em 28 de junho de 2020, disponível em Instituto Gegorio Baremlitt: <https://youtu.be/mTIjvVEvUWI>
- Viana, Z. (Diretor). (1977). *Choque Cultural* [Filme Cinematográfico]. Acesso em 2021 de Fevereiro de 03, disponível em <https://youtu.be/TW1ghDYEJQA>
- Yonezawa, F. (2020). *O bailarido dos afetos: corporeidade dionisíaca e ética trágica em Deleuze*. Curitiba: Appris.
- Zourabichvili, F. (2005). Deleuze e a questão da literalidade. *Educação & Sociedade*, 26(93), pp. 1309-1321. Acesso em 7 de Agosto de 2021, disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/rCq7rmCfTSTG6fBhDdPzDTw>

### Apêndice I – Lista de textos correlatos à dissertação

| Nº | Tipo/Link                           | Título  | Vinculação   | Comentário  |
|----|-------------------------------------|---|--|---|
| 1  | <a href="#">Resumo/Painel</a>       | Implicação e Afeto no “Campo de Coerência” das forças: uma análise conceitual                                       | Revisão do conceito de (análise de) implicação, a partir d’ <i>O que é a filosofia?</i>                          | 1º Colóquio Internacional de Socioclínica Institucional e Saúde Coletiva, Goiânia, maio de 2019   |
| 2  | <a href="#">Resumo</a>              | Axiomática do capital, modulação e implicação em pesquisa: considerações para um meta-método em psicologia política | Comporta discussões ensaísticas do Construtivismo Esquizoanalítica como método.                                  | Aceito no "XXIV Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação - Universidade, formação e anti-intelectualismo", e seria apresentado em 6 de novembro de 2019, em Goiânia. Coautoria com orientador |
| 3  | <a href="#">Resumo/Apresentação</a> | Velocidade dos conceitos no construtivismo de Deleuze e Guattari  | Discussão de da velocidade como traço intensivo do conceito, parte da dissertação                                | VI Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (VI ENPGFIL), em 10 de outubro de 2019, no Plano Piloto (Brasília).  |
| 4  | <a href="#">Resumo</a>              | Dos afetos como campo de implicação ao diagrama da melancolia   | Embora anterior ao mestrado, apresenta intuitivamente uma discussão que adianta o programa 3, do grupo de força. | Aceito no IV Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, Universidade de Brasília (Plano Piloto); seria apresentado em novembro de 2018.   |
| 5  | <a href="#">Resumo</a>              | Localização por quase-textos: pandemia, modo de vida e criação  | Política de escrita da dissertação; programa transversal (Capítulo III)  | XI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, agosto de 2021, online – Brasil.   |

|    |   |   |  |  |
|----|---|---|--|--|
| 6  | <a href="#">Resumo Expandido / Apresentação</a> | Subjetivação, Técnica e Política: para uma esquizoanálise das coisas                                      | Apresentação do projeto de pesquisa de que resulta esta dissertação.   | V Seminário do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG, outubro de 2019, Goiânia. Apresentação com comentários de Sívio Benelli (UNESP/ASSIS)   |
| 7  | <a href="#">Resumo Expandido</a>                | Uma perspectiva esquizoanalítica do conhecimento: notas acerca da relação entre corpo e percepção         | Apresenta a figura da natureza dos conceitos, versando especialmente sobre necessidade de um corpo e o conceito de força   | Em coautoria com Lucio Gimenes e apresentado na IV Jornada de Educação Física do Estado de Goiás (UEG, Goiânia), em dezembro de 2019   |
| 8  | Capítulo de <a href="#">Livro</a>               | Crônica sem nome  | Inicialmente, na constituição do problema como análise de implicação; modo de vida e outras questões. É parte do programa transversal de pesquisa. (Último capítulo)                                       | “Quase-texto” produzido no início da pandemia de Covid-19, publicado na coletânea de <a href="#">Histórias da Queerentena</a> , chamada do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh-UFGM). |
| 9  | Capítulo de <a href="#">Livro</a>               | Aprendizagem colaborativa: Fundamentos teóricos e características.  | Traz algumas discussões da “filosofia da técnica”, que se tornou problema de pesquisa. É uma aproximação inicial das “abordagens das coisas”, em interface com a colaboração e em termos de “fundamentos”. | Capítulo produzido em 2017-2018, no contexto de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde à Fiocruz.   |
| 10 | <a href="#">Artigo</a>                          | Uma perspectiva esquizoanalítica do conhecimento: notas acerca da relação entre corpo, desejo e percepção | Assim como o resumo expandido, deriva da pesquisa; oferece alguns elementos do método.   | Em coautoria com Lucio Gimenes; texto derivado de resumo expandido e em diálogo com a Educação Física Escolar  |

|    |  |   |   |  |
|----|--|---|---|--|
| 11 | <a href="#">Artigo</a>                                 | Cosmografias: práticas de autocuidado entre adolescentes e jovens do Distrito Federal e Entorno     | Relata a esquizoanálise como metamodelização das abordagens grupais, pelo “dispositivo” como termo organizador, como o “conceito” o é aqui. Adianta a concepção de “mobilizadores”, como ferramentas interventivas. | O projeto Cosmografias se iniciou em meados de 2019 e permanece até hoje, paralelamente ao mestrado. Em suas versões, tem diversas coautorias e produções técnicas (relatórios, projetos, dispositivos), mas figura como experimentação extemporânea à pesquisa de mestrado. |
| 12 | Artigo   | Construtivismo Esquizoanalítico como Método de Revisão-Produção Conceitual: consistência e intensão | Publica parte da discussão de método, apresentando consistência e intensão e suas respectivas modulações.   | Em coautoria com o orientador. No prelo da revista de Estudos Contemporâneos da Subjetividade (UFF).   |
| 13 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”)              | Implicação-localização e Implicação-constituição  | Aborda o conceito de implicação, que será essencial a esta pesquisa.  | É um dos primeiros textos de uma série de tentativas ainda sem sucesso, acerca de Implicação. Foi apresentado como trabalho final da disciplina de Processos Psicossociais e Educacionais, como aluno especial, em 2018, neste mesmo programa.                               |
| 14 | <a href="#">Ensaio</a><br>(caderno aberto de pesquisa) | Constituição de um problema...  | Marca a primeira versão do texto da constituição do problema desta pesquisa.  | Julho de 2019  |
| 15 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”)              | Criticar, Criticar, Criticar  | Contem ideias que compõem a constituição do problema inicial de pesquisa.   | Meados de 2020   |
| 16 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”)              | Ensaio para um devir-atrasado   | Discute o devir-atrasado, que é transversal a esta pesquisa – da constituição do problema à   | Repete ideias presentes em outros ensaios.   |

|    |   |   |  |  |
|----|---|---|--|--|
|    |   |   | conclusão, até sua provável continuação...   |  |
| 17 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”) | Escrever com vistas a que(m)?                                     | Contem ideias que compõem a constituição do problema inicial de pesquisa, bem como a política de escrita.  | Agosto de 2020   |
| 18 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”) | Metáfora e Singularidade  | Contém ideias que compõem a política de escrita  | Abril de 2020. Escrito no contexto da pesquisa “Outras Palavras” (UCB)   |
| 19 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”) | Querer é desejar? Sobre agenciamentos psicopolíticos (parte 1)    | Discute a diferença entre querer e desejar, retomada no primeiro artigo; tangencia a abordagem psicopolítica que possibilita do enunciado do problema inicial de pesquisa.             | Agosto de 2020. A parte 2 nunca veio.  |
| 20 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”) | Uma palavra acerca de criação                                     | Inicia a discussão de criação, tal como figura neste texto e a partir do estudo da esquizoanálise.   | Foi fundamental para uma primeira aproximação da criação tal como figura neste texto. Escrito no contexto da pesquisa “Outras Palavras” (UCB). Novembro de 2020. |
| 21 | <a href="#">Ensaio</a><br>(“quase-texto”) | 05mai2020 – A peste (!) e o fim-do-mundo: implicações geográficas | Compõe a constituição do problema inicial de pesquisa; recupera discussões de outros textos; tangencia Implicação, Modo de vida, Devir, entre outras preocupações centrais à pesquisa. | Submetido ao #2 da revista Cardume, da Sob Influência edições, ainda não aceito/rejeitado.   |

|    |  |  |  |  |
|----|--|--|--|--|
| 22 | <a href="#">Ensaio</a><br>(caderno aberto de pesquisa)                   | Outra palavra acerca de criação                                | Primeira versão da criação como traço intensivo do conceito, reformulado. Contém o esboço da figura 1.                           | Dezembro de 2020.  |
| 23 | <a href="#">Ensaio</a><br>("quase-texto"/<br>caderno aberto de pesquisa) | Comprei uma chaleira elétrica                                  | Discute um objeto técnico (coisa) a partir do método da dramatização. Algumas partes foram aproveitadas no texto da dissertação. | Junho de 2021. Escrito no contexto da pesquisa "Outras Palavras" (UCB) |
| 24 | <a href="#">Fichamento</a>   | Fichamento d' <i>O que é a filosofia?</i> em matriz conceitual | Um dos principais recursos utilizados para a elaboração escrita do método  | Junho de 2019  |